



**Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do  
Ordenamento do Território  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento  
Regional do Centro**

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

# 2012

## FICHA TÉCNICA

---

### **Título**

*Relatório de Atividades 2012*

### **Autoria**

*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

### **Edição**

*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

*Rua Bernardim Ribeiro, 80*

*3000-069 Coimbra, Portugal*

*Tel.: 239 400 100*

*Fax: 239 400 115*

*e-mail: geral@ccdrc.pt*

*url: <http://www.ccdrc.pt>*

*url: <http://www.maiscentro.qren.pt>*

### **Presidência da CCDRC/Mais Centro**

*Pedro Manuel Andrade Saraiva (Presidente)*

*Luís Filipe Caetano (Vice-Presidente)*

*José Alberto Ferreira (Vice-Presidente)*

*Ana Abrunhosa (Vogal Mais Centro)*

*Isabel Damasceno (Vogal Mais Centro)*

### **Contribuição dos Serviços**

*Ana Paula Martins*

*Adelaide Lioi*

*Alexandra Rodrigues*

*Alice Paulo*

*Ana Sousa*

*José Laia Rodrigues*

*Luís Filipe*

*Margarida Bento*

*Maria José Castanheira Neves*

*Miguel Leão*

*Nuno Cortez*

*Orlindo Vicente*

*Pedro Geirinhas*

*Rufina Vilão*

### **Data de edição**

*Março 2013*

<b>I - NOTA INTRODUTÓRIA</b> .....	<b>4</b>
<b>II – AUTOAVALIAÇÃO</b> .....	<b>5</b>
Análise do QUAR 2012.....	5
Análise dos Objetivos Operacionais .....	6
Análise dos Meios Disponíveis.....	18
Análise das Fontes de Verificação .....	21
Análise ao Plano de Atividades.....	23
Grau de cumprimento por unidade orgânica .....	23
<b>III – MAIS CENTRO</b> .....	<b>33</b>
<b>IV – RECURSOS HUMANOS</b> .....	<b>42</b>
<b>V – FORMAÇÃO</b> .....	<b>46</b>
<b>VI – AVALIAÇÃO FINAL</b> .....	<b>49</b>
<b>VII – ANEXOS</b> .....	<b>50</b>
<b>ANEXO 1</b> .....	<b>51</b>
<b>ANEXO 2</b> .....	<b>58</b>
<b>ANEXO 3</b> .....	<b>98</b>
<b>ANEXO 4</b> .....	<b>101</b>



O ano de 2012, como o presente relatório bem evidencia, foi mais um ano de intensa atividade levada a cabo pela CCDRC, em prol da Região Centro e do País. Apesar de sucessivas alterações registadas em termos de liderança, foi possível ao longo desse mesmo ano estabilizar o ciclo anual de planeamento da gestão, consolidar em torno de uma única realidade, cada vez mais coesa, todas as atividades desenvolvidas, abarcando igualmente os colaboradores do Mais Centro, ao mesmo tempo que de forma partilhada se definiu um rumo plurianual de evolução, documentado através do “Nónio da CCDRC”. Foram igualmente assumidos novos conjuntos de objetivos e competências, alinhados com a cultura organizacional que coletivamente havemos de ser cada vez mais capazes de imprimir a esta casa. Que deve orgulhar-se das mais de quatro décadas de vida que já leva, legado que nos merece um esforço adicional, mesmo em tempos delicados, no sentido de a ver cada vez mais reafirmada enquanto parceiro nuclear ao serviço da COORDENAÇÃO e DESENVOLVIMENTO do CENTRO de PORTUGAL.

Alguns dos indicadores de atividade apresentados neste relatório, em cuja elaboração participaram muitos dos nossos dirigentes, muito justamente referidos por isso mesmo na ficha técnica do mesmo, comprovam a qualidade e quantidade do serviço público prestado pela CCDRC ao longo de 2012, igualmente refletidas nos questionários de satisfação de colaboradores e de utentes/parceiros, pela primeira vez conduzidos neste ano e que repetiremos periodicamente. A título meramente exemplificativo, vale a pena sublinhar que ao longo de 2012 a CCDRC:

- efetuou 400 ações de fiscalização;
- concretizou 96 remoções de depósitos ilegais de resíduos;
- dinamizou 56 sessões de informação e formação para as autarquias locais;
- elaborou 347 pareceres e informações jurídicas;
- acolheu 22 mil visitas no seu portal Datacentro;
- teve 91 dos seus colaboradores envolvidos em ações de formação, num total de 2366 horas;
- deu seguimento a quase 1400 processos de gestão territorial;
- acolheu mais de 6500 documentos entrados no domínio ambiental;
- aplicou cerca de 1 milhão de euros por dia de fundos estruturais do Mais Centro na Região.

Tudo isto só foi possível graças à enorme competência, dedicação e entusiasmo de todo e cada um dos 247 colaboradores que diariamente trabalham nesta casa, dando o seu melhor, mesmo em tempos de especial dificuldade, para a contínua afirmação da CCDRC enquanto organização prestadora de muitos e bons serviços públicos direcionados para apoiar o sucesso da Região Centro, em múltiplas frentes de trabalho.

Aqui fica um merecido reconhecimento deste Vosso Presidente aos dirigentes e colaboradores que tenho o privilégio de liderar, ajudando a concretizar a trajetória de evolução da CCDRC, ao serviço do CENTRO de PORTUGAL, que coletivamente estamos a desenhar e implementar, com os resultados alcançados em 2012 que este relatório resume, e dos quais penso que todos nos podemos legitimamente orgulhar!

O Presidente da CCDRC

Este Capítulo dá cumprimento ao estabelecido no Artigo 15º – “Autoavaliação” da Lei n.º 66-B/2008, de 28 de dezembro de 2008, onde se prevê que a autoavaliação dos serviços constitua um exercício que pretende evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do serviço, em particular, face aos objetivos anualmente fixados.

## Análise do QUAR 2012

---

A **Missão** definida foi a seguinte:

*“Executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional ao nível da NUTS II Centro, promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações”*

Para o ano de 2012 a Presidência da CCDRC, definiu cinco **Objetivos Estratégicos** (OE) no âmbito do QUAR:

**OE 1** – Melhorar a articulação dos territórios e das instituições da Região, designadamente as autarquias locais, e qualificá-los no sentido do reforço da competitividade e da coesão regionais;

**OE 2** – Promover o investimento produtivo da Região, assumindo uma atitude proactiva de captação de investimentos no quadro nacional e também do exterior e promover a gestão e o acompanhamento dos investimentos regionais;

**OE 3** – Reforçar a integração da Região em espaços e redes internacionais, propiciadoras de experiências de cooperação e *benchmarking*, nas áreas de atuação da CCDRC;

**OE 4** – Melhorar a qualidade ambiental da Região, garantindo a aplicação eficaz dos instrumentos e da legislação de salvaguarda e valorização dos recursos naturais e ambientais;

**OE 5** – Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos pelo uso crescente das tecnologias da informação e da comunicação, pela racionalização dos procedimentos, pela criação de melhores condições de trabalho e pelo esforço das competências profissionais dos recursos humanos, com vista à obtenção de ganhos de eficiência dos custos para os utilizadores, bem como ao aumento da transparência nas relações com a sociedade civil.

Para além destes **Objetivos Estratégicos**, o QUAR 2012 estabelece, ainda, doze **Objetivos Operacionais** que são objeto de análise neste documento.

A autoavaliação dos objetivos operacionais e estratégicos é efetuada segundo duas perspetivas: quantitativa e qualitativa.

A **Autoavaliação quantitativa**, efetuada nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B72007, de 28 de Dezembro é apresentada na tabela seguinte:

**Tabela 1 – Autoavaliação quantitativa**

<b>Objetivo Operacional 1 – Reduzir os passivos ambientais da Região Centro</b>						
Indicador	Meta	Tolerância	Critério de Superação	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Nº de ações de remoção de depósitos ilegais de resíduos	60	10	70	96	137.1%	Superado
<b>Objetivo Operacional 2 – Realização de seminários e sessões técnicas de informação e formação para as Autarquias da Região Centro, no âmbito do acompanhamento e assessoria aos Municípios e às Freguesias em matéria de Finanças Locais e dos procedimentos do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), a nível do exercício de elaboração dos documentos previsionais, dos documentos de prestação de contas e dos reportes de recursos humanos.</b>						
Indicador	Meta	Tolerância	Critério de Superação	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Número de sessões técnicas de informação e formação para as Autarquias Locais da Região Centro	35	15	50	56	112%	Superado
Número de seminários para as Autarquias Locais da Região Centro	2	1	3	3	100%	Atingido
<b>Objetivo Operacional 3 – Consolidar o papel da CCDRC como <i>broker</i> territorial na e da Região Centro de Portugal (<b>Relevante</b>)</b>						
Indicador	Meta	Tolerância	Critério de Superação	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Número de páginas visitadas no Datacentro	18.000	2.000	20.000	21.801	109%	Superado
Número de iniciativas de dinamização com entidades regionais	30	3	33	42	127.3%	Superado
Número de conteúdos produzidos	2	1	3	4	133.3%	Superado
<b>Objetivo Operacional 4 – Melhorar os recursos e a base tecnológica de suporte a toda a atividade da rede local e alargada da CCDRC</b>						
Indicador	Meta	Tolerância	Critério de Superação	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Data de implementação da solução de armazenamento e cópia	30-Nov	15	15-Nov	30-Jun	144%	Superado

<b>Objetivo Operacional 5 – Aplicação de Fundos Estruturais no Apoio ao Desenvolvimento Regional</b>						
Indicador	Meta	Tolerância	Critério de Superação	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Taxa de Execução do Mais Centro	58%	5%	63%	56.43%	89.5%	Não atingido
<b>Objetivo Operacional 6 – Contribuir para a atuação concertada dos Serviços da Administração Pública</b>						
Indicador	Meta	Tolerância	Critério de Superação	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Proporção das respostas dadas via portal RJUE: (n.º de respostas dadas via portal RJUE/n.º de solicitações) *100	90%	5%	95%	99%	104.2%	Superado
Proporção das respostas dadas via portal REAI: (n.º de respostas dadas via plataforma de interoperabilidade do REAI/n.º de solicitações) *100	90%	5%	95%	97%	102.1%	Superado
<b>Objetivo Operacional 7 – Implementar o plano de formação (Relevante)</b>						
Indicador	Meta	Tolerância	Critério de Superação	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Número de colaboradores em formação	60	10	70	91	130%	Superado
<b>Objetivo Operacional 8 – Implementar planos de fiscalização e garantir punição eficaz às infrações, em matéria de ambiente e ordenamento do território</b>						
Indicador	Meta	Tolerância	Critério de Superação	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
N.º ações de fiscalização concretizadas	200	50	250	400	160%	Superado
<b>Objetivo Operacional 9 – Contribuir para a consolidação da estratégia Nacional de redução da deposição de resíduos em aterro</b>						
Indicador	Meta	Tolerância	Critério de Superação	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Ações de acompanhamento dos sistemas de gestão de RSU e RNP, em articulação com os respetivos planos específicos de gestão de resíduos.	3	1	4	6	150%	Superado
Análise estratégica dos relatórios anuais de monitorização dos sistemas de gestão de RSU e RNP.	3	1	4	4	100%	Atingido



<b>Objetivo Operacional 10</b> – Garantir a monitorização e divulgação da Qualidade do ar da Região						
Indicador	Meta	Tolerância	Critério de Superação	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Índice de eficiência da Rede da Qualidade do Ar: (n.º horas de funcionamento/n.º total de horas do ano) *100	80%	5%	85%	99,5%	117.1%	Superado
<b>Objetivo Operacional 11</b> – Elaborar guia de apoio à elaboração de planos de pormenor						
Indicador	Meta	Tolerância	Critério de Superação	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Data da conclusão do guia	15-Dez	15	30-Nov	30-Nov	104.3%	Atingido
<b>Objetivo Operacional 12</b> – Satisfação Percecionada pelos Parceiros e <i>Stakeholders</i> da CCDRC/Mais Centro ( <b>Relevante</b> )						
Indicador	Meta	Tolerância	Critério de Superação	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
Grau de Satisfação de Utentes/Parceiros Aferido em Conselho Regional (escala de 1 a 10)	6	1	7	7.2	102,9%	Superado
Grau de Satisfação dos Colaboradores Aferido através de Questionário Confidencial (escala de 1 a 10)	6	1	7	7.3	104.3%	Superado

Apresentaremos a seguir uma análise explicativa aos principais desvios verificados na concretização dos objetivos propostos para o ano de 2012.

### **Objetivo Operacional 1 – Reduzir os passivos ambientais da Região Centro**

Foram erradicadas ao todo 94 situações relativas a gestão de resíduos ilegais e de passivos ambientais. Foram licenciados dois operadores de gestão de resíduos ilegais. Ao todo foram tratados neste âmbito 96 processos. O critério de superação era de maior ou igual a 70, pelo que o objetivo foi superado. Em relação à meta estabelecida de 60, obteve-se um desvio positivo de +60%.

Para tal contribuiu o empenho e a persistência dos técnicos e vigilantes da natureza das Divisões Sub Regionais e dos técnicos da Direção de Serviços da Fiscalização nas ações necessárias para se atingir tal resultado.

Os procedimentos estabelecidos para este efeito, a publicitação de casos resolvidos e o aperfeiçoamento da legislação também deram um contributo importante para os resultados obtidos.

### **Objetivo Operacional 2 – Realização de seminários e sessões técnicas de informação e formação para as Autarquias da Região Centro, no âmbito do acompanhamento e assessoria aos Municípios e às Freguesias em matéria de Finanças Locais e dos procedimentos do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), a nível do exercício de elaboração dos documentos previsionais, dos documentos de prestação de contas e dos reportes de recursos humanos**

Foram realizados os seguintes seminários e sessões temáticas de esclarecimento:

- Seminário sobre “A prestação de contas no SIIAL”, na CCDRC, em 31 de Janeiro de 2012, com a participação do Dr. Alexandre Amado (IGF - Inspeção Geral das Finanças), da Dr. <sup>a</sup> Andrea Saldanha (CCDRC) e da Dr. <sup>a</sup> Vanessa Almeida (CCDRC);

- Seminário sobre “A prestação de contas por via eletrónica ao Tribunal de Contas” na CCDRC em 28 de Fevereiro de 2012 com a presença do Dr. António Costa e Silva e do Dr. João Carlos Cardoso (Tribunal de Contas);

- Seminário sobre “A prestação de contas das Freguesias por via eletrónica ao Tribunal de Contas” em Viseu (auditório da Escola Superior de Tecnologia de Viseu) em 19 de Novembro de 2012, com a presença do Dr. António Costa e Silva e do Dr. João Carlos Cardoso (Tribunal de Contas);

- Foram promovidas e realizadas 56 sessões técnicas de esclarecimento e trabalho com Freguesias da Região Centro, em colaboração com a DSR da Guarda e a DSR de Castelo Branco e o apoio da DSR de Leiria e da DSR de Viseu, no âmbito do “Reporte de informação referente aos recursos humanos das Freguesias no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL)” (ver “Relatório da iniciativa de divulgação e formação das Freguesias da Região Centro no âmbito do reporte de informação referente aos recursos humanos das Freguesias no Sistema Integrado de Informação da Administração Local - SIIAL) registado no portal da CCDRC em:

[https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2071&Itemid=34&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2071&Itemid=34&lang=pt)

### **Objetivo Operacional 3 – Consolidar o papel da CCDRC como *broker* territorial na e da Região Centro de Portugal (Relevante)**

Durante o ano de 2012 foi possível superar todos os indicadores propostos em QUAR para consolidar o papel que a CCDRC considerou crucial enquanto *broker* territorial na Região. Por um lado, denotou-

se uma utilização substancial da plataforma de observação das dinâmicas regionais (Datacentro) desenvolvida pela CCDRC revelando, por parte dos atores regionais, uma procura de informação sobre a Região e os seus territórios superior à expectada o que permitiu superar o indicador n.º 4 “Número de páginas visitadas no Datacentro”.

De igual modo o indicador n.º 5 “Número de iniciativas de dinamização com entidades regionais” foi superado na medida em que foram promovidas 13 sessões de apresentação e discussão do Datacentro, organizaram-se três eventos durante os Open Days em Bruxelas e organizaram-se vários fóruns de discussão, como sejam as II Jornadas de Enoturismo, o workshop Inovação e Competitividade na Região Centro, a receção aos embaixadores da América Latina e as sessões de divulgação da publicação “A importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento no Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Sul”. Para além disso registou-se uma participação ativa da DSDR em nove Seminários e dinamizou-se a discussão entre vários atores locais e regionais sobre temas tão diversos como cooperação transfronteiriça, construção de um barómetro de conjuntura, estratégia atlântica, rota dos caminhos de Fátima e reforço da Região Centro na base de dados da AICEP através de discussões com várias CIM e CM.

Por fim, no que respeita ao número de conteúdos produzidos (indicador n.º6), lançou-se um portal dos museus e espaços museológicos da Região Centro o que permitiu não só divulgar o roteiro já editado, como também garantir a atualização permanente da informação existente. Com vista a fundamentar a discussão de revisão das NUTS III foi elaborado um documento técnico de trabalho discutido inicialmente com a Secretaria de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa e posteriormente com as várias Comunidades Intermunicipais. Foram ainda divulgados no portal da CCDRC dois estudos mais aprofundados de carácter regional: um Retrato Social do Centro de Portugal e uma caracterização para os municípios das Receitas nas Finanças Locais.

#### **Objetivo Operacional 4 – Melhorar os recursos e a base tecnológica de suporte a toda a atividade da rede local e alargada da CCDRC**

Este objetivo estava relacionado com a implementação da solução de armazenamento e cópia e com a consolidação da infraestrutura de redes e sistemas da CCDRC através da instalação, integração e configuração dos servidores e equipamento de LAN. Esta é uma peça fundamental do sistema tecnológico de suporte à atividade da CCDRC.

Estas melhorias vieram aumentar o desempenho de toda a infraestrutura de suporte ao sistema de informação da CCDRC, com reflexos importantes no aumento de eficácia de toda a atividade da organização.

O sistema foi colocado em produção na sua versão definitiva em 30 de junho tendo assim sido superado o mesmo.

#### **Objetivo Operacional 5 – Aplicação de Fundos Estruturais no Apoio ao Desenvolvimento Regional**

Em 2012 a Autoridade de Gestão do Mais Centro fez pagamentos aos seus beneficiários no montante de 359.399.187,05 euros. Este valor tinha sido de 329.195.461,06 euros no ano de 2011.

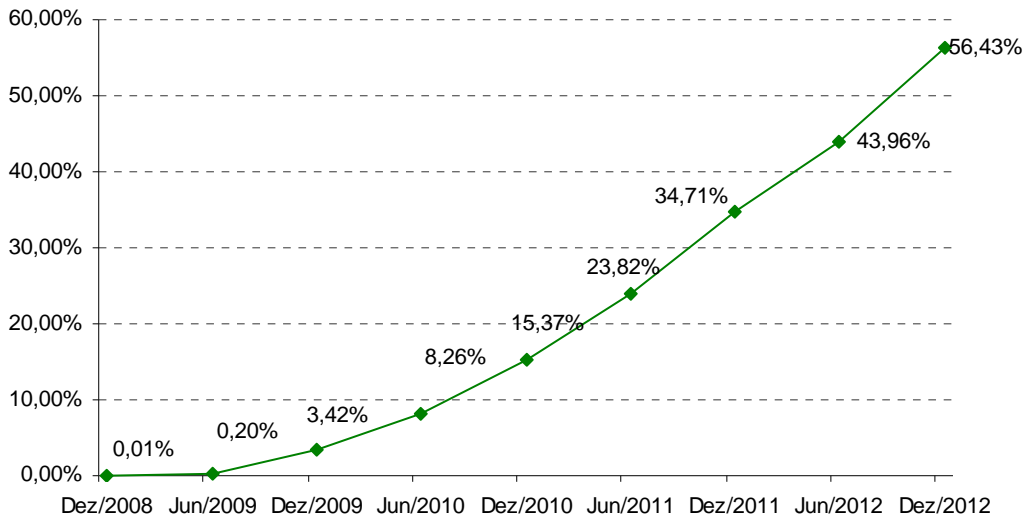
O aumento do ritmo de execução em 2012, que permitiu atingir uma taxa de execução de 56,43% no final de 2012, atenuou ligeiramente a diferença entre as taxas de compromisso e de execução, o que se deveu, essencialmente, ao aumento do ritmo de execução e a um desaceleramento no ritmo de aprovação.

**Tabela 2 – Evolução do Compromisso e da Execução**

	Dez/2008	Dez/2009	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2012
Programado	1.701.633.124,00	1.701.633.124,00	1.701.633.124,00	1.701.633.124,00	1.696.633.124,00
Aprovado (operações)	233.766.711,22	498.068.227,04	939.671.781,24	1.424.324.677,86	1.648.967.430,05
Executado	143.074,37	58.139.634,19	261.519.901,33	590.715.362,39	950.114.549,44
Taxa de Compromisso	13,74%	29,27%	55,22%	83,70%	97,19%
Varição no Compromisso	13,74%	15,53%	25,95%	28,48%	13,49%
Taxa de execução	0,01%	3,42%	15,37%	34,71%	56,43%
Varição na Execução		3,41%	11,95%	19,35%	21,29%
Diferença entre Compromisso e Execução	13,73%	25,85%	39,85%	48,99%	41,19%

O gráfico abaixo, que mostra a evolução da execução anual acumulada do Programa desde 2008 a 2012, permite constatar um arranque do Programa muito modesto, com um aceleramento na execução nos últimos 3 anos.

**Taxa de Execução**



Quando a dotação do Programa está praticamente comprometida, verifica-se que há um volume significativo de recursos comprometidos e que estão por executar.

Assim, o grande esforço da Autoridade de Gestão do Programa no ano de 2012 foi no sentido de acompanhar e monitorizar as operações aprovadas e em execução, com o objetivo de garantir um ritmo de execução que atenua a diferença entre o FEDER aprovado e o FEDER executado.

Entre os maiores constrangimentos que nos impediram de obter uma maior taxa de execução destacamos:

i) Menor capacidade de investimento do setor empresarial, decorrente de dificuldades de financiamento junto do sistema financeiro e do baixo clima de confiança económica, o que se refletiu

na adesão, na contratação e na execução de projetos. A execução das entidades beneficiárias dos Sistemas de Incentivos foi, em 2012, aproximadamente metade da execução de 2011.

ii) Dificuldades de execução dos projetos promovidos por Entidades do Sistema Científico e Tecnológico, que decorrem sobretudo da dificuldade que estas entidades sentem na organização administrativas dos processos, bem como da falta de recursos para assegurarem a contrapartida nacional.

iii) Alguns atrasos na execução de projetos de natureza municipal que se devem sobretudo a:

- um número crescente de insolvências de empresas de construção civil que implicam longos períodos de paragem das obras, que envolvem elevadas dificuldades de gestão documental e administrativa, com as consequentes dificuldades de quitação de despesa, bem como a necessidade de desenvolver novos procedimentos para a conclusão das obras, o que envolve novamente maior carga administrativa e um mais longo período de tempo para execução;
- falta de liquidez dos próprios empreiteiros, que, por vezes, suspendem as obras em curso quando que se verifica algum atraso nos pagamentos;
- situações de sobre-endividamento de alguns municípios, o que envolve falta de liquidez e dificulta o ritmo de execução física dos projetos, com suspensão das obras em curso, e atrasa a conclusão financeira dos projetos;
- situações de obras em que os promotores se depararam com trabalhos arqueológicos não previstos.

#### **Objetivo Operacional 6 – Contribuir para a atuação concertada dos Serviços da Administração Pública**

O presente objetivo pretende aferir quanto ao grau da intervenção concertada das entidades públicas em matéria do licenciamento industrial, com aposta numa Visão de Serviço centrada nos Cidadãos e Empresas. A sua quantificação é efetuada através da proporção das respostas dadas via portal REAI foi de 97%, com meta de 90% e critério de superação de 95%, o que significa que o objetivo foi superado.

No que respeita às decisões globais em razão da localização tendo por objetivo a coordenação de todas as consultas à administração direta e indireta do Estado efetuadas através da Plataforma do RJUE, no âmbito do controlo prévio das operações urbanísticas, verificou-se que para um total de 304 solicitações foram emitidas 301 decisões, o que corresponde a um resultado de 99%, correspondendo, assim, a um desvio positivo de 10% face à meta estabelecida.

#### **Objetivo Operacional 7 – Implementar o plano de formação (Relevante). Empenhamento na elaboração de linhas de orientação para a efetiva formação dos trabalhadores. Cuidada divulgação das ações de formação quer internas quer externas**

No ano transato (2011) foi elaborado um Plano de Formação que, por várias condicionantes não foi possível implementar, pelo que em 2012 foi dada especial atenção à atualização e implementação desse plano considerando a CCDRC como estratégico e fator diferenciador a formação dos seus quadros.

Assim, reforçou-se o empenhamento na atualização das necessidades de formação para os trabalhadores da CCDRC e na divulgação na intranet de várias ações de formação que tinham especial interesse interno.

Foi elaborada uma candidatura ao POPH em áreas prioritárias para a CCDRC – SIADAP, Código dos Contratos Públicos, Lei dos Compromissos. A candidatura foi aprovada em julho e as ações de formação iniciaram-se em outubro. Dos 20 cursos candidatados, apenas foram aprovados 5, o que correspondia a 8 ações de formação.

Participaram em ações de formação, quer externas quer internas, 91 trabalhadores, sendo assim superado o objetivo.

### **Objetivo Operacional 8 – Implementar planos de fiscalização e garantir punição eficaz às infrações, em matéria de ambiente e ordenamento do território**

Foi aprovado um plano de fiscalização para 2012, que estava centrado na fiscalização de depósitos ilegais de veículos em fim de vida (VFV), metais ferrosos e não ferrosos e de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, na exploração de massas minerais (pedreiras) ativas e abandonadas com passivos ambientais, na fiscalização do cumprimento do regime jurídico das operações de gestão de resíduos de construção e demolição e do regime jurídico de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas. Para além desses temas foram realizadas ações de fiscalização no âmbito dos operadores de gestão de resíduos licenciados, Reserva Ecológica Nacional, Rede Natura 2000 e análise da conformidade de loteamentos com os instrumentos de gestão do território aplicáveis.

Do referido plano foram realizadas, pelos técnicos da Direção de Serviços da Fiscalização, 142 ações de fiscalização e pelas cinco Divisões Sub Regionais 258 ações de fiscalização.

Assim, no total foram realizadas 400 ações de fiscalização com um desvio em relação à meta estabelecida de + 100%.

Destaca-se ainda a realização pela Guarda Nacional Republicana de 39 ações do plano de fiscalização, não contabilizadas para este efeito, na sequência do protocolo de cooperação estabelecido com aquela polícia (GNR – SEPNA).

### **Objetivo Operacional 9 – Contribuir para a consolidação da estratégia Nacional de redução da deposição de resíduos em aterro**

Este objetivo pressupunha fazer o acompanhamento dos diversos sistemas de gestão de resíduos urbanos multimunicipais e intermunicipais, através de visitas às respetivas instalações e análise dos relatórios ambientais anuais, por forma a:

- i) verificar in loco o desempenho ambiental da instalação e a conformidade com a respetiva licença de exploração e com o respetivo Plano de Gestão;
- ii) avaliar a evolução dos padrões de consumo e separação multimaterial por parte do cidadão, bem como a evolução quanto ao cumprimento dos Planos de adequação ao PERSU II.

### **Objetivo Operacional 10 – Garantir a monitorização e divulgação da Qualidade do ar da Região**

O presente objetivo permite garantir a monitorização e a divulgação dos dados recolhidos na rede da qualidade do ar na Região Centro, através do índice de eficiência da Rede da Qualidade do Ar:  $(n.º \text{ horas de funcionamento} / n.º \text{ total de horas do ano}) * 100$ . Este índice é medido através das eficiências máximas de cada estação, com base nas eficiências obtidas para cada poluente medido, cujo resultado final para as 9 estações é 99,5 %. Este objetivo foi superado.

### **Objetivo Operacional 11 – Elaborar guia de apoio à elaboração de planos de pormenor**

Foi elaborado o “Guia Orientador – Elaboração de PP”, que tem como principal objetivo apoiar o processo de elaboração dos Planos de Pormenor, sistematizando as fases e os procedimentos previstos na legislação em vigor, procurando assim contribuir para a melhoria do sistema de planeamento.

Este documento não pretende ser uma mera compilação técnica/legislativa nem definir metodologias e modelos rígidos, mas sim reunir orientações de apoio à elaboração deste tipo de instrumentos de gestão territorial por forma a simplificar o trabalho de elaboração do plano e contribuir para que as soluções por eles preconizadas se traduzam num território mais qualificado.

### **Objetivo Operacional 12 – Satisfação Percecionada pelos Parceiros e Stakeholders da CCDRC/Mais Centro (Relevante)**

Dois domínios especialmente relevantes, na aferição da eficiência e eficácia de funcionamento da CCDRC, prendem-se com os graus de satisfação percecionados pelos seus colaboradores, por um lado, e pelos seus parceiros/utentes, por outro lado.

Assim sendo, pela primeira vez no ano de 2012 foi conduzido um questionário junto dos colaboradores da CCDRC, utilizando uma escala de medição situada entre 1 (muito insatisfeito) e 10 (muito satisfeito), conduzindo a um valor médio de satisfação situado em 7,3 que não pode deixar de ser considerado muito positivo.

De igual modo, foram obtidas respostas a um questionário de satisfação de parceiros/utentes, em reunião do Conselho Regional, utilizando-se igualmente uma escala de medição situada entre 1 (muito insatisfeito) e 10 (muito satisfeito), conduzindo a um valor médio de satisfação situado em 7,2 que não pode deixar de ser considerado, também neste caso, muito positivo.

A autoavaliação qualitativa, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B72007, de 28 de Dezembro é apresentada na tabela 2.

Tabela 3 – Autoavaliação qualitativa

Designação/Alíneas	Realizado	Não realizado	Observações
a) À apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, com especial relevo quando se trate de unidades prestadoras de serviços a utilizadores externos	x		Foi efetuado um <b>inquérito interno</b> para aferir o grau de satisfação dos trabalhadores em relação à CCDRC. O modelo e resultados do mesmo são apresentados no Anexo 3. Foi também efetuado um <b>inquérito externo</b> para medir o seu grau de satisfação dos utilizadores externos. O modelo e resultados deste inquérito são apresentados no Anexo 4.
b) À avaliação do sistema de controlo interno	x		A CCDRC integra na sua orgânica o Conselho Regional que se encontra não apenas devidamente instituído, mas a desenvolver um conjunto diversificado de iniciativas inscritas nas respetivas áreas de competência. Os Sistemas de controlo administrativo e financeiro encontram-se assentes na implementação do Manual de Controlo Interno e no Plano Diretor de Sistemas de Informação, concretizados na integração do GEP (sistema de gestão documental e <i>workflow</i> de processos) com o conjunto de aplicações do ERP (contabilidade, recursos humanos, aprovisionamento, inventário). A esta base tecnológica e procedimental acresce a utilização generalizada da assinatura digital, como garantia de consistência e fiabilidade da informação fornecida nos processos decisórios. Refira-se, por fim, que a ação da CCDRC no âmbito da gestão fundos comunitários está sujeita aos diversos mecanismos e auditorias levadas a efeito pelas entidades responsáveis. De destacar que estas ações são implementadas já que a CCDRC é a entidade pública responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro à Autoridade de Gestão do



			Programa.
c) Às causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficiente	x		Não se identificaram incumprimentos dignos de nota.
d) Às medidas que devem ser tomadas para um reforço positivo do seu desempenho, evidenciando as condicionantes que afetem os resultados a atingir	x		As medidas a tomar para reforçar o desempenho do Serviço passam basicamente por três vetores: melhorar a comunicação interna e externa da CCDRC; envolver mais os trabalhadores na tomada de decisões; e aumentar a formação, quer em contexto de trabalho, quer fora do mesmo.
e) À comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação	n.a	n.a	
f) À audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação do serviço.	x		A metodologia de elaboração dos Planos de Atividades e dos respetivos Relatórios resulta de uma iteração estreita realizada entre a sua Presidência, os seus dirigentes e os funcionários responsáveis pelas diversas atividades, envolvendo a definição e seguimento, quer da estratégia e dos objetivos estratégicos, quer dos principais objetivos operacionais, projetos e ações das iniciativas e atividades desenvolvidas.

### Meios humanos

A análise da “produtividade” permite evidenciar a relação entre os meios humanos e a avaliação do serviço, consubstanciando-se na seguinte “fórmula”: avaliação global do serviço *versus* recursos humanos utilizados/planeados.

**Tabela 4 – Meio Humanos**

	Meios humanos
Planeado	258
Executado	247
<b>Desvio</b>	-11

*Nota: Inclui os contratados a termo incerto, afetos ao Programa Operacional Mais Centro*

Este quadro é reflexo da ponderação apresentada no QUAR 2012 sendo que o mesmo faz parte integrante deste relatório.

O desvio negativo tem que ver com saídas motivadas pelas aposentações que foram possivelmente provocadas pelas alterações legislativas que ocorreram ao regime de reformas antecipadas.

Se for efetuada uma análise mais fina podemos concluir que as entradas foram exclusivamente para a carreira de técnico superior e as saídas maioritariamente nas outras carreiras o que permitiu um aumento da qualificação média dos recursos humanos da CCDRC.

### Meios financeiros

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro, cumprindo, igualmente as instruções relativas à organização e apresentação das contas definidas pelo Tribunal de Contas constantes das Instruções nº 1/2004 – 2ª Seção.

Uma análise “custo/eficácia” permite evidenciar a relação entre os meios financeiros e a avaliação do serviço, consubstanciando-se na seguinte “fórmula”: recursos financeiros utilizados/planeados *versus* avaliação global do serviço.

**Tabela 5 – Meios Financeiros**

	Meios financeiros (valores em €)		Avaliação global do serviço
	Orçamento Funcionamento	PIDDAC	
Estimado (€)	10.612.301	4.082.225	A taxa global de execução foi de 58 %
Executado (€)	6.256.227	2.257.485	
Desvio (€)	4.356.074	1.824.740	
Desvio (%)	- 41%	- 45%	

Os desvios ocorridos entre o estimado e o executado devem ser abordados segundo duas vertentes:

1. **Orçamento de funcionamento** – As despesas de funcionamento apresentam uma taxa global de execução de 59%. As despesas com o pessoal atingiram um grau de execução de 87% e as outras despesas de funcionamento atingiram um grau de execução de 22%.

O quadro seguinte mostra o grau de execução das despesas de funcionamento.

**Tabela 6 – Grau de execução do orçamento de funcionamento**

Tipo de Despesa	Orçamento	Execução	Grau de execução
Despesa com Pessoal	6.024.123	5.260.551	87%
Outras Despesas Funcionamento	4.588.178	995.676	22%
<b>Totais</b>	<b>10.612.301</b>	<b>6.256.227</b>	<b>59%</b>

Podemos assim concluir que os desvios são devidos a uma racionalização e poupança na utilização/gastos das despesas correntes o que se traduz em algo positivo, já que se conseguiu fazer melhor utilizando menos recursos financeiros.

2. **PIDDAC** – O conjunto de projetos que constituem este programa de investimento apresenta uma taxa global de execução de 55%.

O quadro seguinte mostra a execução de cada um dos projetos PIDDAC:

**Tabela 7 – Grau de execução do PIDDAC**

Projeto		Orçamento	Execução	Grau execução
Código	Designação			
6098	Cooperação Int./Interreg. e Promoção da Região Centro	10.4876	62.312	59%
6300	Assistência Técnica Global ao PO - QREN	3.423.257	2.179.711	64%
7324	Sistema de Monitorização e Avaliação do PROT C	311.872	8.330	3%
7881	Promoção da Cooperação c/ Castilla y Leon e Extremadura II	153.348	4.010	3%
8459	Gestão e Promoção Ambiental na Região Centro II	88.872	0	0%
<b>Totais</b>		<b>4.082.225</b>	<b>2.257.485</b>	<b>55%</b>

Em termos de realização financeira, destacam-se os projetos “6300 - Assistência Técnica Global ao PO - QREN” e “6098 - Cooperação Int./Interreg. e Promoção da Região Centro”, que apresentam taxas de execução de 64% e 59% respetivamente.

É de referir que o projeto “Assistência Técnica Global ao PO-QREN”, é também o que apresenta maiores valores de orçamento em termos absolutos, representando 84% do valor global do PIDDAC.

A baixa taxa de execução dos outros projetos deve-se ao corte efetuado pela DGO em sede de aprovação do orçamento de toda a componente nacional o que impossibilitou a execução normal e a realização da componente comunitária.

### Meios materiais

O património da CCDRC é constituído por equipamento básico, administrativo e equipamento de transporte. Até ao fim do exercício de 2012, foram cadastrados 6360 bens cujo valor bruto atinge 1.061.296€.

O inventário não contempla os edifícios, em virtude de não se encontrarem registados em nome da CCDRC.

O parque automóvel da CCDRC é constituído por 42 viaturas, das quais 6 se encontram inativas.

Durante o ano de 2012 foram percorridos 535.322km, o que implica uma média mensal de 44.610km e uma média por veículo de 12.746km.

Da frota ativa, 29 viaturas são propriedade da CCDRC e 7 são adquiridas em regime de AOV (aluguer operacional de viaturas).

As viaturas próprias são parte integrante do inventário acima referido.

**Tabela 8 – Parque automóvel**

Viaturas	Nº	Combustível (litros)	km percorridos	Gastos	
				Combustível	Conservação e manutenção
Frota ativa	36	37.516	535.322	55.327 €	21.624 €

Neste ponto são apresentados os diferentes indicadores e as fontes de verificação que garantem a fiabilidade e integridade dos dados.

Apresentamos de seguida, para cada indicador, a respetiva fonte de verificação:

### **Indicador 1 - Nº de ações de remoção de depósitos ilegais de resíduos**

Fonte - relatório das ações

Responsabilidade pela fonte: DSF

### **Indicador 2 - Número de sessões técnicas de informação e formação para as Autarquias Locais da Região Centro**

Fonte – folha de presença

Responsabilidade pela fonte: DSAJAL

### **Indicador 3 - Número de seminários para as Autarquias Locais da Região Centro**

Fonte – folha de presença

Responsabilidade pela fonte: DSAJAL

### **Indicador 4 - Número de páginas visitadas no Datacentro**

Fonte – aplicação informática

Responsabilidade pela fonte: DSDR

### **Indicador 5 - Número de iniciativas de dinamização com entidades regionais**

Fonte – folhas de presença, notícias no portal e programas de seminários

Responsabilidade pela fonte: DSDR

### **Indicador 6 - Número de conteúdos produzidos**

Fonte – documentos e conteúdos produzidos

Responsabilidade pela fonte: DSDR

### **Indicador 7 - Data de implementação da solução de armazenamento e cópia**

Fonte - relatório

Responsabilidade pela fonte: DSCGAF

### **Indicador 8 - Taxa de execução do Mais Centro**

Fonte - sistema de informação do Mais Centro

Responsabilidade pela fonte: Mais Centro

**Indicador 9 - Proporção das respostas dadas via portal RJUE:(n.º de respostas dadas via portal RJUE/n.º de solicitações)\*100**

Fonte - portal RJUE

Responsabilidade pela fonte: DAS/DSOT

**Indicador 10 - Proporção das respostas dadas via portal REAI:(n.º de respostas dadas via plataforma de interoperabilidade do REAI/n.º de solicitações)\*100**

Fonte – Plataforma de interoperabilidade do REAI

Responsabilidade pela fonte: DAS/DSOT

**Indicador 11 - Número de colaboradores em formação**

Fonte – Certificados de presença

Responsabilidade pela fonte: DSCGAF

**Indicador 12 - N.º ações de fiscalização concretizadas**

Fonte – Relatório das ações

Responsabilidade pela fonte: DSF

**Indicador 13 - Ações de acompanhamento dos sistemas de gestão de RSU e RNP, em articulação com os respetivos planos específicos de gestão de resíduos**

Fonte – Relatório das visitas realizadas

Responsabilidade pela fonte: DSA

**Indicador 14 - Análise estratégica dos relatórios anuais de monitorização dos sistemas de gestão de RSU e RNP**

Fonte – Informação que reporta a análise dos relatórios

Responsabilidade pela fonte: DSA

**Indicador 15 - Índice de eficiência da Rede da Qualidade do Ar: (n.º horas de funcionamento/n.º total de horas do ano)\*100**

Fonte – Aplicação informática (ATMIS)

Responsabilidade pela fonte: DSA

**Indicador 16 - Data da conclusão do guia**

Fonte – Documento produzido (ID: 39076)

Responsabilidade pela fonte: DSOT

### **Indicador 17 - Grau de Satisfação de Utentes/Parceiros Aferido em Conselho Regional (escala de 1 a 10)**

Fonte- Inquérito

Responsabilidade pela fonte: Presidência

### **Indicador 18 - Grau de Satisfação dos Colaboradores Aferido através de Questionário Confidencial (escala de 1 a 10)**

Fonte – Inquérito

Responsabilidade pela fonte: Presidência

## **Análise ao Plano de Atividades**

A análise ao grau de cumprimento dos objetivos assumidos no Plano de Atividades 2012 (Anexo 2), pelas diferentes unidades orgânicas, demonstra a consistência de atuação da CCDRC, nas suas áreas principais de referência, reforçando o papel do QUAR como “espelho” do que de mais importante se fez em determinado ano e dando simultaneamente a conhecer à Comunidade uma visão global dos nossos principais projetos e objetivos.

Os números gerais foram os seguintes:

**Tabela 9 – Grau de cumprimento dos objetivos**

	Objetivos
Superado	63
Cumpriu	15
Não cumpriu	5
Híbrido	0

## **Grau de cumprimento por unidade orgânica**

De forma mais detalhada e analisando de forma individual cada uma das unidades orgânicas, estes são os resultados:

**Tabela 10 – Grau de cumprimento dos objetivos por unidade orgânica**

Objetivos Anuais		Grau de Cumprimento dos objetivos			
		Superados	Cumpridos	Não Cumpridos	Híbridos
DSDR	5	5	0	0	0
DSAJAL	8	7	1	0	0
DSOT	14	10	3	1	0

DSA	15	13	1	1	0
DSF	5	4	0	1	0
DSCGAF	11	5	5	1	0
DSR's	5	4	1	0	0
Aveiro	5	3	2	0	0
Viseu	5	4	0	1	0
Castelo Branco	5	4	1	0	0
Guarda	5	4	1	0	0
Leiria	5	4	1	0	0
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>63</b>	<b>15</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

### Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR)

A DSDR definiu um Plano de Atividades muito ambicioso tendo identificado cinco grandes objetivos para desenvolver durante o ano de 2012. O primeiro objetivo consistia em consolidar a CCDRC como *broker* territorial para a competitividade, inovação e internacionalização tendo definido, para o efeito, quatro indicadores de desempenho. Três deles foram superados e concluiu-se não haver condições no presente momento para a elaboração do Guia do Investidor.

No âmbito mais específico da Cooperação e Promoção conseguiu-se com sucesso reforçar a dinâmica de cooperação e internacionalização da Região Centro, assegurar a gestão do programa POCTEP 2007-2013 e promover institucionalmente a Região e a CCDRC, situação que ficou patente na superação de três dos quatro indicadores de desempenho identificados. De igual modo na área do Planeamento e Avaliação foi possível fortalecer o sistema de informação para a Região e avaliar o impacto socioeconómico de projetos de investimento na Região antes do prazo definido.

### Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL)

A DSAJAL definiu nas suas atividades a realizar em 2012, duas atividades inovadoras e seis de cruzeiro.

Nas atividades inovadoras pretendeu-se reforçar o papel da CCDRC no apoio técnico às autarquias locais, reforço esse plenamente conseguido quer com a realização de seminários sobre temáticas locais inovadoras ou sobre temáticas com grau de problematização elevado, a exigir a reflexão de atores muito credenciados.

Foram, neste âmbito, realizados seminários sobre temas da Administração Local e sobre temáticas de Finanças Locais.

Realizaram-se, ainda, sessões de esclarecimento sobre o SIAL e sobre recursos humanos das Freguesias.

A outra atividade inovadora consistiu na elaboração e divulgação no Portal da CCDRC de 33 FAQ, em matérias de apoio jurídico e financeiro às Autarquias Locais, correspondendo a temáticas inovadoras nos seguintes domínios: eleitos locais, órgãos autárquicos, atribuições e competências, recursos humanos, contratos públicos, urbanização, edificação e finanças locais.

No âmbito das atividades de cruzeiro, deve-se realçar a assessoria jurídica interna e externa à CCDRC.



Na assessoria interna à própria CCDRC, elaboraram-se 100 pareceres jurídicos (ordenamento do território, ambiente, gestão territorial, contratação pública e fiscalização e tutela da legalidade) e 26 peças processuais no âmbito do contencioso administrativo (assegurado exclusivamente pelos serviços da DSAJAL).

Na assessoria externa realça-se o apoio jurídico às autarquias, designadamente no âmbito dos recursos humanos, urbanização e edificação, ordenamento do território, ambiente, gestão territorial, contratação pública, consubstanciado na elaboração de 247 pareceres e informações jurídicas.

No que respeita à coordenação das medidas de tutela de legalidade, realça-se o esforço realizado pelos serviços no que respeita à instrução de processos de contraordenação em matéria de ambiente e ordenamento do território, num ano em que foram abertos relativamente aos anos anteriores quase o dobro dos processos de contraordenação.

Neste âmbito foram ainda realizadas, conjuntamente com a DSF, sessões de esclarecimento sobre a correta elaboração de autos de notícia/participações.

Em 2012, prosseguiu-se a atividade de cooperação técnica com os municípios da Região Centro no âmbito das finanças locais, através do acompanhamento, verificação e assessoria, no âmbito da Lei das Finanças Locais, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e dos procedimentos do Sistema de Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), dos documentos previsionais, dos documentos de prestação de contas e ainda do Fundo Social Municipal, dos Municípios da Região Centro.

Análoga atividade foi realizada a nível das freguesias abrangidas pela área de atuação da CCDRC, ou seja, realizaram-se tarefas de acompanhamento, verificação e assessoria às Freguesias da Região Centro no âmbito da Lei das Finanças Locais e do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) através da aplicação SInpocalCENTRO e dos procedimentos do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), dos documentos previsionais, dos documentos de prestação de contas e dos reportes de recursos humanos.

Por último, não se descurou a cooperação técnica e financeira com autarquias e entidades equiparadas e com entidades associativas de utilidade pública de âmbito religioso, cultural e desportivo.

A este nível foi promovido o acompanhamento e verificação das intervenções promovidas pela DGAL, DGOTDU, DGLB e Turismo de Portugal, juntamente com as autarquias e entidades equiparadas e entidades associativas de utilidade pública de âmbito religioso, cultural, recreativo e desportivo, nomeadamente em termos de verificação de trabalhos de obra, da validação de autos de medição de trabalhos de obra e conformidade dos pedidos de participação, bem como de outra documentação técnica e financeira subjacente a contratos-programa, acordos de colaboração e protocolos.

### **Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT)**

A DSOT tinha inscritos no plano de atividades para 2012, 14 objetivos, desagregados em 22 indicadores que cobrem toda a área de atuação desta unidade orgânica, dos quais 7 estavam

associados a atividades inovadoras uma vez que se privilegiou uma nova abordagem das competências da DSOT. Contudo, em consequência de diversas alterações que decorreram quer do quadro institucional da Tutela e da própria CCDRC quer de outros organismos públicos com quem a DSOT vinha a colaborar ativamente, em particular a ex-DGOTDU, aliada à consecutiva redução do corpo técnico da DGT, determinaram uma redução da taxa de superação dos objetivos, relativamente à que foi conseguida para o ano de 2011, tendo superado apenas 10 dos 14 objetivos a que se propôs.

Dois deles não puderam ser executados por não se terem verificado os seus pressupostos, o que aconteceu com o objetivo *“Assumir as competências de Ponto Focal do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo e participar no desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação Territorial”* e o objetivo *“Assegurar a execução do PROT-Centro de forma a alcançar os objetivos e os resultados nele previstos”*. Relativamente ao primeiro, a DGOTDU não convocou o grupo de trabalho. Quanto ao segundo por ter como pressuposto a aprovação do PROT-Centro, o que não aconteceu. Quanto ao objetivo *“Fomentar a cooperação e coordenação/concertação com as autarquias locais e suas associações (designadamente as CIM) em matérias estruturantes e/ou em constrangimentos em matéria de ordenamento do território”* a razão do seu não cumprimento teve a ver com fatores de oportunidade, conforme explicitado no quadro síntese relativo ao “Grau de cumprimento dos objetivos do plano de atividades, por unidade orgânica”, (cf. Anexo 2).

No âmbito da coordenação e emissão de pareceres, quer ao nível da gestão urbanística, quer ao nível dos procedimentos de formação e dinâmica dos IGT, foi dada continuidade ao reforço de articulação entre as diversas entidades através da dinamização da utilização da Plataforma RJUE e do desenvolvimento de novas normas, procedimentos e circuitos mais ajustados ao objetivo de integração de posições setoriais e de responsabilização de entidades ao nível da administração central e local. Neste domínio destaca-se, entre outros, a conclusão da elaboração do Guia de Apoio aos Processos de Elaboração de Planos de Pormenor (PP), que teve como principal objetivo apoiar o processo de elaboração dos PP, sistematizando as fases e os procedimentos que lhe são inerentes, procurando assim contribuir para a melhoria do sistema de planeamento. Este documento não pretendeu ser uma mera compilação técnica ou legislativa, nem definir metodologias e modelos rígidos, mas reunir orientações que permitem uma redução dos tempos de elaboração e de apreciação (também com a inerente redução dos “custos de contexto” para as atividades económicas), bem como na adoção de soluções que contribuam para um território mais qualificado.

Durante o ano de 2012 prosseguiu-se a tarefa de atualização e completamento das Plantas de Síntese dos PMOT, de Condicionantes e das Cartas de REN no Munisigweb, o que se tem traduzido numa mais-valia considerável na eficácia e eficiência da análise de processos, quer por parte da própria DSOT, quer por parte dos outros utilizadores internos. Ainda no âmbito da disponibilização de informação, foi reforçado o trabalho de atualização da documentação disponibilizada no sítio da DSOT no Portal da CCDRC, tanto em matéria de Ordenamento do Território como na área da Gestão Urbanística, sendo este um fator determinante, não só para o desempenho de vários organismos da administração central e local, como para o incremento do acesso à informação pelo próprio cidadão.

No que respeita à informação sobre os procedimentos da área de Ordenamento do Território, foi melhorada a correspondente base de dados, de forma a permitir controlar, em tempo útil, o desenvolvimento desses processos e evidenciar eventuais anomalias.

Na vertente do tratamento e análise da informação foram realizados 5 estudos, dois na vertente da gestão territorial e três na área do Ordenamento, cujo conteúdo a seguir se identifica:

- *Áreas solicitadas para intervenção em Reserva Ecológica Nacional*, que compreende a recolha, análise e sistematização da informação recolhida na respetiva Base de Dados, relacionando os pedidos de intervenção em áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) ocorridos em 2012 na Região Centro com as diversas tipologias de áreas de REN e correspondentes decisões, permitindo assim, a disponibilização de indicadores e informação sobre o uso, ocupação e transformação do solo nesta Região;
- *O SIRJUE na Região Centro*, que teve por principal objetivo analisar e ultrapassar os principais constrangimentos e deficiências na utilização, pelos municípios, da plataforma do RJUE, contribuindo assim, para uma maior eficiência nos procedimentos uma vez que foram fornecidas orientações aos municípios no sentido da harmonização de todas as tarefas desenvolvidas nesta aplicação. A análise dos constrangimentos verificados conduziu a uma importante colaboração da CCDRC com a Direção Geral das Autarquias Locais através da apresentação de várias propostas de melhoria da plataforma. Este estudo permitiu também a recolha de vários indicadores sobre as operações urbanísticas na Região Centro;
- *O sistema de execução de planos e a perequação*, desenvolveu uma abordagem à gestão dos territórios, na vertente diretamente relacionada com a programação e execução dos Planos, designadamente com a perequação compensatória resultante dos benefícios e encargos decorrentes dos mesmos;
- *Uma abordagem aos riscos naturais II – Os riscos de abaixamento, assentamento, fluência e dilatação*. Este documento apresenta, para cada um dos riscos enunciados, a sua caracterização, desenvolvendo os seguintes aspetos: 1. Conceitos, causa e efeitos; 2. Avaliação e cartografia; 3. Atenuação dos efeitos;
- *Edificação Turística – O Plano de Intervenção no Espaço Rural (PIER)*, documento que aborda a edificação turística, particularmente ao nível do solo rural, bem como os regimes de edificabilidade que lhe estão associados.

Realçando estes aspetos mais inovadores, toda a restante atividade da DSOT foi determinada pelo desempenho das tarefas normais inerentes às suas competências em matéria de gestão urbanística e de ordenamento do território, tendo sido cumpridos, em larga medida, os prazos de resposta relativos aos pedidos apresentados, o que resultou na superação da quase totalidade dos indicadores definidos para estas atividades, conforme é evidenciado nas tabelas do anexo II.

É aqui de sublinhar o grande volume das atividades cruzeiro, com tradução, apenas no que se refere a pedidos externos, na resposta a 235 solicitações sobre instrumentos de gestão territorial, 44 relativos à delimitação e alteração da REN, 1398 processos atinentes à gestão territorial e 301 referentes ao SIRJUE. Destaca-se o aumento considerável no acompanhamento dos processos de delimitação da REN, o qual resultou da iniciativa, assumida pela DSOT, de contactar a totalidade dos municípios, aos quais a CCDRC já tinha fornecido uma proposta de delimitação da REN bruta, para que diligenciassem a conclusão dos respetivos processos de revisão dos PDM, salvaguardando assim,

a possibilidade do seu enquadramento no regime transitório estabelecido nas Orientações Estratégicas de Âmbito Nacional e Regional da REN, publicadas pela RCM 81/2012, de 3/10.

### Direção de Serviços de Ambiente (DSA)

A DSA estabeleceu 15 objetivos para 2012, dos quais foi conseguida a superação de 13, o cumprimento de 1 e o não cumprimento de outro.

O Plano Atividades para 2012 incidiu especialmente em:

- continuar o esforço desenvolvido na redução de prazos gastos nos procedimentos de licenciamento das atividades económicas tais como, avaliação de impacte ambiental (RJAIA), licenciamento da atividade industrial (REAI), licenciamento da atividade pecuária (REAP), licenciamento de massas pedreiras (RJPEMM), licenciamento de operações de gestão de resíduos, objetivo que, de uma forma geral foi conseguido e, na maioria dos casos, superado;

- continuar a incidir na melhoria do acompanhamento dos aterros de resíduos sólidos urbanos, com especial enfoque na avaliação do cumprimento das metas estabelecidas pelos sistemas de gestão de resíduos urbanos nos respetivos planos de adequação ao PERSU II, procedendo-se à análise dos relatórios ambientais anuais, bem como da realização de várias visitas às instalações;

- continuar a garantir o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar. Nesta matéria, foi disponibilizada aos operadores, através de uma plataforma on-line, a possibilidade do preenchimento do formulário de suporte à realização do inventário regional de emissões gasosas para o ano de 2012;

- garantir a melhoria da qualidade do ar na Região Centro. Ao nível das 9 Estações da Qualidade do Ar existentes na Região, foi possível manter o seu bom funcionamento com o regular envio dos dados para Rede Nacional da Qualidade do Ar. Contudo, não foi possível avançar com o Plano de Execução previsto para a redução da emissão do poluente de partículas nas áreas onde se registaram excedências, em virtude deste decorrer da aprovação do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar, que se encontra na Tutela para aprovação desde finais de 2010;

- realizar reuniões/ações internas e externas destinadas à definição de circuitos e uniformização de procedimentos;

- proceder à georreferenciação de processos;

- disponibilizar informação no Portal da CCDRC;

- tratar e disponibilizar informação relativa aos indicadores da plataforma Datacentro.

A DSA esteve ainda envolvida noutras atividades que não estão contempladas no Plano de Atividades, mas que tiveram um peso significativo no trabalho global e que a seguir se descrevem:

- i) Participação como orador convidado no Seminário subordinado ao tema “A nova legislação de resíduos e o preenchimento do MIRR”, promovido pela Associação de Comércio e Indústria da Bairrada;
- ii) Participação em várias reuniões de trabalho na APA destinadas à elaboração dos guias de apoio ao Sistema da Indústria Responsável (SIR);
- iii) Participação em várias reuniões de trabalho destinadas à análise, em conjunto com outras entidades, de processos de regularização do licenciamento de várias atividades, tais como pecuária, indústria e pedreiras;
- iv) Realização de visitas a várias atividades económicas da Região, no âmbito da aproximação da CCDRC ao exterior;
- v) Recolha da informação sobre o desempenho do “Movimento Limpar Portugal”.

A esta unidade orgânica estão cometidas uma grande diversidade de competências, cuja execução exige o conhecimento de uma vasta legislação, bem como conhecimento técnico muito específico em várias áreas temáticas. No ano de 2012, os recursos humanos da DSA/DLPA foram reforçados com 2 técnicos superiores, o que permitiu recuperar o atraso verificado nos processos inerentes à exploração de massas minerais (pedreiras) e melhorar o acompanhamento dos sistemas de gestão de resíduos urbanos. No entanto, só graças ao elevado esforço e empenho da generalidade dos colaboradores foi possível obter os resultados apresentados que se consideram muito bons, perante o elevado volume de processos tratados na Direção de Serviços. Como se pode verificar pelos indicadores: entradas e saídas registadas nesta unidade orgânica, o volume de solicitações tratadas decorre da entrada de 6531 documentos, das quais 3044 foram tratados na Divisão de Avaliação Ambiental (DAA) e 3394 pela Divisão de Licenciamento e Promoção Ambiental (DLPA), enquanto o número de saídas se cifrou num total de 4916.

Quanto às receitas arrecadadas, foi registado um ligeiro aumento face ao ano transato (cerca de 2,5%) período em que a DSA contribuiu com o montante de 407.518,17€. Contudo, houve alterações significativas quanto à fonte de receita, tendo-se verificado uma quebra na tipologia de projetos sujeitos ao procedimento de AIA e AlncA, nomeadamente projetos com grandes investimentos, o que se refletiu na diminuição da receita afeta à DSA/DAA. Face ao incremento verificado na emissão/renovação de licenças para operações de gestão de resíduos (em parte resultante de alteração legislativa), a receita afeta à DSA/DLPA teve um aumento relevante. Os atos praticados na DSA que constituem fonte de receita são essencialmente os seguintes: participações da DRE-C e DRAP-C, pela emissão de pareceres e participação em vistorias no âmbito do REAI/REAP/RJPEMM; procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental e Incidências Ambientais, emissão de alvarás de operações de gestão de resíduos e emissão de pareceres sobre altura das chaminés. Esta receita é repartida pelas Divisões do seguinte modo: DAA – 47.101,65 €. e DLPA – 360.416,52 €. A esta receita, acresce ainda a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), provenientes dos sistemas de gestão de aterros e que incide sobre a quantidade de resíduos geridos que, embora seja uma receita consignada a despesas administrativas e de acompanhamento dos sistemas, ascendeu em 2012 a 2 062 692,69€.

A DSF definiu cinco objetivos no Plano de Atividades de 2012.

Do plano de fiscalização aprovado para 2012, foram realizadas pelos técnicos da Direção de Serviços 142 ações de fiscalização relativas a diferentes depósitos de veículos em fim de vida (VFV), operadores de gestão de resíduos licenciados, passivos ambientais e pedreiras, gestão de RCD, loteamentos e Reserva Ecológica Nacional, distribuídos por diferentes locais da Região Centro. A meta de superação era de 120 ações de fiscalização.

O tempo médio de resposta dado às reclamações tratadas foi de 40 dias. A meta de superação era o tempo médio menor ou igual a 45 dias, pelo que o objetivo foi superado. Na superação deste objetivo teve influência a tipificação das reclamações, os procedimentos estabelecidos para o seu seguimento, os documentos tipo estabelecidos e o contributo dado pelos dois elementos que dão apoio administrativo que, para além dos técnicos superiores, deram resposta a um conjunto importante de reclamações menos complexas. O tempo de resposta está sempre condicionado pela complexidade dos assuntos tratados e pelo número de ações necessárias para a recolha dos elementos de prova, sua análise e conclusão. No entanto, nos processos mais simples e tipificados foram estabelecidas rotinas que permitiram uma resposta célere.

Em 2012 estava prevista a realização de quatro sessões temáticas de esclarecimento junto dos municípios e das forças policiais e do público em geral no âmbito do ambiente, conservação da natureza e do ordenamento do território. Foram realizadas duas ações de esclarecimento em conjunto com a DSAJAL nos Comandos da GNR de Leiria (18/04/2012) e no Comando da GNR da Guarda (24/05/2012) sobre os temas da legislação de resíduos e das contraordenações. Estava prevista ainda a realização de mais cinco sessões, uma em cada comando da GNR sobre o tema da legislação da REN. No entanto, tendo em conta as alterações introduzidas em 2012 ao Regime Jurídico da REN, foi considerado que não era oportuna a realização das referidas sessões. Assim, o presente objetivo não foi cumprido.

Em 2012 foram elaborados e aprovados os conteúdos de dez temas incluídos no portal da CCDRC sobre Fiscalização. Os temas tratados foram: Tema 1. Regime Jurídico das emissões de Compostos Orgânicos Voláteis (COV's). Tema 2. Embalagens e resíduos de embalagens. Tema 3. Óleos alimentares usados. Tema 4. Pedreiras. Tema 5. Regime Geral da Gestão de Resíduos. Tema 6. Dados estatísticos - 2011. Tema 7. Notícias. Tema 8. Reposição da legalidade (exemplos). Tema 9. Reserva Ecológica Nacional. Tema 10. Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR). Tendo em conta que o critério de superação era um número de temas pelo menos igual a 10, foi o objetivo superado.

Por fim, foram erradicados ao todo 94 situações relativas a gestão de resíduos ilegais e de passivos ambientais. Foram licenciados dois operadores de gestão de resíduos ilegais. Ao todo foram tratados neste âmbito 96 processos. O critério de superação era de maior ou igual a 80, pelo que o objetivo foi superado. Para tal contribuiu o empenho e a persistência dos técnicos, dos vigilantes da natureza e dos técnicos das Divisões Sub Regionais nas ações necessárias para se atingir tal resultado. Os procedimentos estabelecidos para este efeito, a publicitação de casos resolvidos e o aperfeiçoamento da legislação também deram um contributo importante para os resultados obtidos.

## Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF)

A DSCGAF enquanto unidade orgânica transversal a toda a organização, implementou um conjunto de tarefas e de ações que tinham como objetivo ajudar a CCDRC a responder aos novos desafios que são colocados a uma Administração Pública em mudança mas que se deseja mais eficiente e moderna. Fazer melhor com menos recursos foi e é o grande lema desta unidade orgânica contribuindo assim para um melhor desempenho da CCDRC.

O esforço continuado de reorganização, reestruturação, redefinição estratégica e reengenharia de processos tem como grande missão permitir um melhor desempenho da unidade orgânica e potenciar o longo caminho rumo à excelência. Sendo este um longo caminho, é logicamente um processo que necessita de uma melhoria constante e alterações permanentes.

Podemos assim destacar os seguintes eixos estratégicos que foram aglutinadores dos diferentes objetivos estabelecidos pelas unidades operacionais da Direção de Serviços:

- Fazer melhor com menos recursos;
- Fornecer informação a quem necessita e quando ela é útil e estratégica;
- As tecnologias e os sistemas de informação como fatores integradores.

Todo este esforço tem de ser feito com as pessoas e para as pessoas pelo que estes objetivos estratégicos tiveram depois uma correspondência direta nos objetivos individuais de todos os trabalhadores desta Direção de Serviços.

Estes objetivos estratégicos foram desenvolvidos em 11 objetivos operacionais com 18 indicadores de medida.

Dos diferentes objetivos podemos destacar as seguintes ações:

- Consolidação da infraestrutura de redes e sistemas da CCDRC através da instalação, integração e configuração dos servidores e equipamento de LAN;
- Implementação plena do sistema de armazenamento e cópia;
- Estudo de uma nova solução de ambiente único de trabalho;
- Efetuado o estudo e iniciado o desenvolvimento do portal do trabalhador;
- Elaboração da Política de Segurança do Sistema de Informação;
- Introdução de diversas melhorias nas várias aplicações informáticas;
- Introdução de alteração gráfica do portal;
- Promoção de diversas iniciativas no sentido de manter atualizado o Sistema de Informação Geográfico;
- Manutenção da biblioteca digital com a introdução de novos títulos;
- Disponibilização de dois visualizadores de informação geográfica;
- Negociação de diversos procedimentos concursais, destacando-se a rede de voz fixa e móvel, a rede de dados e internet, aquisição de 30 computadores e 3 portáteis; diverso software de rede e sistemas;
- Levantamento exaustivo dos recursos tecnológicos e informacionais no âmbito da resposta ao GPTIC, por solicitação da AMA;

- A Resolução nº 04/2011 do Tribunal de Contas define que as entidades que apliquem o POCP deverão enviar as suas contas obrigatoriamente por via eletrónica. Assim, no cumprimento do estabelecido, foi apresentada a conta de gerência de 2011 ao referido tribunal utilizando a aplicação informática disponibilizada no seu site;
- A circular nº 1369 – “Instruções sobre informação POCP/POC-Educação a enviar pelos serviços e fundos autónomos” definiu um conjunto de regras e de novos procedimentos a adotar relativamente à forma de registo contabilístico e ao envio para a Direção Geral de Orçamento (DGO) de ficheiros contendo essa mesma informação. Assim, foi implementado um *upgrade* da componente financeira do GIAF de modo a satisfazer todos os requisitos definidos na referida circular;
- Suporte e organização de ações de formação de onde se destacam:
  - 5 ações de formação realizadas nas instalações da CCDRC para trabalhadores da CCDRC;
  - participaram 91 trabalhadores em ações de formação com encargos financeiros para a CCDRC;
  - 21 trabalhadores participaram, em regime de autoformação, em cursos sobre matérias do âmbito da CCDRC.
- Foram realizadas quatro reuniões entre a Divisão de Organização e Recursos Humanos (DORH) e a Divisão de Comunicação Tecnologias e Informação (DTCI) para a elaboração da integração das bases de dados dos trabalhadores da CCDRC;
- Foram realizadas reuniões mensais da equipa da DORH para discutir os procedimentos a ter em matéria de assiduidade, contribuindo assim, para uma reflexão profunda e para uma melhoria no sistema de controlo;
- Foi efetuado o levantamento das necessidades de formação junto dos Diretores de Serviços, através do preenchimento de um inquérito;
- Foi elaborada uma candidatura ao POPH tendo a mesma sido aprovada;
- O ciclo de gestão (SIADAP 1, 2 e 3) implica uma série de procedimentos quer do avaliado quer do avaliador que tem que ser objeto de muita atenção por parte de quem organiza o processo. A DORH como agente organizador foi monitorizando todas tarefas e a sua calendarização.
- Foram definidos alguns procedimentos internos que possibilitaram a redução das despesas como o consumo de eletricidade, despesas com o correio, o consumo de papel e de consumíveis de escritório. Relativamente às deslocações de técnicos utilizando veículo do estado ou comboio, apesar do aumento dos combustíveis, a definição de novas regras permitiu a redução de despesas no consumo combustíveis, em portagens e na manutenção das viaturas. Foram também efetuados novos concursos públicos que permitiram a redução substancial de algumas despesas, nomeadamente em telecomunicações, segurança, fornecimento de energia e limpeza.

O balanço é assim positivo e foram dados passos muito importantes na consolidação de uma estratégia que passa por tornar mais eficiente e eficazes na prestação de serviços todas as áreas desta Direção de Serviço.





## Introdução

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) assumiu como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

A prossecução deste grande desígnio estratégico, indispensável para assegurar a superação dos mais significativos constrangimentos à consolidação de uma dinâmica sustentada de sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programas Operacionais, no período 2007-2013, de três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os fatores de competitividade da economia e a valorização do território: a Agenda Operacional para o Potencial Humano, a Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade e a Agenda Operacional para a Valorização do Território. A concretização destas três Agendas Temáticas é operacionalizada, no respeito pelos princípios orientadores assumidos pelo QREN - da concentração, da seletividade, da viabilidade económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização territoriais e da gestão e monitorização estratégica – pelos vários Programas Operacionais.

O Programa Operacional 2007-2013 para a Região Centro, também adiante designado por Mais Centro e/ou Programa Operacional (PO) Regional, é um instrumento com aplicação à Região Centro, do QREN que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

O PO Regional dispõe de uma dotação FEDER de 1,7 mil milhões de euros, a que se associa uma participação nacional de cerca de 0,4 mil milhões de euros, alavancando um investimento total de 2,1 mil milhões de euros nos sete anos de realização.

O PO Regional foi inicialmente aprovado pela Comissão Europeia em 09/10/2007 pela Decisão C (2007) 4693, tendo sido aprovada uma nova versão em 15/12/2011 pela Decisão C (2011) 9671. A versão atual data de 13/12/2012, aprovada pela Decisão C(2012) 9276), correspondendo à reprogramação estratégica do QREN.

Após o processo de reprogramação, a ajuda prestada pela União Europeia (UE) à Região Centro ao abrigo do FEDER, representa cerca de 7,9% das contribuições comunitárias para Portugal no âmbito da política de coesão 2007-2013.

O Mais Centro, fazendo parte do QREN e partilhando os mesmos objetivos estratégicos, tem como principal objetivo estabelecer as condições do crescimento socioeconómico através da:

- Qualificação e da valorização do território;
- Qualificação dos recursos humanos;
- Inovação e competitividade das empresas;
- Exploração dos recursos e do património da Região;
- Melhoria da qualidade do ambiente;
- Cooperação entre os setores e a construção de infraestruturas de desencravamento, no respeito da complementaridade entre os fundos comunitários.

Deste modo, o Mais Centro contribui para a realização de um dos objetivos essenciais do QREN ao visar alcançar um desenvolvimento regional equilibrado no conjunto do território.

O Mais Centro encontra-se estruturado em torno de quatro eixos prioritários: Competitividade, Inovação e Conhecimento (718 milhões de euros FEDER); Valorização do Espaço Regional (210 milhões de euros FEDER); Coesão Local e Urbana (724 milhões de euros FEDER); Assistência Técnica (49,6 milhões de euros FEDER).

### Governança do PO Regional do Centro

A governança do PO Regional desenvolveu-se de acordo com o modelo definido pelo Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que estabelece as atribuições e competências dos órgãos do QREN, a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de monitorização, auditoria e controlo, certificação, gestão, aconselhamento estratégico, acompanhamento e avaliação, em conformidade com os regulamentos comunitários relevantes, designadamente o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

O órgão de gestão do Mais Centro é a Autoridade de Gestão, que é composta pela Comissão Diretiva e pelo Secretariado Técnico. A 31 de dezembro de 2012, a Comissão Diretiva era composta pelo presidente da CCDRC (Pedro Saraiva), que presidia na qualidade de Gestor do PO e por duas vogais executivas (Ana Abrunhosa e Isabel Damasceno). O Secretariado Técnico era composto por 64 colaboradores, incluindo 4 Secretários Técnicos e 3 Coordenadores.

A Autoridade de Gestão do Mais Centro delegou competências nos seguintes Organismos Intermédios (OI), para desempenharem funções de gestão no âmbito dos Sistemas de Incentivos:

- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI, IP);
- Instituto do Turismo de Portugal, I.P. (Turismo de Portugal, I.P.);
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP, E.P.E);
- Agência de Inovação, S.A. (ADI, S.A.).

Em 16 de dezembro de 2008, após homologação da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, a Autoridade de Gestão celebrou contratos de delegação de competências para gestão de

subvenção global com os seguintes Organismos Intermédios/Associações de Municípios baseados em NUTS III: AM Dão Lafões, AM Comurbeiras, AM Pinhal interior Norte, AM Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, AM Baixo Mondego, AM Baixo Vouga, AM Pinhal Litoral, AM Oeste, AM Serra da Estrela, AM Beira Interior Sul.

### **Realização Física do Programa Operacional**

No que concerne aos resultados do Programa, destacamos:

- i) A relevância dos incentivos aos projetos de investimento das Pequenas e Médias Empresas que, num total de 1.284 projetos com contrato celebrado, envolvem 281,8 milhões de euros FEDER e 999 empresas;
- ii) O apoio a 283 projetos na área da I&DT, 225 dos quais de apoio a empresas no âmbito do SI I&DT, 45 de infraestruturas científicas e tecnológicas e 13 de difusão do conhecimento;
- iii) No setor da educação, ensino básico, com 214 centros escolares construídos e/ou remodelados para o ensino pré-escolar, 1º ciclo e 2º e 3º ciclo, o apoio a 2056 salas de aulas, beneficiando 51.898 alunos. No que respeita ao ensino pré-escolar e 1º ciclo as intervenções beneficiam cerca de 27% da população escolar da Região nestes níveis de ensino;
- iv) Nos equipamentos, os do setor da saúde, com 22 projetos abrangendo 17 unidades de saúde, onde se inclui o Equipamento do Novo Hospital Pediátrico de Coimbra e a Ampliação do Hospital Sousa Martins – Guarda;
- v) No âmbito da regeneração urbana, no conjunto, a população abrangida pelos projetos aprovados nesta tipologia de intervenção, 428 projetos, atinge cerca de 600 mil pessoas. Se a estes projetos acrescentarmos os das redes urbanas para a competitividade e para a inovação verificamos que cerca de 89% da população das cidades da Região já beneficiam de apoios nestes domínios;
- vi) Apoio a diversas intervenções em equipamentos que promovem a igualdade de oportunidades e a inclusão social, abrangendo 4 equipamentos sociais, 47 desportivos e 40 culturais.

### **Realização Financeira do Programa Operacional**

A 31/12/2012, o PO Regional financiou projetos que envolveram um investimento total de 2.545.008.163,54 euros. A despesa validada aos beneficiários atingia, em 2012, o montante global de 957.359.372,86 euros e os pagamentos FEDER efetuados envolveram um total de 981.899.813,89 euros, dos quais 166.817.215,39 euros foram realizados pelos Organismos Intermédios dos Sistemas de Incentivos. Destaca-se a execução do Eixo 3, que representa cerca de 54% do total do PO.

**Tabela 11 - Programação Financeira, Aprovações, Execução e Pagamentos por EP, a 31/12/2012**

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (FEDER) (PR)	Aprovações - FEDER (AP)	Execução - FEDER (EX)	FEDER pago ao Beneficiário(PG)
Eixo Prioritário 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento	718.000.000,00	624.510.447,82	255.032.732,33	279.960.729,90
Eixo Prioritário 2: Valorização do Espaço Regional	210.000.000,00	242.467.379,35	166.511.929,77	166.176.504,94
Eixo Prioritário 3: Coesão Local e Urbana	724.000.000,00	747.609.951,60	518.164.013,48	518.951.224,04
Eixo Prioritário 4: Assistência Técnica	44.633.124,00	31.007.305,02	17.650.697,28	16.811.355,01
<b>Total Programa Operacional</b>	<b>1.696.633.124</b>	<b>1.645.595.083,79</b>	<b>957.359.372,86</b>	<b>981.899.813,89</b>

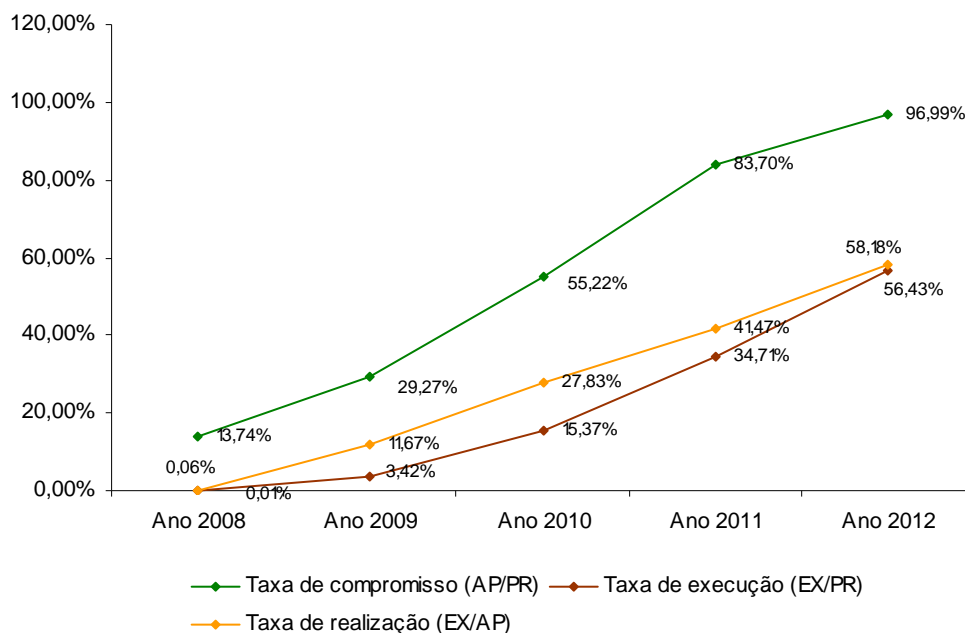
A taxa de execução alcançada em 2012 foi de 56,43%. De referir ainda que o Mais Centro conseguiu, até ao final do ano 2012, que a sua execução correspondesse a 58,18% dos montantes aprovados (taxa de realização), e que os pagamentos correspondessem a 59,67% das aprovações (taxa de pagamento).

**Tabela 12 - Indicadores financeiros do Programa, a 31/12/2012**

Designação de Eixo Prioritário	Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Eixo Prioritário 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento	86,98%	35,52%	40,84%	44,83%	109,77%
Eixo Prioritário 2: Valorização do Espaço Regional	115,46%	79,29%	68,67%	68,54%	99,80%
Eixo Prioritário 3: Coesão Local e Urbana	103,26%	71,57%	69,31%	69,41%	100,15%
Eixo Prioritário 4: Assistência Técnica	69,47%	39,55%	56,92%	54,22%	95,24%
<b>Total Programa Operacional</b>	<b>96,99%</b>	<b>56,43%</b>	<b>58,18%</b>	<b>59,67%</b>	<b>102,56%</b>

Apesar da recuperação na execução do PO Regional, verifica-se ainda uma diferença significativa entre esta e o compromisso do Mais Centro. Durante 2012 registou-se um aumento do compromisso do Programa encontrando-se muito próximo da dotação prevista.

### Evolução da taxa de compromisso, de execução e de realização, até 31/12/2012



Quanto à distribuição por NUTS III verifica-se que a Região do Baixo Vouga é a Região com maior n.º de projetos aprovados, seguida das regiões do Baixo Mondego e Pinhal Litoral, que representam 18,86%, 14,89% e 13,55% do total, respetivamente. No que respeita ao fundo comunitário aprovado, a NUTS III do Baixo Mondego apresenta o maior valor de aprovações, seguida pelas regiões do Baixo Vouga e Médio Tejo. De referir ainda, o Oeste e Médio Tejo, as novas regiões que vieram integrar a NUTS II Centro, com valores FEDER que representam 20,99% do total de aprovações e 19,73% do n.º de projetos.

**Tabela 13** - Repartição da contribuição da União por NUTS III, a 31/12/2012

NUTS	Aprovações		Execução	
	Nº Projs	Fundo	Fundo	Tx EX/AP <sup>1</sup> (Fundo)
Baixo Vouga	622	287.247.949,25	150.151.393,21	52,27%
Baixo Mondego	491	288.366.998,70	162.856.144,87	56,48%
Pinhal Litoral	447	158.791.004,46	86.198.328,47	54,28%
Pinhal Interior Norte	190	97.694.569,19	67.091.291,43	68,67%
Dão-Lafões	308	125.606.757,63	82.964.667,01	66,05%
Pinhal Interior Sul	49	19.473.773,96	13.524.792,65	69,45%
Serra da Estrela	57	29.170.477,44	17.196.167,50	58,95%
Beira Interior Norte	179	117.983.441,55	77.107.574,02	65,35%

NUTS	Aprovações		Execução	
	Nº Projs	Fundo	Fundo	Tx EX/AP <sup>1</sup> (Fundo)
Beira Interior Sul	99	52.157.352,43	34.087.819,55	65,36%
Cova da Beira	152	52.205.092,49	25.543.961,05	48,93%
Oeste	345	165.770.738,46	89.065.860,45	53,73%
Médio Tejo	306	179.651.881,57	109.556.791,10	60,98%
Multiregional Convergência por NUTS III	28	7.711.723,08	3.077.791,01	39,91%
Não Regionalizável por NUTS III	25	63.763.323,58	38.936.790,54	61,06%
<b>Total do Programa Operacional</b>	<b>3.298</b>	<b>1.645.595.083,79</b>	<b>957.359.372,86</b>	<b>58,18%</b>

Se atendermos às taxas de realização de cada NUTS III, verificamos que o Pinhal Interior Sul e o Pinhal Interior Norte evidenciam os maiores valores (69,45% e 68,67%, respetivamente).

### Principais tarefas efetuadas pela Autoridade de Gestão

Desde o início do período de programação foram apresentadas mais de 6.600 candidaturas que totalizam um investimento previsto de 6.911M€. No ano de 2012 foram apresentadas 1.023 candidaturas, às quais corresponde um investimento previsto da ordem dos 484M€.

Das 6.600 candidaturas apresentadas, 4.232 foram admitidas, com o correspondente investimento total previsto de 5.203 M€, o que traduz um investimento total médio por candidatura admitida de cerca de 1,23M€.

**Tabela 14 - Indicadores relativos ao processo de seleção, a 31/12/2012**

Indicador	Valor
Avisos de Abertura de Concurso	367
Montante do Fundo a Concurso Associado	1.668,58 M€
N.º Candidaturas Apresentadas	6.636
Investimento Total Previsto	6.911,43 M€
N.º de candidaturas admitidas	4.232
Investimento Total Previsto	5.203,30 M€
Investimento médio por candidatura admitida	1,23 M€

Quanto aos resultados alcançados para cumprimento das prioridades da União Europeia em matéria de promoção da competitividade e de criação de emprego (despesas *Earmarking*), constata-se que do total aprovado no Programa (1.645.595.083,79 euros) cerca de 73,8% (1.215.697.753,51 euros) contribuem para a execução daquelas prioridades. Os maiores contributos verificam-se nos temas prioritários infraestruturas de ensino, projetos integrados de reabilitação urbana e rural e investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e à inovação que, em conjunto, representam 66,6% do total *Earmarking*.

## Problemas significativos encontrados na implementação do Programa Operacional Mais Centro

Os problemas que a Autoridade de Gestão encontrou, em 2012, são em grande medida próximos dos relatados nos exercícios anteriores, no entanto destacamos quatro como mais significativos:

- i) fraco desempenho em termos de execução das operações aprovadas no âmbito dos sistemas de incentivos;
- ii) alterações introduzidas ao nível do quadro regulamentar;
- iii) tratamento dos projetos geradores de receitas;
- iv) carga administrativa associada a projetos de natureza imaterial, quer ao nível da aprovação, quer da análise dos pedidos de pagamento.

Acresce ainda o seguinte conjunto de observações:

- No exercício de 2012 o contributo dos beneficiários dos sistemas de incentivos para a execução do Programa foi de 38 milhões de euros, quando no exercício anterior foi de 75 milhões de euros;
- A resposta dada pelo Estado às mudanças ocorridas no contexto nacional e internacional, implicou sucessivas alterações dos regulamentos específicos, sendo reconhecido o impacto administrativo associado, em particular nas alteração das operações aprovadas e emissão de autorizações de pagamento correspondentes às alterações de taxa e pagamentos *top-up*;
- Apesar de existir informação comunitária suficiente que permite a aplicação direta do artigo 55º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, um dos constrangimentos verificados com as operações classificadas como Projetos Geradores de Receitas foi o fato de o Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão necessitar de reforçar competências técnicas neste domínio, através de ações de formação;
- A AG tem um número significativo de operações imateriais, em particular as associadas aos programas de reabilitação urbana e PROVERE que, pela sua natureza, implicam um esforço técnico adicional quer na análise técnico-financeira, quer na apreciação de pedidos de pagamento.

## Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional

Os problemas que a Autoridade de Gestão relatou nos anos de 2010 e 2011 voltaram a ocorrer em 2012, destacando-se pelas suas implicações operacionais e de gestão as alterações que tinham sido introduzidas pelo 2º Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses; o tratamento dos projetos geradores de receitas; a carga administrativa associada a projetos de natureza imaterial, quer ao nível da aprovação, quer da análise dos pedidos de pagamento; e a descrição dos sistemas de gestão e controlo das CIM.

No entanto, o ano de 2012 teve algumas particularidades que resultaram em grande medida do contexto atual do país e da necessidade de adaptar a implementação dos PO a esta nova realidade. Estas alterações resultaram assim numa reprogramação de todos os PO, implicando uma

readaptação de todos eles no sentido de fomentar, no curto prazo, a competitividade, o crescimento e o emprego.

De forma resumida, a reprogramação dos PO centrou-se num reforço da agenda da competitividade, aumentando a dotação de fundo comunitário afeto a incentivos às empresas (e ao programa Impulso Jovem associado a operações aprovadas neste âmbito); no aumento de dotações para mecanismos de engenharia financeira; no reforço a projetos e unidades de I&D; no aumento para 85% no cofinanciamento com fundos comunitários de projetos públicos (com contribuição direta para a consolidação orçamental); e na alocação de fundos comunitários (FEDER) para financiamento de medidas integradas no programa Impulso Jovem (nomeadamente passaporte emprego, industrialização, inovação e internacionalização). Esta nova situação implicou um reforço de verbas ao nível do PO FC (em cerca de 70 milhões de euros) em que a comparticipação por parte do PO Regional do Centro foi de 5 milhões de euros.

Dado todo este processo em curso, a Autoridade de Gestão teve que gerir durante o primeiro semestre do ano 2012 novas orientações relativamente aos projetos em carteira e às novas aprovações. De acordo com o estabelecido na Resolução de Conselho de Ministros n.º 33/2012, esteve em curso um processo de descativação de algumas operações aprovadas anteriormente. Simultaneamente, conforme deliberação da CMC do QREN de 8 de maio de 2012, estiveram temporariamente suspensas novas aprovações nos PO Regionais do Continente.

É de sublinhar ainda o estreito e propício diálogo estabelecido com os promotores, no sentido de trimestralizar os ritmos de execução da despesa das operações efetivamente concretizáveis no horizonte temporal 2007-2014.

### **Investimentos na Região Centro**

Até ao final de 2012, foram aprovadas na Região Centro operações no âmbito do QREN, que implicavam um investimento total de 9,16 mil milhões de euros e uma comparticipação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 6,61 mil milhões de euros. De entre os vários programas do QREN, eram o PO PH e o Mais Centro que registavam maior número de operações e de fundos comunitários aprovados. No Mais Centro, até 31 de dezembro de 2012, tinham sido aprovadas operações individuais que se traduziam num investimento total na Região de 2,54 mil milhões de euros comparticipado com fundo comunitário FEDER em 1,65 mil milhões de euros. Com um valor de fundo comunitário aprovado muito semelhante ao do Mais Centro encontrava-se o PO Potencial Humano, com um investimento total na Região de 2,37 mil milhões de euros comparticipados com fundo comunitário FSE de 1,69 mil milhões de euros. O PO Valorização do Território e o PO Fatores de Competitividade, na Região Centro, a 31 de dezembro de 2012, contavam com um investimento total de 1,35 mil milhões de euros e 2,89 mil milhões, e um fundo de 0,963 mil milhões e 1,13 mil milhões de euros, respetivamente.

### **Conclusão**

No exercício de 2012 foi possível consolidar o ritmo de execução do Programa, o que permitiu atingir uma taxa de execução de 56,43%, (face a 34,71 % em 31 de dezembro de 2011 e 15,4% em dezembro de 2010). De referir que a execução alcançada permitiu que o Mais Centro a 31/12/2012 tivesse a melhor taxa de execução dos Programas FEDER do Continente.



O ano de 2012 ficou marcado também pela reprogramação estratégica e pela possibilidade de aplicar na Região Centro um conjunto de medidas incluídas no Impulso Jovem, que visam combater o desemprego jovem.

A ano de 2012 também se caracterizou por um esforço constante em termos de acompanhamento e monitorização das operações, programas e planos aprovados. Significando também que para garantir um encerramento compatível com o arranque do próximo período de programação, o foco terá de ser colocado na execução de compromissos já assumidos e na descativação de compromissos sem capacidade de execução.

O total acumulado de pedidos de pagamento submetidos à CE em 31 de dezembro de 2012 era de 834,43 milhões de euros FEDER. Em face destes pedidos de pagamento intermédios em carteira junto da CE a regra n+3 já tinha sido atingida por excesso em 2012, estando também já garantido a 31 de dezembro de 2012, parte significativa da meta para 31 de dezembro de 2013. Face à necessidade de cumprir a regra n+3/n+2 em 2013, o que equivale a 987,23 milhões de euros de execução efetiva já descontando o pré-financiamento, o Programa teria que garantir em 2013 a restante execução e preparar 2014. A execução de 1005,70 milhões de euros a 15 de março de 2013, coloca já o Mais Centro acima da meta estabelecida para 2013.

A fim de concretizar a estratégia de modernização e de reforço da competitividade do tecido económico da Região Centro, os avisos de concurso em 2012 privilegiaram os apoios às empresas através dos sistemas de incentivos, dando prioridade aos apoios aos setores dos bens e serviços transacionáveis, ao Impulso Jovem e aos investimentos inseridos em Estratégias de Eficiência Coletiva, nomeadamente no âmbito dos Polos de Competitividade e Tecnologia e outros Clusters.



## IV – RECURSOS HUMANOS

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro é um organismo da Administração Central do Estado com atuação direta na Região Centro (NUTS II).

A Lei Orgânica em vigor estabelece seis Direções de Serviço e cinco Divisões Sub-Regionais que estão localizadas em Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu.

A CCDRC enquanto entidade regional com competência para a Gestão dos Programas Operacionais Regionais, comporta também um Secretariado Técnico de suporte a este Programa.

O universo dos trabalhadores da CCDRC, que de acordo com o Sistema Integrado de Organização do Estado (SIOE) carregado por estes serviços, bem como do Balanço Social, à data de 31 de Dezembro de 2012, era de 247 trabalhadores, assim distribuídos, por género:

**Tabela 15 – Distribuição dos recursos humanos, por género**

Número Total de Trabalhadores por género	
Homens	104
Mulheres	143
<b>Total</b>	<b>247</b>

Os indivíduos do sexo masculino representam 42% do total dos trabalhadores da CCDRC, percentagem que vem a decrescer nos últimos anos. A percentagem de indivíduos do sexo masculino no ano anterior era de 56% do total.

Na tabela seguinte está plasmada a distribuição dos trabalhadores, independentemente do vínculo, por Unidade Orgânica.

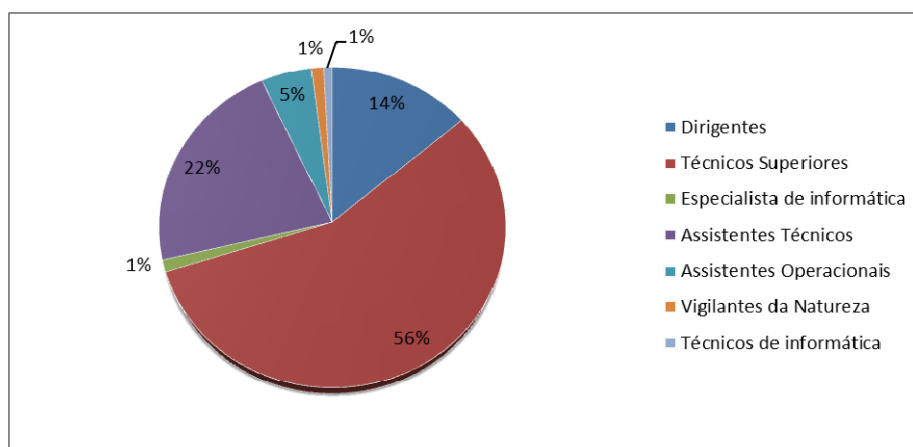
**Tabela 16 – Distribuição dos recursos humanos por unidade orgânica**

Número total de trabalhadores por Unidade Orgânica	
Direção de Serviços de Ambiente	24
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	15
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	51
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	15
Direção de Serviços de Fiscalização	8
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	23
Divisões Sub-Regionais	41
Presidência	10
Mais Centro	60
<b>Total</b>	<b>247</b>

O universo dos trabalhadores da CCDRC, está agrupado segundo a sua carreira e/ou categoria de acordo com a seguinte tabela:

**Tabela 17** – Distribuição dos recursos humanos, por carreira

Número Total de Trabalhadores por carreira	
<b>Dirigentes</b>	34
<b>Técnicos Superiores</b>	139
<b>Especialista de informática</b>	3
<b>Assistentes Técnicos</b>	54
<b>Assistentes Operacionais</b>	12
<b>Vigilantes da Natureza</b>	3
<b>Técnicos de informática</b>	2
<b>Total</b>	<b>247</b>



**Gráfico 1.** Distribuição dos trabalhadores por carreira

A análise de alguma das características do universo dos trabalhadores é apresentada anualmente no Balanço Social. Este instrumento permite avaliar a dinâmica dos recursos humanos(entradas/saídas), analisar alguns dos seus comportamentos, nomeadamente no que diz respeito ao absentismo, ou ainda quanto ao grau de tecnicidade.

**Tabela 18** – Distribuição dos recursos humanos por habilitação académica

Número Total de Trabalhadores por habilitações académicas	
<b>Doutoramento</b>	3
<b>Mestrado</b>	17
<b>Licenciatura</b>	151
<b>Bacharelato</b>	4
<b>12º ano</b>	22
<b>11º ano</b>	14
<b>9ºano</b>	23
<b>6ºano</b>	9
<b>4ªclasse</b>	4
<b>Total</b>	<b>247</b>

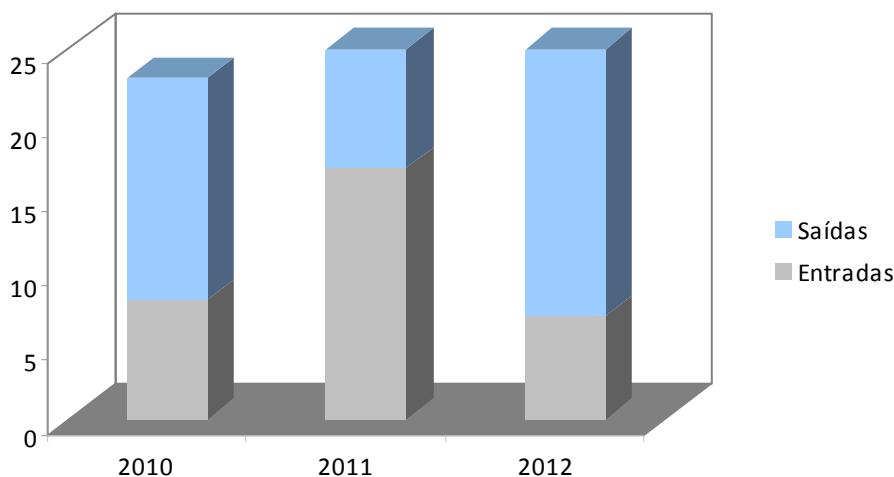
O índice de tecnicidade é assim de 66.8%. O universo dos recursos humanos da CCDRC apresenta um elevado nível de especialização abrangendo um vasto número de valências académicas, com maior representatividade nas habilitações académicas da área da engenharia civil, economia/gestão e direito.

As sucessivas alterações ao Estatuto da Aposentação previstas no OE para 2012 motivaram os trabalhadores a requerer a aposentação, pelo que cerca de 90% das saídas são por aposentação antecipada. Quatro das entradas contabilizadas em 2012 na CCDRC prendem-se com alterações dos dirigentes superiores de 1º e 2º grau (Presidente e Vice-Presidentes). Residual, neste ano, é o número de trabalhadores que ingressaram por procedimento concursal (2) e registamos ainda o regresso de um técnico que estava em mobilidade interna.

**Tabela 19 – Entrada e saída de recursos humanos**

	Entradas	Saídas
<b>Nº de trabalhadores</b>	7	18

O gráfico seguinte representa a evolução das entradas e saídas de trabalhadores para a CCDRC, nos últimos 3 anos, podendo-se verificar que 2012 foi o ano que registou menor número de entradas.



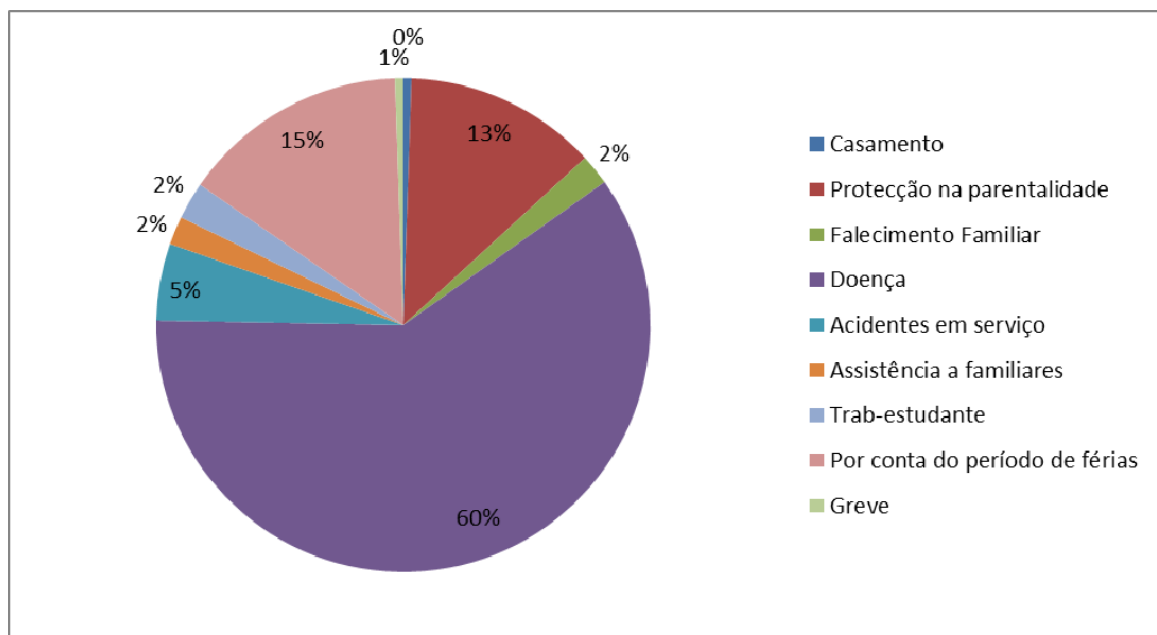
**Gráfico 2. Entradas e saídas de trabalhadores na CCDRC, nos últimos 3 anos**

O balanço social permite ainda estabelecer interligações de variáveis para que a tomada de decisão tenha como base os recursos humanos disponíveis. Neste contexto, é possível constatar que a antiguidade na Administração Pública dos trabalhadores se situa entre 30 e 34 anos de serviço (tempo muito próximo do que é necessário para aposentação).

No entanto, a maior parte dos trabalhadores da CCDRC situa-se no grupo etário dos 55 a 59 anos (idade abaixo da idade exigida para aposentação).

O motivo de absentismo mais presente na assiduidade dos trabalhadores da CCDRC é a ausência ao serviço por motivo de doença (1.122 dias de ausência) e são as mulheres que apresentam mais este tipo de justificação, quer seja para doença da própria, quer seja para apoio a familiar.

É de realçar que as ausências ao serviço por proteção na parentalidade tiveram alguma expressão neste ano, muito em consequência da idade mais jovem dos trabalhadores afetos à Estrutura de Missão do Mais Centro.



**Gráfico 3. Tipo de faltas dadas pelos trabalhadores da CCDRC**

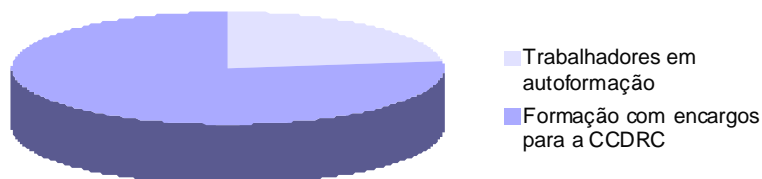


No que se refere à análise do número de trabalhadores da entidade que participaram em ações de formação profissional, por cargo, carreira, grupo e género (tabela 12), foram no seu total **91** trabalhadores.

**Tabela 20** – Número de trabalhadores que participaram em ações de formação

Carreira	Género		Total
	F	M	
Dirigente Superior	2	2	4
Dirigente Intermédio	13	9	22
Técnico Superior	35	25	60
Assistente Técnico	2	2	4
Assistente Operacional			0
Informático		1	1
		<b>Total</b>	<b>91</b>

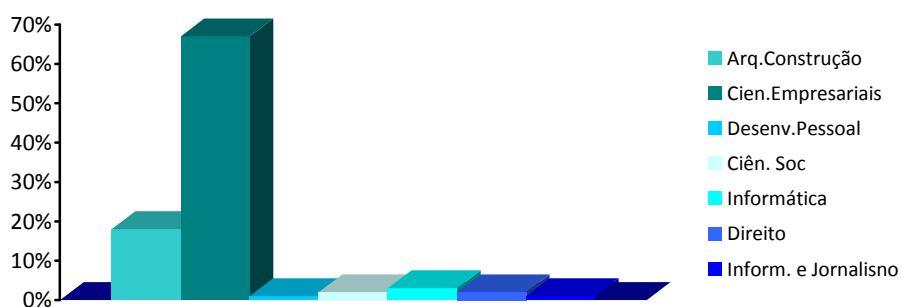
Sendo que 21 daqueles trabalhadores participaram em ações de formação pelo regime de autoformação, de acordo com o artigo 24.º da referida lei, correspondendo a uma taxa de participação de cerca de 23% (gráfico 4), estando registados no quadro 6.



**Gráfico 4.** Representação do regime de formação

No que se refere à caracterização das ações de formação profissional desenvolvidas por áreas de formação, modalidade, tipo e duração de ações, custos, tipo de horário, regime de formação, formandos e entidade formadora, tendo em conta, os seus parâmetros, revela-se que na área de formação (registo por ação) relativamente à área de estudo, de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (Portaria n.º 256/2005, 16 de março), teve a seguinte participação (gráfico 5):

- a) Vinte e três formandos em Arquitetura e Construção, sendo a taxa de participação nesta área cerca de 18% do número total de formandos;
- b) Oitenta e seis formandos em Ciências Empresariais, sendo a taxa de participação de cerca de 67%;
- c) Um formando em Desenvolvimento Pessoal;
- d) Dois formandos em Ciências Sociais;
- e) Três formandos em Informática;
- f) Dois em Direito;
- g) Um em Informação e Jornalismo.



**Gráfico 5 – Distribuição da percentagem de trabalhadores por área de formação**

No que respeita à modalidade de formação, constata-se uma elevada predominância da formação contínua (artºs 12.º e 13.º do Dec.-Lei n.º 50/98 de 11 de março), havendo apenas três participações na formação inicial obrigatória (art.º. 11.º).

No tipo de ação de formação a taxa de participação em formação externa e interna de formandos foi igual (50% de formação externa e 50% de formação interna), sendo que na formação interna 58 participações correspondem à formação ministrada pelo IGAP, no âmbito da candidatura aprovada pelo POPH, nas instalações da CCDRC.

O investimento em formação foi de 10.128,50 €, imputável a custos diretos, ou seja valor das inscrições.

A duração média por horas despendidas em ações de formação por formando foi de cerca de dezoito horas, sendo o volume total de formação de duas mil e trezentas e sessenta e seis horas.

O número total de ações de formação em que participaram os trabalhadores da CCDRC foi de 128.

Sobre o tipo de horário de formação predomina a formação em regime laboral com a percentagem média de 98%, havendo apenas uma participação nos regimes pós-laboral e misto.

No tocante ao regime de formação destaca-se o regime presencial, com apenas uma participação no regime à distância ou *e-Learning*.

Quanto aos indicadores de execução do plano de formação, no que concerne à formação interna, através de candidatura aprovada pelo POPH, o número de ações realizadas foi de 5 ações, estando no entanto previstas 8, o que corresponde a uma taxa de realização de 62,5%. Quanto ao número total de participações, foram de cinquenta e oito, excedendo o previsto (50), com um índice de participação de 116%.

No que respeita ao número de trabalhadores que participaram em ações de formação em regime de autoformação (a expensas do próprio, art.º 24.º do D. Lei nº 50/98, de 11 de Março), o seu total foi de 21.

**Tabela 21** - Nº de trabalhadores que participaram em ações de formação, em regime de autoformação

Carreira	Género		Total
	F	M	
Dirigente Superior	0	0	0
Dirigente Intermédio	1	1	2
Técnico Superior	9	9	18
Assistente Técnico	0	1	1
		<b>Total</b>	<b>21</b>





De acordo com o artigo 18.º n.º 1 da Lei n.º 66-B/2007, a expressão qualitativa da avaliação final dos serviços é expressa pelas seguintes menções:

- a) Desempenho bom, atingiu todos os objetivos, superando alguns;
- b) Desempenho satisfatório, atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes;
- c) Desempenho insuficiente, não atingiu os objetivos mais relevantes.

Face ao exposto ao longo deste relatório, proponho a menção de Desempenho Satisfatório, a atribuir no ano de 2012, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, como resultado da autoavaliação.

Organismo	Menção a atribuir em 2012
CCDRC	Satisfatório

Coimbra, 31 de março de 2013

O Presidente da CCDRC

(Professor Doutor Pedro Manuel Andrade Saraiva)



**Anexo 1.** – Prestação de Contas

**Anexo 2.** - Grau de cumprimento dos objetivos do plano de atividades, por unidade orgânica

**Anexo 3.** - Inquérito interno realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2 alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro

**Anexo 4.** – Inquérito externo realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2 alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro



## **Prestação de Contas**

Em 2012 a Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa Financeira (DSCGAF) fechou o ciclo de modernização dos procedimentos de gestão financeira e patrimonial e dos respetivos suportes tecnológicos, iniciado em 2010, com a prestação de contas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e a adoção da Norma de Controlo Interno que lhe está subjacente. Esta prestação de contas junto do Tribunal de Contas foi feita de modo eletrónico.

Nesta prestação de contas far-se-á a análise comparada dos pagamentos e recebimentos dos anos 2010 a 2012.

A 31 de Dezembro de 2012, a CCDRC não tinha dívidas a fornecedores, situação que se mantém sob controlo há vários anos.

## Análise Orçamental

### Estrutura de despesa

O financiamento da atividade da CCDRC é assegurado por transferências do Orçamento do Estado (Receitas Gerais), por transferências de Fundos Comunitários (FEDER) e por Receitas Próprias (resultantes de taxas, contraordenações e prestações de serviços). A distribuição é a seguinte:

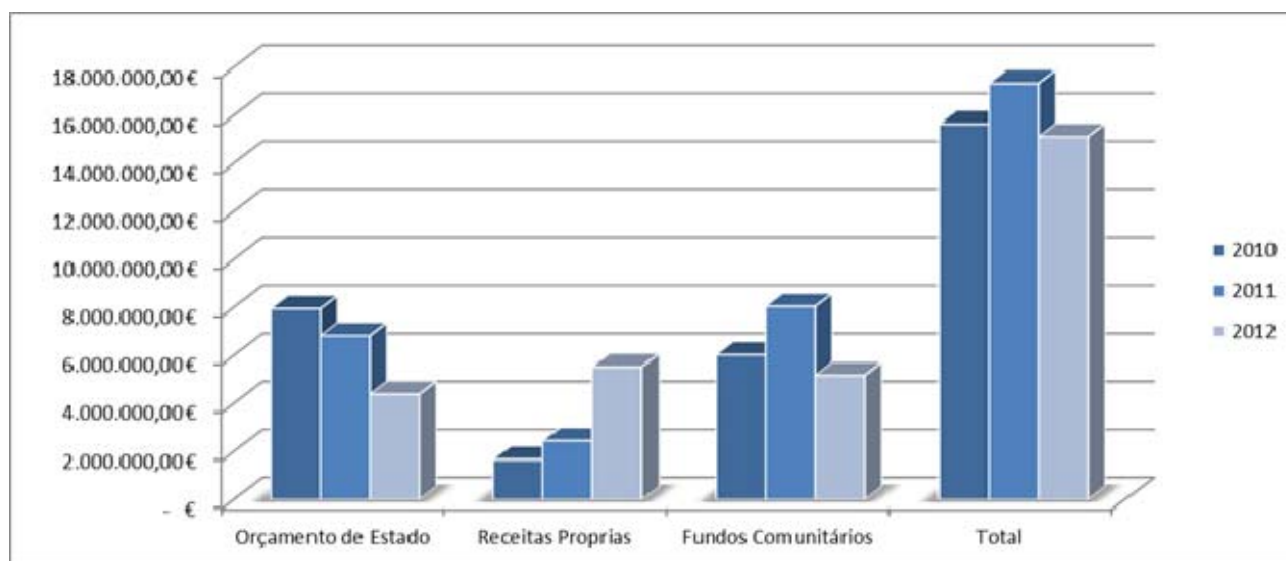
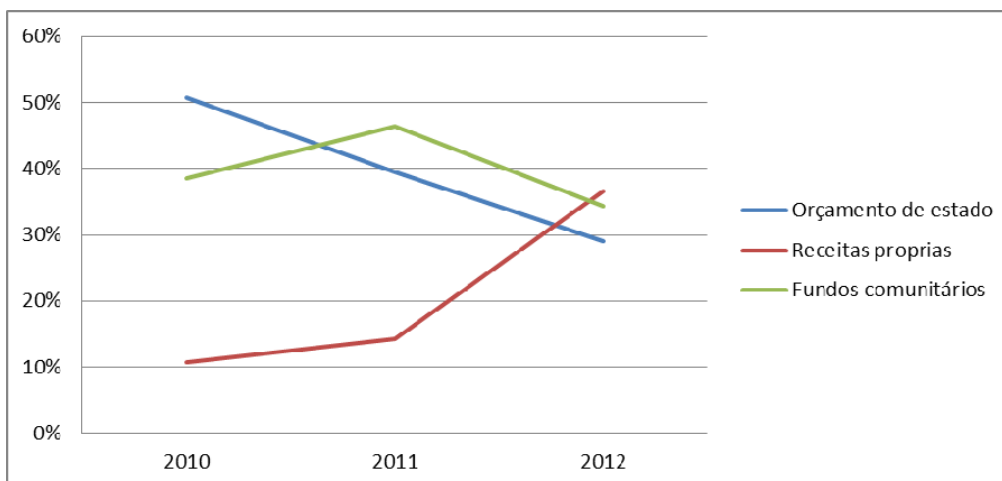


Gráfico 6 – Distribuição por fonte de financiamento (valores de orçamento)

Em 2012 as transferências de OE totalizaram 4.396.399€, montante que cobriu apenas 64% das despesas com pessoal. Estas transferências têm vindo a perder peso na estrutura de financiamento.

A transferência de fundos comunitários teve, em 2012, um peso no orçamento de 34% totalizando 5.193.262,00€.

As receitas próprias em 2012 representaram 36% das receitas totais, enquanto que em 2011 representavam 32%. As receitas próprias são quase na sua totalidade devidas à cobrança da taxa de gestão de resíduos (TGR) sendo a mesmo uma receita consignada.

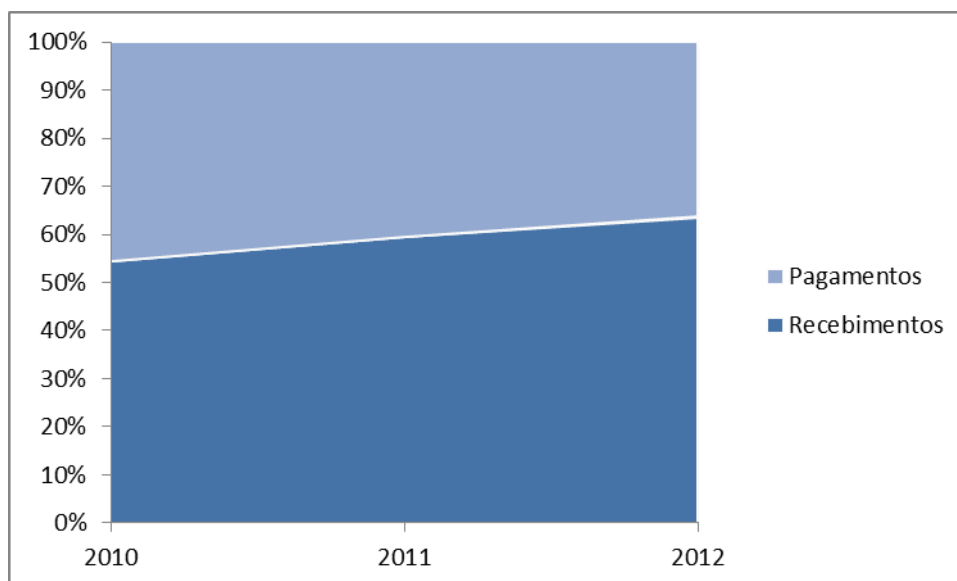


**Gráfico 7 – Evolução do peso relativo das componentes da estrutura de financiamento**

### Recebimentos e Pagamentos

Os recebimentos sofreram um ligeiro decréscimo de 14.920.875€ (2011) para 14.868.244€ (2012), traduzido numa redução de 0,35%.

Os pagamentos também decresceram cerca de 19%, passando de 10.160.985€ (2011) para 8.513.712€ (2012).



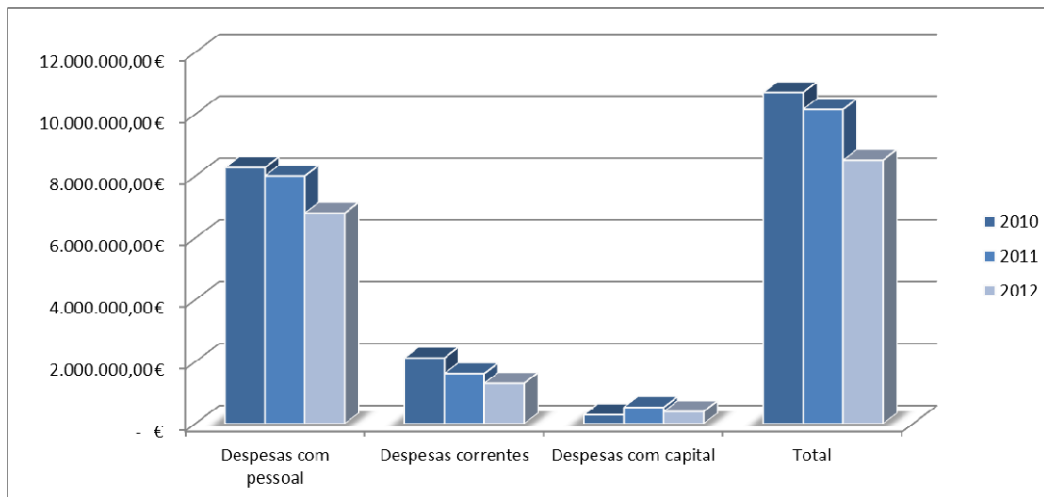
**Gráfico 8 – Evolução da relação Pagamentos/Recebimentos**

### Indicadores de despesa

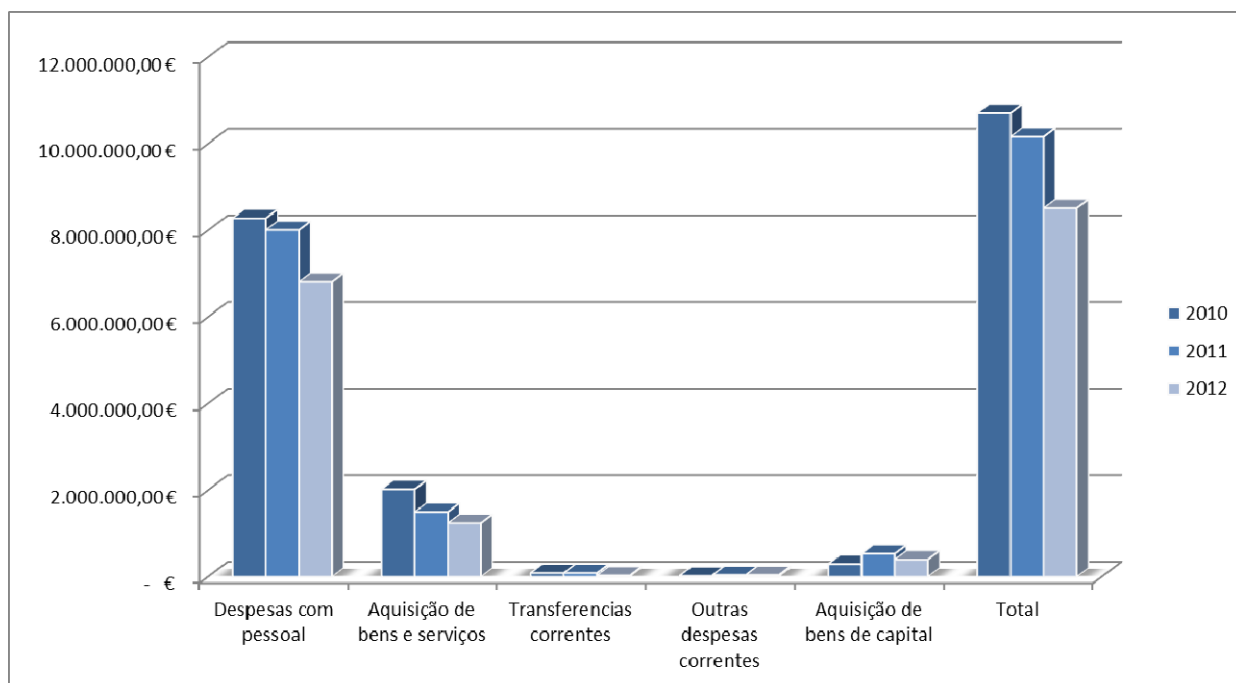
A despesa global decresceu em 2012 relativamente ao ano de 2011, cerca de 19%.

Para este resultado contribuíram positivamente as rubricas “despesas com pessoal” e “Aquisição de bens e serviços” cujas contribuições foram em termos absolutos de 1.203.079€ (-17%) e 254.994€ (-20%) respetivamente. Estas são as principais rubricas da despesa, que representam 94% do seu total.

A evolução da despesa por grandes grupos foi a seguinte:

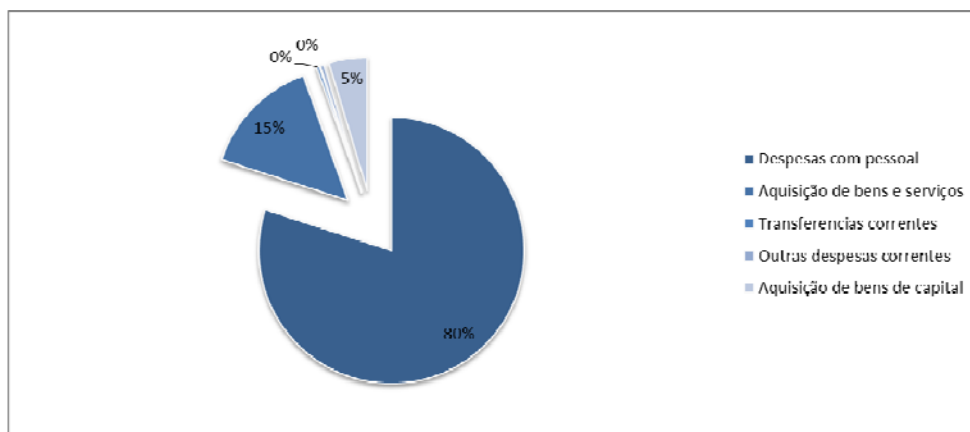


**Gráfico 9 – Distribuição da despesa realizada**



**Gráfico 10 – Distribuição da despesa realizada por classificação económica**

Na estrutura da despesa de 2012 as rubricas de “Pessoal” e de “Aquisição de bens e serviços” são as que têm maior peso, 80% e 15% respetivamente.



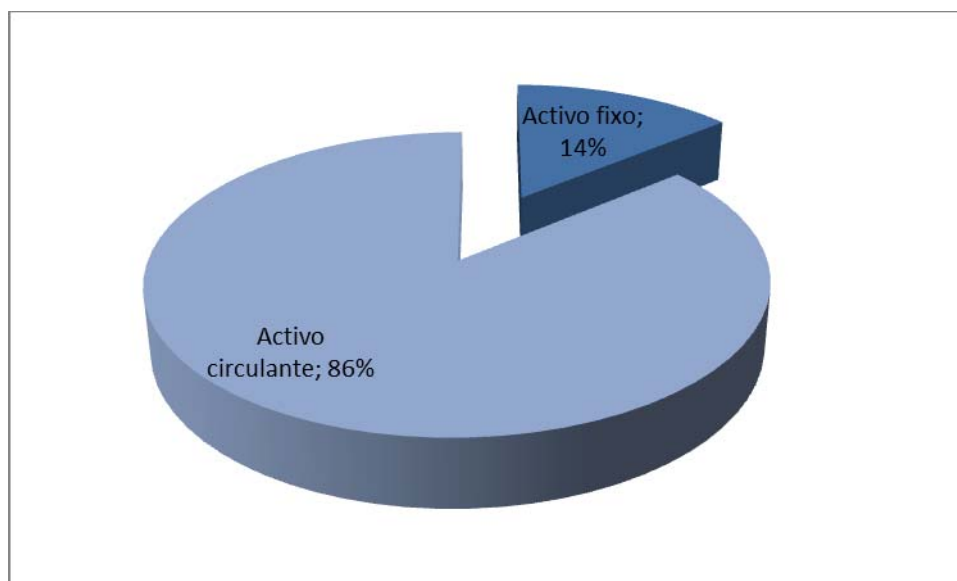
**Gráfico 11 – Peso da despesa realizada por classificação económica**

## Análise Patrimonial

### Estrutura do Ativo

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), e espelha a situação patrimonial da CCDRC a 31 de dezembro de 2012.

Os capitais permanentes são totalmente financiados pelos capitais próprios.



**Gráfico 11 – Estrutura do ativo liquido**

### Estrutura do Passivo

O valor apresentado como passivo refere-se na totalidade a valores inscritos em operações de tesouraria. São referentes a fundos comunitários que estão na posse da CCDRC mas que não lhe pertencem.

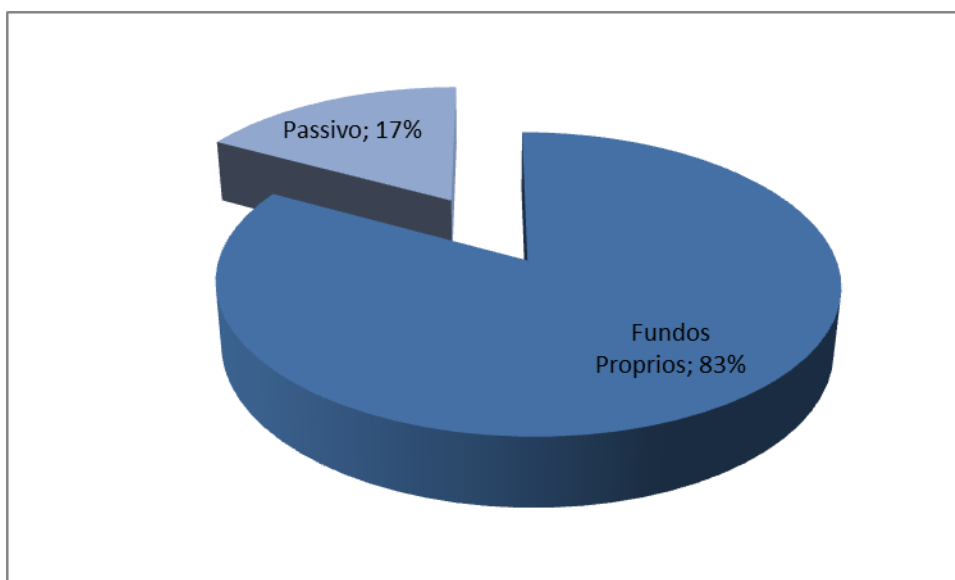


Gráfico 12 – Fundos Próprios e Passivo

### Balanço e Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

Apresenta os resultados das operações segundo a ótica económica (custos e proveitos) da CCDRC.

Os proveitos em 2012 sofreram uma redução de 20%, tendo passado de 12.778.865 € para 10.219.271 €.

Na rubrica impostos e taxas, verificou-se uma redução de 597.208 €, correspondendo a 18%.

Nos proveitos, é ainda de referir, a redução em 23%, -2.086.778€, nas transferências e subsídios.

Globalmente, os custos diminuíram cerca de 12%, totalizando o montante de 1.064.609 €. Essa redução verificou-se fundamentalmente nas rubricas de “custos com pessoal” (-13%) e “fornecimentos e serviços externos”, (-17%).

O resultado líquido do exercício cifrou-se em 2.165.466 €.



## BALANÇO

Código das contas POCP	A C T I V O	Exercícios			
		2012			2011
		AB	AA	AL	AL
42	Imobilizações corpóreas:	1986.537,74	951853,24	1034.684,50	1059.811,88
21+24+26	Dívidas de terceiros - Curto prazo	616.495,59		616.495,59	37.231,62
13	Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e c	6.841.288,86		6.841.288,86	6.403.172,31
27	Acréscimos e diferimentos	2.492,75		2.492,75	3.582,21
	<i>Total de amortizações.....</i>		951853,24		
	<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>	<b>9.446.814,94</b>	<b>951.853,24</b>	<b>8.494.961,70</b>	<b>7.503.797,32</b>

Código das contas POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2012	2011
		Fundos próprios:	
51	Patrimônio	194.309,47	184.998,37
59	Resultados transitados	4.697.615,99	1.109.008,02
88	Resultado líquido do exercício	2.165.466,45	3.660.451,32
	<b>Total dos fundos próprios .....</b>	<b>7.057.391,91</b>	<b>4.954.457,71</b>
Passivo			
26	Dívidas a terceiros - Curto prazo	826.838,23	1.650.301,08
27	Acréscimos e diferimentos	610.731,56	899.038,53
	<b>TOTAL DO PASSIVO.....</b>	<b>1.437.569,79</b>	<b>2.549.339,61</b>
	<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO.....</b>	<b>8.494.961,70</b>	<b>7.503.797,32</b>

## Demonstração dos resultados - 31/12/2012

Código das contas - POCP	Custos e perdas	Exercício	
		2012	2011
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.063,54	7.463,51
62	Fornecimentos e serviços externos.....	1.227.233,53	1.472.406,99
64	Custos com o pessoal	6.297.709,65	7.211.826,54
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais...	55.199,40	52.222,44
66	Amortizações do exercício.....	425.527,40	335.172,17
65	Outros custos e perdas operacionais.....	34.186,31	34.784,48
69	Custos e perdas extraordinários.....	9.884,81	4.537,23
88	Resultado líquido do exercício .....	2.165.466,45	3.660.451,32
	<b>TOTAL</b>	<b>10.219.271,09</b>	<b>12.778.864,68</b>

Proveitos e ganhos			
71	Vendas e prestações de serviços:	137.553,00	129.248,02
72	Impostos, taxas e outros.....	2.718.686,09	3.315.894,36
73	Proveitos suplementares .....	1.380,00	6.125,46
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:	7.159.682,27	9.246.460,47
76	Outros proveitos e ganhos operacionais .....	10.578,73	14.353,55
78	Proveitos e ganhos financeiros .....		
79	Proveitos e ganhos extraordinários .....	191.391,00	66.782,82
	<b>TOTAL</b>	<b>10.219.271,09</b>	<b>12.778.864,68</b>



**Grau de cumprimento dos objectivos do plano de actividades,  
por unidade orgânica**

## Grau e cumprimentos dos objectivos do plano de actividades, por unidade orgânica

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
					Superou	Cumpriu	Não Cumpriu
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	DS	Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização	N.º de sessões estratégicas de reflexão	2	X		
			N.º de iniciativas de internacionalização	1	X		
			Data de apresentação do Guia do Investidor	31-Dez	Eliminado por decisão da nova Presidência em Julho de 2012		
			N.º de conteúdos produzidos	2		X	
	DCP	Reforçar a dinâmica da cooperação e internacionalização da Região Centro e assegurar a gestão do programa POCTEP 2007-2013	N.º de atualizações dos sites das Comunidades de Trabalho CENCYL e EUROACE	30	X		
			N.º de iniciativas de internacionalização	2	X		
			Proporção de projetos POCTEP em execução na Região Centro com acompanhamento físico	85%			X
	DPA	Promoção institucional da Região Centro e da CCDRC	N.º de ações realizadas	2	X		
	DPA	Fortalecer o sistema de informação para a Região	N.º de eventos de divulgação do Datacentro	10	X		
			Data de entrega dos conteúdos para edição do "Região Centro – Boletim Trimestral"	90 dias após o fim do trimestre	X		
			N.º de documentos temáticos ou setoriais	4	X		
			N.º de comunicações apresentadas em Seminários	2	X		
			N.º de documentos de monitorizações de políticas públicas na Região Centro	4	X		
			Avaliar o impacto socioeconómico de projetos de investimento na Região	Proporção dos pareceres emitidos até 2 dias antes do prazo definido	95%	X	

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	
Objetivos	Fundamentações
Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização	<p>Com o intuito de refletir sobre os desafios atuais e para 2014-2020 foi dinamizado em Arganil um Seminário sobre Inovação e competitividade na Região Centro. De igual modo considerou-se fundamental dinamizar um encontro de reflexão com todos os promotores regionais envolvidos na temática da cooperação transfronteiriça na Região Centro. Por forma a fundamentar a posição estratégia do Centro na reflexão nacional sobre a Estratégia Atlântica foi considerado pertinente ouvir alguns dos principais players regionais.</p> <p>Em termos de iniciativas de internacionalização foram realizados dois workshops em Bruxelas durante os Open Days, o primeiro sobre Smart partnerships for innovation and entrepreneurship e o segundo sobre Local Development strategies, public/private partnerships and multi-funded projects.</p> <p>Durante o ano de 2012 lançou-se um portal dos museus e espaços museológicos da Região Centro o que permitiu não só divulgar o roteiro já editado, como também garantir a atualização permanente da informação existente. Com vista a fundamentar a discussão de revisão das NUTS III foi elaborado um documento técnico de trabalho discutido inicialmente com a Secretaria de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa e posteriormente com as várias Comunidades Intermunicipais.</p>
Reforçar a dinâmica da cooperação e internacionalização da Região Centro e assegurar a gestão do programa POCTEP 2007-2013	<p>O site da EUROACE foi dinamizado através da inserção de 40 notícias que refletiram situações práticas de cooperação no território. A dinâmica de cooperação foi ainda reforçada com a participação ativa da CCDRC na Jornada técnica de acompanhamento de projetos de cooperação do território EUROACE em Badajoz, no Conselho Diretivo da Comunidade de Trabalho Centro-Castilla y León em Valladolid e no Conselho Executivo da EUROACE em Mérida.</p> <p>No que respeita à gestão do programa POCTEP 2007-2013 não foi possível cumprir o objetivo proposto, na medida em que 41% das validações de despesa foram apresentadas no último trimestre de 2012, não permitindo assegurar um acompanhamento físico de todos os projetos e ações concretizados pelos promotores. Além disso, este foi também o período do ano mais exigente em termos de outras atividades não previstas em que a Divisão foi chamada a envolver-se. Foi o caso da participação em grupos de trabalho de âmbito nacional, que envolveram deslocações com elevada frequência a Lisboa, e o processo de planeamento estratégico CRER2020 iniciado pela nova Presidência em Julho de 2012. Por estes motivos apenas 72% dos projetos POCTEP tiveram acompanhamento físico.</p>
Promoção institucional da Região Centro e da CCDRC	<p>Foi apresentado o projeto “Caminhos de Fátima” na BTL, foram realizadas em co-organização com outros parceiros regionais as II Jornadas de Enoturismo na Região, foi desenvolvido o portal do Roteiro dos Museus e foram apresentadas as Aldeias do Xisto nos Open Days em Bruxelas.</p>

Fortalecer o sistema de informação para a Região	Com o intuito de fortalecer o sistema de informação criado para a Região divulgou-se em vários seminários e junto de várias instituições (CIM, Universidades, Institutos Politécnicos e Segurança Social) o Datacentro. Deu-se continuidade à divulgação atempada do Centro de Portugal – Boletim Trimestral e à divulgação de documentos de monitorização de políticas públicas na Região. Mais concretamente elaborou-se a publicação “A importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento” para o Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte, Beira Interior Sul e Oeste. Foi ainda desenvolvida uma análise das “Políticas Públicas no Centro de Portugal QREN 2007-2013” à data de Junho de 2012. No portal da CCDRC foram divulgados dois estudos aprofundados de carácter regional: um Retrato Social do Centro de Portugal e uma caracterização para os municípios das Receitas nas Finanças Locais. Foi ainda realizada uma análise à “execução orçamental dos municípios da Região Centro em 2010” com base nos dados do SIAL (Sistema Integrado de Informação da Administração Local) que se apresentou num Seminário organizado pela DSAJAL na CCDRC. Em termos de dinâmicas regionais foram ainda divulgados duas reflexões sobre a importância e as alterações recentes na agricultura da Região Centro e sobre qual o contributo que o Datacentro poderá imprimir no acompanhamento das dinâmicas regionais no Centro de Portugal.
Avaliar o impacto socioeconómico de projetos de investimento na Região	A proporção dos pareceres de AIA/AE que foram emitidos até dois dias antes do prazo definido foi de 95,2%. No caso dos pareceres dos sistemas de incentivos foram 99,7% emitidos antes do prazo que tinha sido estabelecido.

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
					Superou	Cumpriu	Não Cumpriu
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	DS	Seminários sobre a Reforma da Administração Local/Seminários Temáticos sobre Finanças Locais/sessões de Esclarecimento SIIAL e recursos humanos	Seminários e Sessões realizadas	3 Seminários e 16 sessões de esclarecimento	X		
		Divulgação de FAQ em matéria de apoio jurídico e financeiro às Autarquias Locais	FAQ elaboradas	Divulgação de 12 FAQ	X		
	DAJ	Assessoria Jurídica e contencioso administrativo	Tempo médio de resposta/Qualidade	60% dos atos de apoio jurídico prestados em 30 dias úteis com correção jurídica;	X		
		Apoio Jurídico às autarquias locais e entidades equiparadas	Tempo médio de resposta e qualidade	60% dos atos de apoio jurídico prestados em 30 dias com correção jurídica	X		
	DCTF	Medidas de Tutela da legalidade	Percentagem de propostas de decisão sobre autos de contraordenação	65% das propostas de decisão/relatórios sobre os autos notícia/participações de processos contraordenação instaurados em 2012 ; Sessões de esclarecimento sobre contraordenações ambientais;		X	

	Cooperação técnica com os Municípios da Região Centro no âmbito das finanças locais	Número de Municípios da Região Centro	Acompanhamento e verificação da totalidade dos documentos previsionais, dos documentos de prestação de contas e ainda do Fundo Social Municipal, dos Municípios da Região Centro, bem como resposta às solicitações de informação e pareceres dos Municípios	X		
	Cooperação técnica com as Freguesias da Região Centro no âmbito das finanças locais	Número de Freguesias da Região Centro	Acompanhamento e verificação da informação sobre os documentos previsionais para 2012 e de execução orçamental de 2011, de pelo menos por 50% das freguesias no âmbito do SIInpocalCENTRO e se for proposta formação à totalidade das Freguesias da Região Centro no âmbito da prestação de informação sobre recursos humanos no âmbito do SIAL	X		
	Cooperação técnica e financeira com autarquias e entidades equiparadas e com entidades associativas de utilidade pública de âmbito religioso, cultural e desportivo	Número de processos de contratos-programa, acordos de colaboração e protocolos objeto de acompanhamento	Acompanhamento de 100% dos processos de contratos-programa, acordos de colaboração e protocolos em curso		X	

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	
Objetivos	Fundamentações
Seminários sobre a Reforma da Administração Local/Seminários Temáticos sobre Finanças Locais/sessões de Esclarecimento SIAL e recursos humanos	<p>Foram promovidos e realizados 6 seminários, 3 pela DSAJAL/DAJ e 3 pela DSAJAL/ DCTF estando devidamente registados no portal da CCDRC:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Três Seminários sobre «Eleitos Locais e Recursos Humanos das Freguesias», com a participação da Dr.ª Maria José L. Castanheira Neves ( CCDR Centro) e do Dr. José Manuel Lima ( CCDR Centro), realizados em 17 e 30 de Maio de 2012 em Coimbra e em 27/06/2012, em Viseu);</li> <li>- Seminário sobre “A prestação de contas no SIAL”, na CCDRC, em 31 de Janeiro de 2012, com a participação do Dr. Alexandre Amado (IGF - Inspeção Geral das Finanças), da Dr.ª Andrea Saldanha (CCDRC) e da Dr.ª Vanessa Almeida (CCDRC);</li> <li>- Seminário sobre “A prestação de contas por via eletrónica ao Tribunal de Contas” na CCDRC em 28 de Fevereiro de 2012 com a presença do Dr. António Costa e Silva, Dr. João Carlos Cardoso (Tribunal de Contas);</li> <li>- Seminário sobre “A prestação de contas das Freguesias por via eletrónica ao Tribunal de Contas” em Viseu (auditório da Escola Superior de Tecnologia de Viseu) em 19 de Novembro de 2012, com a presença do Dr. António Costa e Silva, Dr. João Carlos Cardoso (Tribunal de Contas);</li> </ul> <p>Foram promovidos e realizados 56 sessões técnicas de esclarecimento e trabalho com Freguesias da Região Centro, em colaboração com a DSR da Guarda e a DSR de Castelo Branco e o apoio da DSR de Leiria e da DSR de Viseu, no âmbito do “Reporte de informação referente aos recursos humanos das Freguesias no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIAL) (ver “Relatório da iniciativa de divulgação e formação das Freguesias da Região Centro no âmbito do reporte de informação referente aos recursos humanos das Freguesias no Sistema Integrado de Informação da Administração Local - SIAL) registado no portal da CCDRC.</p>
Divulgação de FAQ em matéria de apoio jurídico e financeiro às Autarquias Locais	Foram elaboradas 33 FAQ e registadas no portal da CCDRC
Assessoria Jurídica e contencioso administrativo	Elaboram-se 100 pareceres jurídicos ( 25 sobre regulamentos de PMOT, 16 sobre diversos assuntos solicitados pelos serviços da CCDR, 59 no âmbito do apoio jurídico ao QREN), com correção jurídica , < 30 dias; Elaboram-se 26 peças processuais, 9 respeitantes à CCDR e 17 peças processuais no âmbito do QREN , com correção jurídica.
Apoio Jurídico às autarquias locais e entidades equiparadas	Elaboraram-se 247 pareceres e informações jurídicas, com correção jurídica , < 30 dias.
Medidas de Tutela da legalidade	Foram elaborados < 65% das propostas de decisão/relatórios sobre os autos notícia/participações de processos contraordenação instaurados em 2012 ( 363/743 ) , pelo que parte do objetivo não foi cumprido; Foram realizadas sessões de esclarecimento sobre contraordenações ambientais, em conjunto com a DSF, pelo que nesta parte o objetivo foi superado;



<p>Cooperação técnica com os Municípios da Região Centro no âmbito das finanças locais</p>	<p>Foram acompanhados a totalidade dos Municípios da Região Centro em matéria de verificação e/ou validação dos documentos previsionais, dos documentos de prestação de contas e ainda do Fundo Social Municipal, conforme respetivos “Relatórios de acompanhamento das Autarquias da Região Centro em matéria de finanças locais”;</p> <p>Relatórios de Análise dos Documentos Previsionais dos Municípios da Região Centro:  Relatório Síntese de Acompanhamento e Análise dos Documentos Previsionais de 2012 dos Municípios da Região Centro;  <b>Relatório de Análise dos Documentos de Prestação de Contas dos Municípios da Região Centro</b>  Relatório Síntese do Acompanhamento da Prestação de Contas de 2011;</p> <p>Fundo Social Municipal :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Relatório síntese de acompanhamento da execução dos municípios da Região Centro no âmbito do apoio financeiro garantido pelo Fundo Social Municipal - 1.º Trimestre de 2012;</li> <li>-Relatório de acompanhamento da execução dos municípios da Região Centro no âmbito do apoio financeiro garantido pelo Fundo Social Municipal - 2º Trimestre de 2012;</li> <li>-Relatório de acompanhamento da execução dos municípios da Região Centro no âmbito do apoio financeiro garantido pelo Fundo Social Municipal - 3º Trimestre de 2012 e registados no portal da CCDRC.</li> </ul>
<p>Cooperação técnica com as Freguesias da Região Centro no âmbito das finanças locais</p>	<p>Em termos de acompanhamento e verificação da informação sobre os documentos previsionais para 2012 e de execução orçamental de 2011, de pelo menos por 50% das freguesias no âmbito do SlnpocalCENTRO, foi, de acordo com o registado no “Estado” desta aplicação informática:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- registados os documentos previsionais de 2012 de 552 Freguesias (50% x 1103 = 551,5 Freguesias);</li> <li>- registados os documentos de execução orçamental de 2011 de 406 Freguesias (50% x 1103 = 551,5 Freguesias);</li> </ul> <p>No que respeita à proposta de formação à totalidade das Freguesias da Região Centro no âmbito da prestação de informação sobre recursos humanos no âmbito do SIIAL, foi, tal como explicitado no “Relatório da iniciativa de divulgação e formação das Freguesias da Região Centro no âmbito do reporte de informação referente aos recursos humanos das Freguesias no Sistema Integrado de Informação da Administração Local - SIIAL) registado no portal da CCDRC em:</p> <p>proposta formação à totalidade das Freguesias da Região Centro, através de 56 sessões técnicas de esclarecimento e trabalho e 10 visitas de trabalho.</p>
<p>Cooperação técnica e financeira com autarquias e entidades equiparadas e com entidades associativas de utilidade pública de âmbito religioso, cultural e desportivo</p>	<p>Foram acompanhados a totalidade dos processos de contratos-programa, acordos de colaboração e protocolos em curso referentes conforme listagens de obras, compreendendo a verificação das intervenções promovidas pela DGAL, DGOTDU, DGLB e Turismo de Portugal, juntamente com as autarquias e entidades equiparadas e entidades associativas de utilidade pública de âmbito religioso, cultural, recreativo e desportivo, nomeadamente em termos de verificação de trabalhos de obra, da validação de autos de medição de trabalhos de obra e conformidade dos pedidos de participação, bem como de outra documentação técnica e financeira subjacente a contratos-programa, acordos de colaboração e protocolos.</p>

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
					Superou	Cumpriu	Não Cumpriu
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	DSOT/DOTCN/D GT	Disponibilização de documentos e de informação relevante no Portal da CCDRC	N.º de novos documentos  Data da atualização  Nº e data - FAQ's	2 documentos  Todos documentos atualizados  4 FAQ's		X	
	DSOT/DOTCN/DGT	Assumir o papel de plataforma regional de discussão e análise sobre áreas temáticas relevantes para o planeamento territorial	N.º de ações realizadas (workshops/fóruns de debate/comunicações/publicações)	4 ações		X	
	DSOT/DOTCN/DGT	Recolha, tratamento, análise e divulgação de informação, analógica e/ou georreferenciada, relevante em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território	N.º de estudos/relatórios  Concretização do Guia Apoio à Elaboração de Planos de Pormenor	2  1		X	
	DSOT/DOTCN	Fomentar a cooperação e coordenação/concertação com as autarquias locais e suas associações (designadamente as CIM) em matérias estruturantes e/ou em constrangimentos em matéria de ordenamento do território	N.º de ações (P=50%)  N.º de relatórios (P=50%)	4 ações  2 relatórios			X
	DSOT/DOTCN/D GT	Colaborar com outras Unidades Orgânicas quanto ao descritor Ordenamento do Território	Tempo médio de resposta	Cumprir os prazos constantes das fichas de atividades		X	

DSOT/DGT/D OTCN	Garantir a representação da CCDRC em comissões, grupos de trabalho e fóruns, internos e externos	Presenças em reuniões	(n.º de presenças/n.º convocatórias)*100 = 80%	X		
DSOT /DGT	Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matérias de uso, ocupação e transformação do território	% de pareceres emitidos no prazo legal	80%		X	
DSOT/DOTCN	Garantir a decisão concertada das EAC, no âmbito do RJUE, da REN e na formação e dinâmica de PMOT	% de decisões no prazo legal % de realização de Conferências de Serviço no prazo legal	Decisões SIRJUE -90%  Realização de conferências de serviço – 80%	X		
DSOT/DOTCN	Efetuar o acompanhamento dos processos de elaboração, alteração e revisão dos IGT bem como a sua suspensão e estabelecimento de Medidas Preventivas	% de reuniões e pareceres de CA e reuniões setoriais realizadas no prazo legal	80%	X		
DSOT/DOTCN	Assumir as competências de Ponto Focal do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo e participar no desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação Territorial	N.º participação em reuniões	(N.º de participação em reuniões/ n.º de convocatórias para reuniões)*100 =90%		X	
DSOT/DOTCN	Garantir o acompanhamento na elaboração das REN Municipais e promover a sua aprovação	% de processos REN objeto de acompanhamento (P=50%)  % de decisões sobre a REN (P=50%)	(N.º de acompanhamento de REN efetuados/n.º de acompanhamento de REN solicitados)*100= 90%  (N.º de decisões/n.º de pedidos de aprovação)*100= 80%	X		

DSOT/DOTCN /DGT	Disponibilização de indicadores em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território para o Datacentro	N.º de indicadores	80	X		
	Assegurar a execução do PROT-Centro de forma a alcançar os objetivos e os resultados nele previstos *	% de resposta no âmbito da adequação	80%			
% de IGT compatibilizados com o PROT		80%				
Data de implementação do Sistema de Monitorização e Avaliação do PROT-Centro **		31 Dezembro			X	
DSOT/DSRs	Garantir a coordenação da emissão de pareceres das DSRs, nas matérias não delegadas, no âmbito do uso, ocupação e transformação do território, bem como em pareceres que envolvam o descritor ordenamento do território.	Tempo médio de resposta na DSOT	10 dias	X		

\* - Dependente da aprovação do PROT-Centro e respetiva data

\*\* - Dependente da disponibilização de fontes de financiamento

Direção de Serviços de Ordenamento do Território	
Objetivos	Fundamentações
Disponibilização de documentos e de informação relevante no Portal da CCDRC	<p>Foram superados os 3 indicadores de desempenho, porquanto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Foram elaborados 6 novos documentos (<i>Desafetação do Regime Florestal; Zona de Proteção de Edifício Pública; Norma OT-06-Delimitação da REN; Norma OT-06-A-REN-REGIME Transitório; Norma OT-07-Alterações da REN; Norma OT-07-A-Alterações Simplificadas da REN</i>).</li> <li>- Foram atualizados todos os documentos;</li> <li>- Foram disponibilizadas no portal 30 novas FAQ's (14 relativas à delimitação e alteração da REN; 12 relativas à formação e dinâmica de PMOT; e 4 relativas a procedimentos de gestão territorial).</li> </ul>
Assumir o papel de plataforma regional de discussão e análise sobre áreas temáticas relevantes para o planeamento territorial	<p>O número de ações realizadas ultrapassaram largamente a meta de 4, tendo consistido nas seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 4 ações dirigidas aos municípios para divulgação/formação no âmbito da utilização da plataforma SIRJUE (Coimbra e Guarda, estes dois com a presença da DGAL; e outras duas em Águeda e Alvaiázere);</li> <li>- Foram realizadas 4 ações de divulgação do Guia de Apoio – Revisão de PDM (Sertã, Guarda, Anadia e Viseu).</li> </ul>
Recolha, tratamento, análise e divulgação de informação, analógica e/ou georreferenciada, relevante em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na vertente da gestão territorial foram elaborados 2 estudos/relatórios: “<i>Áreas solicitadas para intervenção em reserva ecológica nacional</i>” e “<i>O SIRJUE na Região Centro</i>”: <ul style="list-style-type: none"> <li>- No primeiro, a recolha, análise e sistematização da informação permitiu relacionar os pedidos de ocupação/intervenção em áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) ocorridos na Região Centro, no ano de 2011 com as diversas tipologias de áreas de REN e as decisões emitidas, permitindo recolher e disponibilizar indicadores e informação sobre o uso, ocupação e transformação do solo nesta Região.</li> <li>- O segundo, com base no histórico da utilização do Sistema Informático do RJUE, identificou o grau de utilização, pelos municípios, desta plataforma informática e os principais constrangimentos e deficiências na sua utilização o que permitiu uma maior eficiência nos procedimentos uma vez que foram fornecidas orientações aos municípios por forma a harmonizar todas as tarefas desenvolvidas nesta aplicação e, ainda, colaborar com a DGAL na melhoria do seu funcionamento. O estudo permitiu também a recolha de indicadores relacionados com consultas em razão das localizações relativas às operações urbanísticas na Região Centro.</li> </ul> </li> <li>- Na vertente de ordenamento do território foram elaborados 3 estudos: <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>O sistema de execução de planos e a perequação</i>, desenvolve uma abordagem à gestão dos territórios, na vertente diretamente relacionada com a programação e execução dos Planos e consequentemente com a perequação compensatória resultante dos benefícios e encargos decorrentes dos mesmos;</li> <li>- <i>Uma abordagem aos riscos naturais II – Os riscos de abaixamento, assentamento, fluência e dilatação</i>, neste documento apresenta-se, para cada um dos riscos enunciados, a sua caracterização, desenvolvendo os seguintes aspetos: 1. Conceitos, causa e efeitos; 2. Avaliação e cartografagem; 3. Atenuação dos efeitos.</li> <li>- <i>Edificação Turística – O Plano de Intervenção no Espaço Rural (PIER)</i>, este documento aborda a edificação turística, particularmente ao nível do solo rural, bem como os regimes de edificabilidade que lhe estão associados.</li> </ul> </li> <li>- Foi elaborado o “<i>Guia Orientador – Elaboração de PP</i>”, que tem como <b>principal objetivo</b> apoiar o processo de elaboração do PP, sistematizando as fases e os procedimentos que lhe são inerentes previstos na legislação em vigor, procurando assim contribuir para a melhoria do sistema de planeamento. Este documento não pretende ser uma compilação técnica/legislativa nem definir metodologias e modelos rígidos, mas sim reunir orientações de apoio à elaboração dos planos de pormenor, por forma a que estes sejam exequíveis e as soluções por eles preconizadas se traduzam num território mais qualificado.</li> </ul>

Fomentar a cooperação e coordenação/concertação com as autarquias locais e suas associações (designadamente as CIM) em matérias estruturantes e/ou em constrangimentos em matéria de ordenamento do território	O processo de reorganização territorial das NUTSIII bem como do quadro legislativo enquadrador das competências das CIM, que teve lugar no decurso do ano de 2012, alterou o contexto em que estas acções tinham sido previstas determinando a inoportunidade da sua concretização no ano em causa. Por esse motivo foi apenas realizada 1 das acções previstas.
Colaborar com outras Unidades Orgânicas quanto ao descritor Ordenamento do Território	<p>Foram fornecidos os contributos quanto ao descritor ordenamento do território nos prazos solicitados, relativamente às seguintes matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação de Impacte Ambiental (AIA);</li> <li>• Avaliação de Incidências Ambientais (AlncA);</li> <li>• Operações de Gestão de Resíduos;</li> <li>• Planos de Gestão de Lamas;</li> </ul> <p>Foram ainda apresentados contributos no âmbito de todas as reuniões dos grupos de trabalho relativos a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pedidos de adaptação de explorações de massas minerais (pedreiras) não tituladas por licença,</li> <li>• Pedidos de regularização de estabelecimentos industriais,</li> <li>• Pedidos de regularização de explorações pecuárias.</li> </ul>
Garantir a representação da CCDRC em comissões, grupos de trabalho e fóruns, internos e externos	<p>A DSOT garantiu a 100% a representação da CCDRC nas seguintes comissões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação da CCDRC em reuniões da Comissão de Autorização Comercial (COMAC), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de Janeiro, para esclarecimentos sobre o funcionamento daquela Comissão relativos a pedidos de autorização para a instalação de estabelecimentos e conjuntos comerciais;</li> <li>• Representação da CCDRC (43 reuniões) na ERRANC</li> <li>• A Comissão Distrital de Protecção Civil, em reuniões de trabalho, para a elaboração do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios;</li> </ul>
Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matérias de uso, ocupação e transformação do território	No âmbito da gestão territorial, foram emitidos pareceres relativamente a 1398 processos, num prazo médio de 23,8 dias. Tendo em conta que a maioria dos processos tem um prazo legal de 25 dias, inferior ao tempo médio de resposta, pode-se afirmar que o objetivo se encontra cumprido.
Garantir a decisão concertada das EAC, no âmbito do RJUE, da REN e na formação e dinâmica de PMOT	<p>Em relação ao SIRJUE foram solicitados 304 pareceres/decisões, tendo sido emitidas 301, o que perfaz uma taxa de realização de 99%</p> <p>Relativamente às Conferências de serviços, ao abrigo do n.º 3 do art.º 75.º-A do RJIGT, foram realizadas 22 reuniões, todas no prazo legal, o que perfaz uma taxa de realização de 100%</p>
Efetuar o acompanhamento dos processos de elaboração, alteração e revisão dos IGT bem como a sua suspensão e estabelecimento de Medidas Preventivas	<p>- No âmbito do acompanhamento dos procedimentos de formação e dinâmica de PMOT, foram emitidos os seguintes pareceres:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 21, no âmbito do n.º 2 do art.º 75.º-C do RJIGT, todos no prazo legal;</li> <li>- 8, no âmbito de suspensão de PMOT e de Medidas Preventivas, todos no prazo legal;</li> <li>- 19, no âmbito do n.º 4 do art.º 5.º do DL 232/2007, de 15/06, 18 dos quais dentro do prazo legal;</li> <li>- 17, no âmbito do n.º 3 do art.º 7.º do DL 232/2007, de 15/06, 16 dos quais dentro do prazo legal;</li> <li>- 10, no âmbito do art.º 78.º do RJIGT, todos no prazo legal.</li> </ul> <p>- Foram realizadas 17 reuniões de CA/CTA/CMC, todas no prazo legal;</p> <p>- Foram realizadas 121 reuniões setoriais e de acompanhamento, todas elas dentro do prazo legal.</p> <p>Face ao universo total de 213 solicitações, em que apenas em 2 não se cumpriram os prazos legal, perfeitou-se uma taxa de realização de 94%.</p>

Assumir as competências de Ponto Focal do Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo e participar no desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação Territorial	<p>Não houve solicitações.</p> <p>Dadas as alterações na estrutura orgânica da Direção Geral do Território (anterior DGOTDU), o grupo de trabalho, coordenado pela DGOTDU, para a construção do Sistema Nacional de Indicadores de Base de Ordenamento do Território e Urbanismo, não convocou qualquer reunião, pelo que, tendo em conta o indicador, tal facto não corresponde a qualquer incumprimento da CCDRC.</p>
Garantir o acompanhamento na elaboração das REN Municipais e promover a sua aprovação	<p>No âmbito do acompanhamento na elaboração das REN Municipais, destacam-se os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Foram objeto de acompanhamento 44 processos de REN (40 de processos de elaboração e 4 processos de alteração à REN;</li> <li>- Foram objeto de decisão 4 processos (1 de elaboração e 3 de alteração), os quais foram remetidas para aprovação pelo Governo.</li> </ul> <p>Correspondendo estes 44 processos ao universo total de solicitações, atingiu-se uma taxa de realização de 100%.</p>
Disponibilização de indicadores em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território para o Datacentro	<p>No âmbito da alimentação com indicadores da <i>plataforma de observação das dinâmicas regionais</i>, foram disponibilizados 48 indicadores estatísticos em relação à REN e 25 em relação ao RJUE, de caracterização da Região Centro e ainda 66 indicadores relacionados com instrumentos de gestão territorial e de ordenamento do território, o que perfaz um total de 116 indicadores.</p>
Assegurar a execução do PROT-Centro de forma a alcançar os objetivos e os resultados nele previstos *	<p>Este objetivo não teve possibilidade de execução por ainda não ter sido aprovado o PROT Centro, condição essa que tinha ficado salvaguardada no plano de atividades. assim também não se verifica incumprimento deste objetivo.</p>
Garantir a coordenação da emissão de pareceres das DSRs, nas matérias não delegadas, no âmbito do uso, ocupação e transformação do território, bem como em pareceres que envolvam o descritor ordenamento do território.	<p>A Direção de Serviços analisou e emitiu parecer sobre todas as informações e pareceres elaboradas pelas divisões sub-regionais num prazo médio de cinco dias.</p>

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
					Superou	Cumpriu	Não Cumpriu
Direção de Serviços de Ambiente	DSA/DAA/DLPA	Promover a atualização do Portal, bem como a atualização e normalização de procedimentos de forma a satisfazer os <i>stakeholders</i> externos	Os constantes das fichas de atividade	As fixadas nas fichas de atividade		X	
		Promover as políticas de ambiente através de ações externas e internas, para intercâmbio, divulgação e uniformização de procedimentos bem como de promoção ambiental	N.º de Ações	5	X		
		Promover a atualização de informação temática de cariz ambiental, a disponibilizar na Plataforma Data Centro.	N.º de indicadores atualizados	14	X		
		Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de trabalho externos de âmbito nacional e regional e internos	%	As fixadas nas fichas de atividade	X		
		Contribuir para a atuação concertada da Administração Pública	N.º de respostas via plataforma eletrónica/n.º de solicitações*100	90%	X		
		Manter os prazos na execução das atividades inerentes ao regime jurídico de AIA	N.º total de dias gastos/ N.º total de procedimentos	As fixadas nas fichas de atividade	X		
	DSA/DAA	Manter o prazo de resposta de pareceres de AincA (FER)	N.º total de dias gastos/ N.º total de procedimentos	46 dias	X		
		Garantir com eficácia o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar	Os constantes nas fichas de atividade	As constantes nas fichas de atividade	X		
		Garantir a melhoria da qualidade do ar na Região	Elaboração do programa de execução do plano de melhoria da qualidade do ar e do Relatório de Acompanhamento do Programa de Execução	As constantes nas fichas de atividade	---	(*)	
			Elaboração do inventário Nacional das emissões atmosféricas para 2011	As constantes nas fichas de atividade	X		
	DSA/DLPA	Manter o tempo despendido na emissão de alvarás de licença de operações de gestão de resíduos	N.º total de dias gastos/ N.º total de pareceres emitidos	As constantes nas fichas de atividade	X		
		Melhorar a eficácia nos processos de licenciamento: industrial (RELA/REAI); explorações de massas minerais; valorizações agrícolas de lamas	N.º total de dias gastos/ N.º total de pareceres emitidos	As constantes nas fichas de atividade	X		



	Promover a eficácia no acompanhamento dos processos de licenciamento de aterros	N.º total de dias gastos/N.º de decisões emitidas	N.º	X		
	Verificar o cumprimento das condições técnicas estipuladas nos alvarás emitidos para operações de tratamento de resíduos	Visitas técnicas de operadores de tratamento de resíduos licenciados	10	X		
	Acesso à informação relativa à instrução de pedidos de operadores de tratamento de resíduos	Disponibilizar no site da CCDRC a lista de elementos necessários à instrução de pedidos de operações de tratamento de resíduos	30 Abril 2012			X
	Realização de visitas/reuniões com os Sistemas Intermunicipais e Multimunicipais de gestão de resíduos sólidos urbanos da competência da CCDRC, para acompanhamento dos sistemas e respetivos Planos de Ação de gestão de resíduos sólidos urbanos da Região Centro.	N.º de visitas/reuniões	4	X		

(\*) ver fundamentação da não avaliação na tabela seguinte.

Direção de Serviços do Ambiente	
Objetivos	Fundamentações
Promover a atualização do Portal, bem como a atualização e normalização de procedimentos de forma a satisfazer os <i>stakeholders</i> externos	<p>O portal da CCDRC foi atualizado nas matérias que envolvem as seguintes temáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>_ Avaliação de Impacte Ambiental (AIA);</li> <li>_ Avaliação de Incidências Ambientais (AInCA ou FER);</li> <li>_ Qualidade do ar;</li> <li>_ emissões gasosas.</li> </ul> <p>No que diz respeito à AIA e AInCA foram disponibilizadas as DIA's e DINCA's emitidas em 2010 e 2011. Foram atualizados 4 dos conteúdos propostos, tendo estabelecida uma meta de 4. O objetivo foi cumprido.</p>

<p>Promover as políticas de ambiente através de ações externas e internas, para intercâmbio, divulgação e uniformização de procedimentos bem como de promoção ambiental</p>	<p>Foram promovidas 13 ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 3 ações de divulgação da rede de monitorização da Qualidade do Ar, com visita às Estações por alunos de Escolas Secundárias e de Escolas Superiores;</li> <li>✓ uma ação de uniformização de critérios com as DSR's e DSF;</li> <li>✓ uma ação interna dirigida à Presidência e colaboradores da DSA, dando conta das atividades desenvolvidas, bem como a identificação de situações com intervenção prioritária e outras ações futuras;</li> <li>✓ reunião realizada com a DSDR para definição dos indicadores ambientais a disponibilizar no DATACENTRO e definição da articulação entre as duas Unidades Orgânicas;</li> <li>✓ reunião com a DSCAF, sobre o novo desenho do PORTAL e Comunicação;</li> <li>✓ Reunião com a DSAJAL e DSF, para acerto de procedimentos sobre as fontes poluidoras de Vila Velha de Ródão;</li> <li>✓ Reunião com a FCT – UNL, para intercâmbio de informação e futura colaboração;</li> <li>✓ Reunião com representante da DRE-C, para uniformização de procedimentos e troca de informação entre as duas entidades, relativamente ao Exercício da Atividade Industrial e Pedreiras;</li> <li>✓ 2 Reuniões com docentes da Universidade de Aveiro, para estabelecer parceria em projetos internacionais de cariz ambiental.</li> <li>✓ Participação como orador convidado no Seminário subordinado ao tema “A nova legislação de resíduos e o preenchimento do MIRR”, promovido pela Associação de Comércio e Indústria da Bairrada</li> </ul> <p>O presente objetivo foi largamente superado (13 ações), face à meta proposta (5 ações).</p>
<p>Promover a atualização de informação temática de cariz ambiental, a disponibilizar na Plataforma Data Centro.</p>	<p>Foram disponibilizados pela DSA 62 indicadores a disponibilizar no Datacentro. A DAA contribuiu com a disponibilização de 36 indicadores e a DLPA com 26.</p> <p>O objetivo foi largamente superado, face à meta estabelecida (disponibilização de 14 indicadores).</p>
<p>Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de trabalho externos de âmbito nacional e regional e internos</p>	<p>A DSA manteve participação assídua em diversas reuniões de grupos de trabalho, nomeadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>_ Conselho Regional da APA/ARH Centro;</li> <li>_ Conselho Regional da APA/ARH Tejo;</li> <li>_ Conselho Regional da APA/ARH Norte;</li> <li>_ Assembleia-geral do CESAB;</li> <li>_ GT PNUEA 2012/2020;</li> <li>_ GT ao abrigo do art.º 69 do D.L. n.º 209/2006, de 29/10 (REALI);</li> <li>_ GT ao abrigo do art.º 69 do D.L. n.º 214/2008, de 10 de Novembro (REAP);</li> <li>_ Grupo de trabalho no âmbito do SIR</li> <li>_ Comissão Nacional da ECOXXI, promovida pela ABAE;</li> <li>_ Comissão Nacional do Galardão “Chave Verde”, promovido pela ABAE, tendo sido asseguradas todas as reuniões e visitas decorrentes das competências daquelas comissões;</li> <li>_ Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário de Leiria da Valorlis;</li> <li>_ Comissões de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), cuja autoridade de AIA foi a APA</li> <li>_ Grupo de pontos focais no âmbito do RJAIA/SIR</li> <li>_ Grupo de trabalho da Qualidade do ar (GTAR);</li> <li>_ Grupo de trabalho para definição de Valores Limite de Emissão (VLE) e assuntos relacionados com emissões gasosas</li> </ul> <p>As metas estabelecidas para a participação nas várias comissões e grupos de trabalho situavam-se nos 95%, sendo que os resultados variaram de 100% para a grande maioria, e 98% nas restantes, sendo a meta de 90%, pelo que o objetivo foi superado.</p>

Contribuir para a atuação concertada da Administração Pública	O presente objetivo reflete a proporção das respostas dadas via Portal REAI, e obteve um resultado de 97%, tendo sido a meta estabelecida para 90%. O objetivo foi claramente superado.
Manter os prazos na execução das atividades inerentes ao regime jurídico de AIA	<p>Tempos médios gastos nas seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ AIA, cuja autoridade de AIA foi a CCDRC: dos 17 procedimentos, a média de n.º dias foi 93 dias úteis, cuja meta era de 98 dias</li> <li>✓ AIA cuja Autoridade de AIA foi a APA: dos 15 procedimentos, a média de n.º dias foi 13 dias úteis, cuja meta era de 3 dias antes do prazo concedido;</li> <li>✓ Pós Avaliação cuja Autoridade de AIA foi a CCDRC: dos 4 procedimentos a média de dias úteis foi 38, cuja meta era de 47 dias;</li> <li>✓ Proposta de Definição de âmbito (PDA): dos 4 procedimentos, a média de n.º dias foi 28 dias úteis, cuja meta era de 30 dias.</li> </ul> <p>As atividades designadas por dispensa de AIA e Pós Avaliação cuja Autoridade de AIA foi a APA não ocorreram no ano de 2012</p> <p>O presente objetivo foi superado</p>
Manter o prazo de resposta de pareceres de AincA (FER)	O tempo médio gasto nos procedimentos de AincA (concluídos em 2012) foi 43 dias úteis, cuja meta 44 dias úteis. O objetivo foi superado.
Garantir com eficácia o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar	<p>O atraso máximo, em dias, na análise dos relatórios de caracterização de emissões gasosas e emissão de pareceres, a 31 de dezembro, foi de 28 dias, sendo a meta de 60 dias</p> <p>Não houve emissão de resposta a pedidos de rotatividade das fontes, no âmbito do referido diploma, face à ausência de solicitações.</p> <p>O objetivo foi claramente superado.</p>
Garantir a melhoria da qualidade do ar na Região	<p>Ind. 1- No cumprimento do disposto do Decreto-Lei nº 102/2010, de 23 de Setembro que estabelece as linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar, a nível nacional e determina, para as zonas onde os níveis de poluentes são superiores aos valores limite, a elaboração de planos de qualidade do ar e respetivos programas de execução, destinados a fazer cumprir esses mesmos valores. Neste contexto, a CCDRC elaborou um Plano de Melhoria da Qualidade do Ar, que remeteu à tutela, para aprovação em Novembro de 2010, o qual até à presente data não foi aprovado</p> <p>Face à falta de aprovação pela tutela, não obstante as várias diligências efetuadas, não foi elaborado o programa de execução do plano de qualidade do ar, não podendo ser imputada à UO a não realização deste indicador.</p> <p>Ind. 2 - Foi elaborado o inventário regional de poluentes atmosféricos para o ano de 2011 até à data proposta.</p> <p>O objetivo foi superado.</p>
Manter o tempo despendido na emissão de alvarás de licença de operações de gestão de resíduos	As metas impostas para o cumprimento deste objetivo foram superadas, no caso do regime geral de licenciamento e atingidas no caso do regime simplificado, na sequência da implementação de procedimentos internos que visaram melhorar os tempos de resposta ao requerente.
Melhorar a eficácia nos processos de licenciamento: industrial (REAI/REAI); explorações de massas minerais; valorizações agrícolas de lamas	O objetivo em apreço foi superado, não obstante alguma demora na análise dos processos inerentes à aprovação do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística de Pedreiras. No que respeita às outras valências da DLPA, referidas no presente objetivo, há a referir que as metas referenciadas nas fichas de atividades correspondentes foram superadas (REAI - 22 dias em média) em consequência de alguma reengenharia de processos e de procedimentos, ocorrida durante o ano de 2012, e que veio permitir a melhoria nos tempos de resposta ao requerente.

Promover a eficácia no acompanhamento dos processos de licenciamento de aterros	Foram efetuadas 6 visitas de licenciamento/acompanhamento a diversas unidades de tratamento de RSU. Foram emitidas três licenças de exploração, em clata de superação dos prazos legais estabelecidos. O objetivo foi superado.
Verificar o cumprimento das condições técnicas estipuladas nos alvarás emitidos para operações de tratamento de resíduos	Quer as vistorias de licenciamento, quer as vistorias de controlo, para verificação das condições técnicas das Operações de Gestão de Resíduos, foram realizadas, imediatamente a seguir ao pagamento das respetivas taxas, com superação do prazo legalmente estabelecido. O objetivo foi superado
Acesso à informação relativa à instrução de pedidos de operadores de tratamento de resíduos	A informação tem vindo a ser compilada e sistematizada pelos colaboradores da DLPA que desenvolvem tarefas na matéria em causa, e que se preocupam em disponibilizar diariamente, via e-mail, ou em sede de reunião, verificando-se que, cada vez mais, os pedidos de licenciamento de OGR se apresentam corretamente instruídos. Face ao redesenho do Portal e à dificuldade de disponibilizar recursos humanos para sistematizar a informação a disponibilizar, não foi possível dar cumprimento a este objetivo no prazo estabelecido.
Realização de visitas/reuniões com os Sistemas Intermunicipais e Multimunicipais de gestão de resíduos sólidos urbanos da competência da CCDRC, para acompanhamento dos sistemas e respetivos Planos de Ação de gestão de resíduos sólidos urbanos da Região Centro.	Foram analisados quatro relatórios ambientais anuais, sendo três deles referentes a aterros de RSU e um referente a aterro de RNP. Foram, ainda efetuadas 6 visitas a centros de tratamento de RSU, alinhados com as principais orientações decorrentes do PERSU II. O objetivo foi superado.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				Superou	Cumriu	Não Cumriu
Direção de Serviços de Fiscalização	Implementar plano de fiscalização ativo, com um mínimo de 100 ações de fiscalização técnica.	N.º de ações de fiscalização técnica realizadas do plano	100	X		
	Dar resposta às reclamações em 55 dias (média)	N.º de dias para uma resposta ou encaminhamento (entidade externa ou interna).	55	X		
	Sessões temáticas de esclarecimento junto dos municípios e das forças policiais e do público em geral no âmbito do ambiente, conservação da natureza e do ordenamento do território (4 sessões)	N.º de sessões temáticas	4			X
	Atualizar os temas da DSF no portal da CCDRC ( 8 temas)	N.º de temas atualizados superiormente validados.	8	X		
	Garantir a erradicação de operadores de gestão de resíduos ilegais e de passivos ambientais (60 operadores erradicados ou licenciados; ou passivos erradicados)	N.º de operadores de gestão de resíduos ilegais erradicados ou licenciados; ou passivos erradicados.	60	X		

Direção de Serviços de Fiscalização	
Objetivos	Fundamentações
Implementar plano de fiscalização ativo, com um mínimo de 100 ações de fiscalização técnica.	Foram realizadas pelos técnicos da DSF, 141 ações de fiscalização do plano previamente aprovado, validadas mediante relatório de fiscalização, tendo sido obtido um desvio positivo de 41% em relação à meta estabelecida (100 ações). O critério de superação era de 120 ações, pelo que o objetivo foi superado.
Dar resposta às reclamações em 55 dias (média)	No que se refere à resposta às reclamações em tempo útil foi verificado que o tempo médio de resposta dado às reclamações tratadas na DSF foi de 40 dias. A meta de superação era o tempo médio menor ou igual a 45 dias, pelo que o objetivo foi superado.
Sessões temáticas de esclarecimento junto dos municípios e das forças policiais e do público em geral no âmbito do ambiente, conservação da natureza e do ordenamento do território (4 sessões)	Foram realizadas apenas duas ações de esclarecimentos em conjunto com a DSAJAL nos Comandos da GNR de Leiria (18/04/2012) e no Comando da GNR da Guarda (24/05/2012) sobre os temas da legislação de resíduos e das contraordenações. Em 2012 estava previsto ainda a realização de pelo menos mais cinco sessões uma em cada comando da GNR sobre o tema da legislação da REN. Tendo em conta as alterações introduzidas em 2012 ao Regime Jurídico da REN, foi considerado que não era oportuno a realização das referidas sessões. O critério de superação era de 7 sessões.
Atualizar os temas da DSF no portal da CCDRC ( 8 temas)	Por despacho de 07-12-2012, na informação DSF 364/12, foram aprovados os conteúdos de dez temas incluídos no portal da CCDRC sobre Fiscalização. Os temas tratados foram: Tema 1. Regime Jurídico das emissões de Compostos Orgânicos Voláteis (COV's). Tema 2. Embalagens e resíduos de embalagens. Tema 3. Óleos alimentares usados. Tema 4. Pedreiras. Tema 5. Regime Geral da Gestão de Resíduos. Tema 6. Dados estatísticos - 2011. Tema 7. Notícias. Tema 8. Reposição da legalidade (exemplos). Tema 9. Reserva Ecológica Nacional. Tema 10. Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR). Tendo em conta que o critério de superação era um n.º de temas pelo menos igual a 10, foi o objetivo superado.
Garantir a erradicação de operadores de gestão de resíduos ilegais e de passivos ambientais (60 operadores erradicados ou licenciados; ou passivos erradicados)	Foram erradicados ao todo 94 situações relativas a gestão de resíduos ilegais e de passivos ambientais. Foram licenciados dois operadores de gestão de resíduos ilegais. Ao todo foram tratados neste âmbito 96 processos. O critério de superação era de maior ou igual a 80, pelo que o objetivo foi superado.

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
					Superou	Cumpriu	Não Cumpriu
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	DS	<b>Reduzir a pegada ecológica da CCDRC</b> - - definir e implementar mecanismos ativos para tornar a CCDRC mais verde e ecológica	Colocação de lâmpadas micro-led	50		X	
			Redução no consumo de energia elétrica	2%			
		<b>A DS informa</b> – a informação e conhecimento como fatores diferenciadores	Desenvolvimento da PIA – Plataforma Integradora Administrativa	30 de Junho			X
	DTCI	<b>Vamos reforçar os alicerces</b> – melhorar os recursos e a base tecnológica de suporte a toda a atividade da rede local e alargada da CCDRC	Data de implementação plena da solução de armazenamento, backup e <i>disaster recovery</i>	30 de Junho de 2012		X	
			Número de utilizadores com ambiente único novo em 30 de Setembro de 2012	100%			
		<b>Informar para inovar e desenvolver</b> – Nos tempos atuais a informação é um ativo importante nos aspetos de crescimento e desenvolvimento sustentado	Promover iniciativas no sentido de manter atualizado o SIG	3 novos temas		X	
			Estudo, desenho e implementação do portal de dados abertos da Região Centro	30 de dezembro			
		<b>A Comunicar é que nos entendemos</b> – potenciar a comunicação interna e externa como fator decisivo para o sucesso da organização	Número de iniciativas divulgadas nas redes sociais (web 2.0)	24		X	
			Apresentação de um estudo de conceção do portal do trabalhador	30 de Agosto			
	Efetuar o abate de documentação obsoleta otimizando o arquivo da CCDRC		10% de documentos abatidos até 30 de Dezembro				
		Apresentação do plano de comunicação da CCDRC	30 de Julho				
	DORH	<b>Chegou a hora</b> – reforço e integração da informação da assiduidade	Apresentação das normas dos procedimentos da assiduidade	30 de Setembro		X	
<b>(DADOS)3</b> – o <i>Business Intelligence</i> como integrador do e-prodoc, GIAF e <i>Minelinum</i>		Disponibilização das funcionalidades	31 de Dezembro	X			
	<b>Informação na hora</b> – disponibilizar na Intranet os pareceres, os esclarecimentos elaborados na DORH	Tempo de disponibilização na Intranet após a aprovação superior	1 mês	X			
DGF	<b>@contas</b> - apresentação da conta de gerência de 2011 ao tribunal de contas de forma eletrónica	Data da entrega	31 de Maio	X			

	<b>Um novo ERP</b> . implementação do <i>upgrade</i> da componente financeira do GIAF	Data da conclusão dos trabalhos	30 de Abril	<b>X</b>			
		<b>Iniciativa a iniciativa equilibramos o orçamento</b> - monitorização mensal das despesas correntes e receita com propostas de medidas corretivas.	Diminuição da despesa a 31 de Dezembro	Menos 2% relativamente a 2011		<b>X</b>	
			Aumento da receita a 31 de Dezembro	Mais 2% relativamente a 2011			



Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	
Objectivos	Fundamentações
<b>Reduzir a pegada ecológica da CCDRC</b> -- definir e implementar mecanismos ativos para tornar a CCDRC mais verde e ecológica	Foi instalado um conjunto muito significativo de lâmpadas que utilizam a tecnologia MicroLed e que permitem um menor consumo e a utilização mais racional da energia. Foram desenvolvidas várias acções de sensibilização para que os trabalhadores da CCDRC tenham mais atenção e implementem praticas mais amigas do ambiente e que conduzam à redução dos custos.
<b>A DS informa</b> – a informação e conhecimento como fatores diferenciadores	Devido a um conjunto significativo de problemas não foi possível desenvolver todas as tarefas que permitir implementar a Plataforma Integradora Administrativa.
<b>Vamos reforçar os alicerces</b> – melhorar os recursos e a base tecnológica de suporte a toda a atividade da rede local e alargada da CCDRC	Foram implementadas diversas melhorias na infraestrutura de suporte ao sistema de informação, designadamente a implementação de uma solução de armazenamento e cópia, a instalação, integração e configuração de novos servidores e equipamento de LAN. Para além disso, foram adquiridos 30 PCs e 3 portáteis que vieram reforçar significativamente o parque de microinformática da organização. Foi também adquirido diverso software de rede com repercussões importantes nas funcionalidades e comportamento de todo o sistema. Neste âmbito foram ainda negociados e concluídos diversos procedimentos como seja a rede de voz fixa e móvel e a rede alargada de dados e internet. Finalmente, foi elaborado o documento com a Política de Segurança do Sistema de Informação da CCDRC.
<b>Informar para inovar e desenvolver</b> – Nos tempos atuais a informação é um ativo importante nos aspetos de crescimento e desenvolvimento sustentado	No âmbito deste objetivo foram desenvolvidas algumas iniciativas no sentido de manutenção e atualização do SIG. Efetivamente, para além da migração de todo o Munisigweb para uma nova versão, foram concluídos os visualizadores de informação geográfica e introduzido a componente de informação geográfica no Datacentro - informação para a Região (VIE). O SIG da CCDRC foi ainda atualizado com novos temas de informação. No que respeita ao edifício aplicativo, forma melhoradas diversas aplicações e desenvolvidas novas funcionalidades (Eprodod, GEP, SGDC, Gestfunc, PMOTs, Emissões Gasosas, Usos e Ações em Áreas de REN)
<b>A Comunicar é que nos entendemos</b> – potenciar a comunicação interna e externa como fator decisivo para o sucesso da organização	A DTCl participou na atualização das diversas redes sociais em que a CCDRC está presente, na atualização do Portal e da Intranet. No ano de 2012 foi também atualizado o site dos Museus com novas entradas de informação. Foi feito um estudo de conceção do portal do trabalhador ao qual se pretende dar seguimento nos anos de 2013/1014.
<b>Chegou a hora</b> – reforço e integração da informação da assiduidade	Foram realizadas reuniões entre os trabalhadores da DORH para elaborar o levantamento das correções a fazer nos procedimentos em vigor. As alterações legislativas atrasaram a operacionalização, bem como alguns obstáculos técnicos verificados no decorrer do processo.
<b>(DADOS)3</b> – o <i>Business Intelligence</i> como integrador do e-produc, GIAF e <i>Minelinum</i>	O trabalho desenvolvido pela equipa dos recursos humanos e pela informática, em estreita relação, permitiu concluir este trabalho antes da data de superação. A este facto não foi alheia a necessidade deste trabalho para o bom desempenho da DORH.
<b>Informação na hora</b> – disponibilizar na Intranet os pareceres, os esclarecimentos elaborados na DORH	As alterações sucessivas do quadro legislativo obrigou a que este ano fosse dada especial atenção à elaboração de pareceres e esclarecimentos por parte da assessoria jurídica desta Divisão. Sempre que se constatou essa necessidade a elaboração dos referidos documentos foi prioritária, o que permitiu a superação do objetivo.
<b>@contas</b> - apresentação da conta de gerência de 2011 ao tribunal de contas de forma eletrónica	A conta de gerência relativa ao ano 2011 foi apresentada ao Tribunal de Contas em formato eletrónico utilizando a aplicação informática disponibilizada no seu site.
<b>Um novo ERP</b> . implementação do <i>upgrade</i> da componente financeira do GIAF	Foi implementado um novo ERP de modo a dar resposta às instruções estabelecidas na Circular Série A nº 1369 da DGO

**Iniciativa a iniciativa equilibramos o orçamento** - monitorização mensal das despesas correntes e receita com propostas de medidas corretivas.

Foram monitorizadas as despesas correntes e as receitas da CCDRC tendo-se tentado implementar medidas que contribuíssem para a redução das despesas e para o aumento das receitas

	Objetivos	Indicadores de desempenho	Meta	Avaliação		
				Superou	Cumpriu	Não Cumpriu
Divisão Sub-Regional de Aveiro	Contribuir para o acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de IGT's	Média do tempo (T), em dias úteis, para elaboração de parecer, sendo que: T>16– não cumpre T=15 ou 16-cumpre T<15 supera	15 dias úteis	X		
	Assegurar a resposta, em tempo útil, às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Média do tempo (M), em dias úteis, para resposta a solicitação requerida, sendo que: M>20 – não atinge M>15 e M<21 atinge M<15 - supera	20 dias úteis	X		
	Fiscalizar o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e Ordenamento do Território	Número de ações (N) do Plano de Fiscalização com relatório / ordem validada (Peso: 40%), sendo que: N<18 – não atinge N> ou=18 e N<32 atinge N>32 - supera	32 ações	X		
		Número de ações extra - Plano de Fiscalização com relatório / ordem validada (Peso: 40%), sendo que: N<15– não cumpre N=15 e N<26-cumpre N>25 supera	20 ações extra plano	X		
		Número de operadores ilegais erradicados (Peso: 20%), sendo que: N<5 não atinge N> ou = 5 e N<8 atinge N>8 supera	6 operadores ilegais	X		
Contribuir para a resposta, em tempo útil, em matérias na área do ambiente	Média do tempo (T), em dias úteis, para emissão de parecer (Peso: 60%), sendo que: T>16– não cumpre T=15 ou 16-cumpre T<15 supera	15 dias	X			

	<p>Percentagem da comparência (P) a vistorias confirmadas (Peso: 40%), sendo que</p> <p>P&lt;70– não cumpre</p> <p>P&gt;=70 e M&lt;95-cumpre</p> <p>P&gt;=95 supera</p>	90%		X	
Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	Assegurar 80% das convocatórias	80%	X		

Divisão Sub-Regional de Aveiro	
Objetivos	Fundamentações
Contribuir para o acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de IGT's	Compreende a análise, em tempo útil, de documentos elaborados pelas Câmaras Municipais ou outras Entidades, aferição das intervenções no terreno, realização de reuniões com as equipas técnicas e elaboração de informações para efeitos de pareceres intermédios e finais; É uma tarefa muito dependente do volume de informação a analisar; o resultado obtido em 2012 fixou-se numa média de 12 dias úteis, superando a meta a atingir; a fonte de verificação é o GEP e ferramenta informática.
Assegurar a resposta, em tempo útil, às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Os processos mais frequentes são ações sujeitas ao regime da Reserva Ecológica Nacional (vulgo “autorizações” e “comunicações” REN, bem como reconhecimentos de relevante interesse público, RIP's), desafetação de áreas submetidas ao regime florestal, operações urbanísticas em área abrangida por medidas preventivas; A subdelegação de tarefas nas DSR's tem demonstrado aumento significativo de rapidez de resposta nestas matérias, tendo-se superado o objetivo estabelecido, conseguindo um valor médio de 10 dias úteis.
Fiscalizar o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e Ordenamento do Território	Reporta-se à Implementação do Plano de Fiscalização e à deteção, por iniciativa própria, e intervenção sobre casos extra plano, erradicação de operadores de gestão de resíduos ilegais, etc., com elaboração de informações, autos de notícia, propostas de notificação (ordem) e verificação de cumprimento; O desconhecimento sobre a titularidade dos prédios, edificações, estabelecimentos, dificulta e mesmo impossibilita níveis de eficácia otimizados; não obstante, constata-se a superação das metas estabelecidas para esta Divisão, dado que se realizaram 66 ações do Plano, 30 extra plano e erradicaram-se 20 operadores ilegais; num quadro futuro de conhecimento do cadastro da propriedade os resultados esperados poderão crescer exponencialmente
Contribuir para a resposta, em tempo útil, em matérias na área do ambiente	Refere-se à análise, em tempo útil e que, em 2012, se fixou – superando o objetivo - no valor médio de 14 dias úteis, de processos remetidos pela DSA para efeitos do descritor ordenamento do território (EIA, Estudos de Impacte Ambiental, ElncA, Estudos de incidências ambientais, Operações de gestão de resíduos, pedidos de regularização de estabelecimentos industriais, pedidos de adaptação de EMM's – pedreiras - não tituladas por licença) Refere-se igualmente a vistorias conjuntas com a Economia, para efeitos de análise de condições de exploração; A integração dos grupos de trabalho REAP, REAL , vistorias industriais e a pedreiras é dificultada pela insuficiência de informação a montante da CCDRC, tendo assegurado 80% das convocatórias remetidas pelas diversas entidades
Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	Análise dos dossiers, recolha de contributos e pareceres, formalização de sínteses e propostas de atuação em 80% das solicitações recebidas, cumprindo assim o objetivo estabelecido; esta tarefa acresce ao tratamento dos cerca de 800 processos tratados na DSR Aveiro em 2012.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				Superou	Cumpriu	Não Cumpriu
Divisão Sub-Regional de Viseu	Garantir eficácia na apreciação e no acompanhamento dos Contratos Programa de Cooperação Técnica e Financeira com as autarquias locais e do Programa de Equipamentos de Utilização Coletiva (SP1 e SP2) com as instituições privadas de interesse público.	Tempo médio de resposta em dias úteis (T) para apreciação das candidaturas e emissão do respetivo parecer	6 dias úteis	X		
		Tempo médio de resposta em dias úteis (T) para verificação dos autos de medição e elaboração das propostas de processamento	7 dias úteis	X		
	Acompanhar com eficácia a elaboração alteração e revisão dos PMOT	Número médio (N) de reuniões da CA, CMC, CTA e/ou setoriais ou iniciativas para o efeito	2 por PMOT	X		
		Monitorização do programa de trabalhos, aprovado pela CA, através de comunicação à CM, no prazo de 10 dias úteis (T), após o incumprimento	10 dias úteis		X	
	Garantir o acompanhamento às Juntas de Freguesia no âmbito do POCAL e do SIAL	Tempo médio de resposta em dias úteis (T) às solicitações das Juntas de freguesia	10 dias úteis		X	
		Percentagem de verificações (P) dos documentos previsionais e da prestação de contas recebidas na DSR	90%		X	
	Garantir a resposta às solicitações apresentadas pelos utilizadores dos serviços, na área do ambiente e do ordenamento do território	Tempo médio em dias úteis (T) para resposta, sobre ações com delegação de competências, exceto PGF	18 dias úteis		X	
		Tempo médio em dias úteis (T) para resposta, sobre ações sem delegação de competências	15 dias úteis		X	
	Garantir a fiscalização do cumprimento da legislação e regulamentação aplicável na área do ambiente, do ordenamento do território e da conservação da natureza.	Número (N) de ações de fiscalização concretizadas no âmbito do Plano de Fiscalização da DSF	15 ações	X		
		Tempo médio em dias úteis (T) de resposta a reclamações/ exposições	30 dias úteis	X		

Divisão Sub-Regional de Viseu	
Objetivos	Fundamentações
Garantir eficácia na apreciação e no acompanhamento dos Contratos Programa de Cooperação Técnica e Financeira com as autarquias locais e do Programa de Equipamentos de Utilização Coletiva (SP1 e SP2) com as instituições privadas de interesse público	Os processos de candidatura foram analisados, apreciados e emitidos os respetivos pareceres no prazo médio de 5 dias úteis, após a sua correta instrução. Verificou-se que a validação dos pedidos de pagamento ocorreu num prazo médio de 5 dias úteis, após a receção dos mesmos devidamente instruídos.
Acompanhar com eficácia a elaboração alteração e revisão dos PMOT	O número médio (N) de reuniões da CA, CMC, CTA e/ou setoriais ou iniciativas para o efeito foi superior a 2, tendo esta DSR dado resposta a todas as solicitações, o que resultou na publicação da revisão de um PDM e estando em fase final do processo de revisão mais cinco PDM.
Garantir o acompanhamento às Juntas de Freguesia no âmbito do POCAL e do SIAL	As solicitações das juntas de freguesia, entradas nesta DSR, foram todas respondidas num período de tempo inferior a 10 dias úteis.
Garantir a resposta às solicitações apresentadas pelos utilizadores dos serviços, na área do ambiente e do ordenamento do território	O tempo médio de resposta, para as solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo, correspondentes aos indicadores 1 e 2, foi cumprido, não tendo ultrapassado, em média, os 15 dias úteis.
Garantir a fiscalização do cumprimento da legislação e regulamentação aplicável na área do ambiente, do ordenamento do território e da conservação da natureza	A meta de 15 ações concretizadas do plano de fiscalização foi ultrapassada, tendo sido realizadas mais 8 ações. Todas as reclamações foram respondidas num tempo inferior aos 30 dias úteis.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	1 - Garantir o acompanhamento do Programa Equipamentos, dos Contratos-Programa e dos Programa Auxílios Financeiros	1 - Tempo médio para apreciação da candidatura e emissão de parecer (Peso: 30%)	7 Dias após entrada do processo devidamente instruído	X		
		2 - Tempo médio para visar/informar pedidos de pagamento (Peso: 50%)	7 Dias após entrada do processo devidamente instruído	X		
		3 - Tempo médio para visar/informar pedidos de pagamento (Peso: 20%)	7 Dias após entrada do processo devidamente instruído	X		
Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	2 - Garantir o Acompanhamento das Juntas de Freguesia no âmbito do POCAL e SIAL	1 - Tempo médio de resposta às solicitações das Juntas de Freguesia (Peso: 40%)	10 Dias após entrada do pedido	X		
		2 - Número de verificações de documentos previsionais e da prestação de contas recebidos na DSRCB (Peso: 60%)	Verificação de 90% dos documentos recebidos	X		
		3 – Realização de sessões de esclarecimento sobre recursos humanos no SIAL	2 Sessões	X		
		4 – Prestação de apoio técnico às Juntas de Freguesia	10 Dias após entrada do pedido	X		
Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	3 - Garantir o acompanhamento da elaboração, alteração e revisão dos PMOT	1 - Número médio de reuniões da CA / Sectoriais (Peso: 60%)	2 Reuniões / PMOT			X
		2 - Monitorização do programa de trabalhos, aprovado pela CA, através de comunicação escrita à CM, em caso de incumprimento (Peso: 40%)	Oficiar a C.M., no prazo de 10 dias após verificação do incumprimento do programa de trabalhos			X
Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	4 - Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	1 - Ações de Fiscalização realizadas em acordo com o Plano da DSF (Peso: 30 %)	20 Ações	X		
		2 - Ações de Fiscalização não inseridas em plano (Peso: 30 %)	25 Ações		X	
		3 - Prazo de resposta às reclamações (Peso: 20 %)	40 Dias (média)	X		



5 - Melhorar a resposta às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	4 - N.º de operadores ilegais de gestão de resíduos e VFV erradicados (Peso: 20 %)	4 Operadores	X		
	1 - Tempo médio de resposta (ações com delegação de competências) (Peso: 50%)	20 Dias	X		
	2 - Tempo médio de resposta (ações sem delegação de competências) (Peso: 50%)	15 Dias	X		

Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	
Objetivos	Fundamentações
1 - Garantir o acompanhamento do Programa Equipamentos, dos Contratos-Programa e dos Programa Auxílios Financeiros	Foi garantido o acompanhamento do Programa Equipamentos, dos Contratos-Programa e dos Programas de Auxílio Financeiro, apesar do seu número diminuto, o que permitiu a superação dos prazos previstos
2 - Garantir o Acompanhamento das Juntas de Freguesia no âmbito do POCAL e SIAL	Foi garantido o efetivo acompanhamento técnico da maioria das Freguesias do distrito de Castelo Branco, validando as suas Contas e Documentos Previsionais tendo ainda sido realizadas 6 ações de formação e esclarecimento quer sobre o Pocal quer sobre o SIAL e a LCA
3 - Garantir o acompanhamento da elaboração, alteração e revisão dos PMOT	Dada a fraca dinâmica destes processos no distrito de Castelo Branco não foi possível realizar em todos eles as 2 sessões plenárias da CA ou CMC programadas e, conseqüentemente, garantir a atempada emissão de alerta sobre o desvio à programação de trabalhos aprovada. Pese embora isso, na sequência da publicação da RCM 81/2012, de 3 de outubro, e com o objetivo de tirar partido do regime transitório ali estatuído, no último trimestre do ano foram desenvolvidas diversas reuniões de trabalho quer com as Autarquias, quer com as equipas dos planos, envolvendo também a APA, ip, a DRAPC e a DGADR.
4 - Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento	Ao nível da Fiscalização, e apesar de só dispormos de um Vigilante da Natureza, a DSRCB desenvolveu um trabalho meritório em proficiência e eficácia, quer na superação das metas estabelecidas quer na intervenções em situações novas não constantes do Plano de Fiscalização aprovado, contribuindo assim decisivamente para a melhoria do território no que respeita , principalmente à erradicação de OGR e gestão de VFV irregulares.
5 - Melhorar a resposta às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Neste objetivo, e de acordo com o controlo interno efetuado, o tempo médio de resposta às solicitações dos utentes esteve , em ambos os parâmetros, abaixo dos 10 dias, o que nos permite afirmar ter a DSRCB garantido a prestação dos serviços em tempo curto.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Avaliação		
				Superou	Cumpriu	Não Cumpriu
Divisão Sub-Regional de Guarda	1- Reduzir os prazos de resposta às solicitações apresentadas no âmbito dos Programas relacionados com a cooperação técnica e financeira com as Autarquias, Entidades Equiparadas e com as Entidades Associativas de âmbito religioso, cultural e desportivo	Tempo médio para apreciação da candidatura e emissão de parecer	10 dias após entrada do processo devidamente instruído	X		
		Tempo médio para visar os documentos de despesa/informar pedidos de pagamento	10 dias após entrada do processo devidamente instruído	X		
		N.º de ações de formação/sensibilização, no âmbito do SIIAL, destinadas às J. F. do distrito da Guarda	3 ações	X		
	2- Otimizar o acompanhamento das autarquias locais e entidades equiparadas, no âmbito da Lei das Finanças Locais, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e dos procedimentos do Sistema de Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).	Percentagem de J.F. do distrito da Guarda que utilizam o SinPocalCentro, disponível no Portal da CCDRC	50% das Juntas de Freguesia do distrito da Guarda		X	
		Verificação de documentos previsionais e de prestação de contas das J.F. do distrito da Guarda	Verificação de 90% dos documentos remetidos à DSRG	X		
		Número de Municípios do distrito da Guarda pertencentes à área de intervenção da CCDRC	Verificação de 100% dos documentos previsionais, prestação de contas e do F.S.M. dos 13 Municípios, bem como preparar resposta a 90% das solicitações de informação		X	
	3 - Melhorar o acompanhamento da elaboração, alteração e da revisão dos PMOT	N.º de reuniões realizadas/N.º de pedidos de reuniões de CA e reuniões setoriais (PDM)x100	90%	X		
		N.º de dias para oficiar a C. M., após data limite para envio, por parte desta, dos elementos necessários para dar cumprimento ao programa de trabalhos aprovado na CA	15 dias	X		

	Tempo médio para promover a conferência de serviços, após apresentação, pela CM, de proposta de Plano, relatório ambiental e pareceres emitidos	6 dias	X		
4 – Melhorar a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	Nº de ações de fiscalização ativas, realizadas por iniciativa da DSR	7 ações	X		
	Nº de ações de fiscalização ativas, realizadas no âmbito do Plano da DSF	15 ações	X		
	Tempo médio de resposta às reclamações apresentadas na DSR (ações reativas)	60 dias	X		
	N.º de ações de remoção de depósitos ilegais de resíduos	5 depósitos	X		
5 – Melhorar a resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Tempo médio de resposta, nos casos em que a DSR tem competência subdelegada, com exceção dos PGF	20 dias	X		
	Tempo médio de resposta, nos casos em que a DSR tem competência subdelegada, no âmbito dos PGF	12 dias	X		
	Tempo médio para elaboração e envio de informação/parecer/relatório, nos casos em que a DSR não tem competência subdelegada	12 dias	X		

Divisão Sub-Regional de Guarda	
Objetivos	Fundamentações
1- Reduzir os prazos de resposta às solicitações apresentadas no âmbito dos Programas relacionados com a cooperação técnica e financeira com as Autarquias, Entidades Equiparadas e com as Entidades Associativas de âmbito religioso, cultural e desportivo	<p>Na análise das candidaturas aos programas relacionados com a cooperação técnica e financeira e na consequente emissão de parecer, foram utilizados, em média, 5 dias úteis (este indicador tinha uma tolerância de 2 dias);</p> <p>Na análise e elaboração da informação relativa aos pedidos de pagamento foram utilizados, em média, 4 dias úteis (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 2 dias).</p>
2- Otimizar o acompanhamento das autarquias locais e entidades equiparadas, no âmbito da Lei das Finanças Locais, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e dos procedimentos do Sistema de Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).	<p>No âmbito do SIIAL, foram realizadas 6 ações de formação/sensibilização destinadas às Juntas de Freguesia do distrito da Guarda. Três dessas ações, por solicitação de alguns Senhores Presidentes de Câmara e de Junta de Freguesia, foram realizadas em horário pós laboral, dado que os Senhores Presidentes de Junta e respetivos colaboradores só estavam disponíveis nesse horário. Também foi realizado o respetivo relatório de cada ação (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 1 ação);</p> <p>No âmbito do SinPocalCentro, 54% das Juntas de Freguesia do distrito da Guarda utilizaram a plataforma eletrónica, no sítio da CCDRC, contra os 47,9% em 2011 (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 10%). Foram elaborados os relatórios trimestrais;</p> <p>Foram verificados/analizados todos os documentos previsionais e de prestação de contas que as Juntas de Freguesia do distrito da Guarda remeteram para a DSR, bem como foram elaborados os respetivos relatórios trimestrais, os quais continham um quadro síntese da aplicação e utilização do SinPocalCentro;</p> <p>No âmbito do SIIAL, foram verificados, através de uma cooperação estreita com a DCTF e a DGAL, os exercícios económico-financeiros e os mapas do Fundo Social Municipal dos 13 municípios do distrito da Guarda pertencentes à área da CCDRC e, conseqüentemente, validados, após os municípios terem procedido às necessárias retificações, quando aplicável. No entanto, só foi elaborado um relatório final conjuntamente com a DCTF e não só sobre o distrito da Guarda.</p>
3 - Melhorar o acompanhamento da elaboração, alteração e da revisão dos PMOT	<p>Foram promovidas e realizadas 100% das reuniões das Comissões de Acompanhamento e das reuniões setoriais solicitadas, bem como foram tratados e encaminhados, no devido tempo, todos os documentos/elementos para as diversas Entidades. De realçar que, ao longo dos meses de novembro e dezembro, foram realizadas, por iniciativa da DSR e com a colaboração da DSOT, várias reuniões com as Câmaras Municipais do distrito, com o objetivo de fazer o necessário enquadramento dos processos de delimitação da REN no regime transitório previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/12, de 3 de outubro. (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 5%);</p> <p>Sempre e quando as Câmaras Municipais não remeteram os elementos necessários dentro do prazo para dar cumprimento ao programa de trabalhos aprovado pela CA, a DSR oficiou as respetivas Câmaras Municipais, alertando-as para o facto, num prazo médio inferior a 10 dias (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 5 dias);</p> <p>A DSR promoveu, sempre que solicitado, em colaboração com a DSOT, a respetiva conferência de serviços, num prazo médio inferior a 5 dias (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 1 dia)</p>

Divisão Sub-Regional de Guarda	
Objetivos	Fundamentações
4 – Melhorar a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	<p>Foram realizadas e devidamente informadas, conforme consta do GEP e com despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente da CCDRC, 13 ações de fiscalização ativas por iniciativa da DSR, algumas das quais, após proposta do Senhor DSF e de acordo com despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente da CCDRC, foram incluídas no Plano Global da CCDRC, (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 2 ações);</p> <p>No âmbito do Plano de Fiscalização estabelecido pela DSF, foram realizadas e devidamente informadas, conforme consta do GEP e com despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente da CCDRC, 37 ações de fiscalização ativas (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 5 ações);</p> <p>Foram erradicados 11 depósitos ilegais de resíduos, com especial destaque para a erradicação de VFV, sucatas diversas e RCD, conforme despachos do Exmo. Senhor Vice-Presidente da CCDRC, após proposta do Senhor DSF, vertidos nas respetivas informações (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 1);</p> <p>A DSR necessitou, em média, menos de 40 dias para dar resposta às reclamações recebidas (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 15 dias)</p>
5 – Melhorar a resposta às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	<p>Foram utilizados, em média, aproximadamente 6 dias para responder às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo, cuja competência estava subdelegada na DSR (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 5 dias);</p> <p>Foram utilizados, em média, aproximadamente 5 dias para responder às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo, cuja competência não estava subdelegada na DSR (este indicador tinha um intervalo de tolerância de 2 dias).</p>

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				Superou	Cumpriu	Não Cumpriu
Divisão Sub-Regional de Leiria	1- Garantir o acompanhamento e a dinamização dos processos de elaboração, alteração e revisão dos PMOT	Ind.1 - Número médio de reuniões da CA e Setoriais ou de iniciativas, com vista à realização das mesmas, em processos de revisão de PDM. (Peso: 40%)	2 por PMOT	X		
		Ind.2 – N.º de respostas dadas através de pareceres, reuniões setoriais ou de esclarecimento, ou por e-mail/N.º de solicitações, nos procedimentos de alteração de PDM e de formação e dinâmica dos PU e PP.(Peso 30%)	85%	X		
		Ind. 3- Tempo utilizado na emissão de pareceres ou contributos no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, em 80%. das solicitações. (Peso: 30%)	15 dias (RDA) 20 dias (RA)		X	
Divisão Sub-Regional de Leiria	2 - Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres e autorizações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	Ind 1 - Tempo médio de resposta (ações com delegação de competências, exceto nos casos dos PGF) (Peso: 50%)	20 dias úteis	X		
		Ind 2 - Tempo médio de resposta, em 80% dos casos (ações sem delegação de competências) (Peso: 50%)	14 dias úteis		X	
Divisão Sub-Regional de Leiria	3 - Garantir, com eficácia, a participação em Ações, Grupos de Trabalho, Comissões, Conselhos Estratégicos e Entidades Regionais	Ind.– percentagem de respostas, relativamente às solicitações Peso: 100%	87,5%	X		
Divisão Sub-Regional de Leiria	4 - Melhorar a fiscalização do cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território	Ind.1 – Nº de Ações realizadas, no âmbito do Plano da DSF (Peso:30%)	20 Ações de Fiscalização	X		
		Ind. 2 – Nº de ações de fiscalização realizadas extra plano (Peso: 20%)	7 Ações de Fiscalização	X		

	Ind 3 – Tempo (dias seguidos) médio de resposta às reclamações, em 80% dos casos. Peso: 30%)	60 dias		X	
	Ind 4. N.º de operadores de gestão de resíduos erradicados (Peso: 20 %)	5 operadores	X		
<p>5 - Otimizar o acompanhamento das Juntas de Freguesia da área de atuação da DSR:</p> <p>- Na aplicação do regime simplificado do POCAL, com recurso à ferramenta informática sin.pocalCENTRO</p> <p>- No reporte de informação sobre Recursos Humanos na plataforma do SIIAL, sob gestão da DGAL, de acordo com a Lei nº 57/2011, de 28 de Novembro</p>	Ind.1 – Contributo na verificação dos documentos remetidos pelas Juntas de Freguesia à DSRL (Peso: 20%)	Verificação de 90 % dos documentos remetidos		X	
	Ind.2 – Monitorização do nº de Juntas de Freguesia que utilizam a ferramenta informática sin.pocalCENTRO, disponível no portal da CCDRC. (Peso:40%)	70% de adesão das Juntas de Freguesia à utilização da plataforma		X	
	Ind. 3 - Contactar todas as Juntas de Freguesia para os preenchimentos trimestrais do SIIAL, no que concerne à prestação de informação sobre os seus recursos humanos. (Peso : 40%)	5 dias antes do início do período obrigatório de cada trimestre	X		



Divisão Sub-Regional de Leiria	
Objetivos	Fundamentações
1- Garantir o acompanhamento e a dinamização dos processos de elaboração, alteração e revisão dos PMOT	<p>Foi dada uma grande dinâmica aos processos de revisão dos PDM, face à possibilidade dos mesmos serem abrangidos pelo regime transitório das OEANR_REN, tendo sido realizadas várias reuniões para o bom prosseguimento dos processos, ultrapassando claramente o indicador de superação.</p> <p>Nos procedimentos de alteração de PDM e de formação e dinâmica dos PU e PP, foi sempre garantida resposta às solicitações, havendo uma superação inequívoca do indicador (superação com número de respostas &gt; 90% ).</p> <p>Na emissão de pareceres ou contributos no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, foi cumprido o tempo de resposta estabelecido.</p>
2 - Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres e autorizações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	<p>Com efeito, o tempo médio de resposta, nos casos em que a DSR tinha delegação de competências, situou-se entre os 12 e 14 dias úteis ( superação com tempo médio inferior a 18 dias úteis) e nos restantes casos o tempo médio de resposta situou-se entre os 13 e 15 dias úteis (intervalo para cumprimento).</p> <p>Naturalmente que se teve sempre presente o prazo legal para a emissão de respostas, nunca tendo sido ultrapassado tal prazo, assegurando um cumprimento de 100%.</p>
3 - Garantir, com eficácia, a participação em Ações, Grupos de Trabalho, Comissões, Conselhos Estratégicos e Entidades Regionais	<p>A área de atuação da DSR Leiria, tem uma dinâmica socioeconómica muito grande, sendo conseqüentemente elevado o número de solicitações para a intervenção na regularização de atividades económicas. Assim, é de destacar a grande participação de técnicos no âmbito do REAI (licenciamento industrial) , REAP (licenciamento de pecuárias) , Regime Jurídico de exploração de massas minerais/pedreiras e Comissões de Acompanhamento de AIA, para além de outras atividades como a representação (chefe de divisão) na COMAC- Comissão de Autorização Comercial e Entidade Regional de Turismo Leiria - Fátima .</p> <p>Assim, verificou-se uma presença em 100% das solicitações , ou seja, em 178 reuniões.</p>
4 - Melhorar a fiscalização do cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território.	<p>Com efeito, foram superadas as ações no âmbito do Plano de Fiscalização (realizaram-se 25 ações) e superadas as ações extra – plano (realizadas 12 ações). Quanto ao tempo médio de resposta às reclamações, situou-se dentro do intervalo de cumprimento . Quanto aos operadores erradicados, registaram-se 11, superando assim os 7 operadores que constituíam o indicador de superação.</p>
<p>5 - Otimizar o acompanhamento das Juntas de Freguesia da área de atuação da DSR:</p> <p>- Na aplicação do regime simplificado do POCAL, com recurso à ferramenta informática sin.pocalCENTRO</p> <p>- No reporte de informação sobre Recursos Humanos na plataforma do SIIAL, sob gestão da DGAL, de acordo com a Lei nº 57/2011, de 28 de Novembro.</p>	<p>Foi cumprida a meta relativamente aos indicadores 1 e 2.</p> <p>Quanto ao indicador 3, o mesmo foi superado: foram alertadas as Juntas de Freguesia com T superior a 6 dias, antes do término do prazo para os preenchimentos trimestrais do SIIAL..</p>



**Inquérito interno realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2  
alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro**

## Questionário de Satisfação dos Colaboradores

O sucesso da CCDRC assenta de forma definitiva no desempenho e dedicação de todos os seus colaboradores

Torna-se, por isso, essencial acompanhar, medir e caracterizar os graus de satisfação/motivação. É justamente esse o objetivo do questionário que agora apresentamos.

Este questionário versa um conjunto de temáticas relativas ao modo como cada um percebe a CCDRC enquanto local de trabalho.

Solicita-se que responda com rigor e objetividade, pois só assim será possível apostar na melhoria contínua da nossa CCDRC.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos tópicos enunciados. Pretende-se portanto recolher a sua opinião pessoal, como referido, sincera e objetiva, com base numa escala de 1 a 10. Caso não possua informação suficiente para responder a determinada questão pode deixar o seu preenchimento em branco, passando à questão seguinte.

Na perspetiva de contribuir para a melhoria da CCDRC, é igualmente solicitada a apresentação de um conjunto de ações prioritárias, direcionadas para reforçar os graus internos de satisfação/motivação.

Este questionário é de natureza confidencial. O tratamento dos dados, é efetuado de forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, garantindo o anonimato.

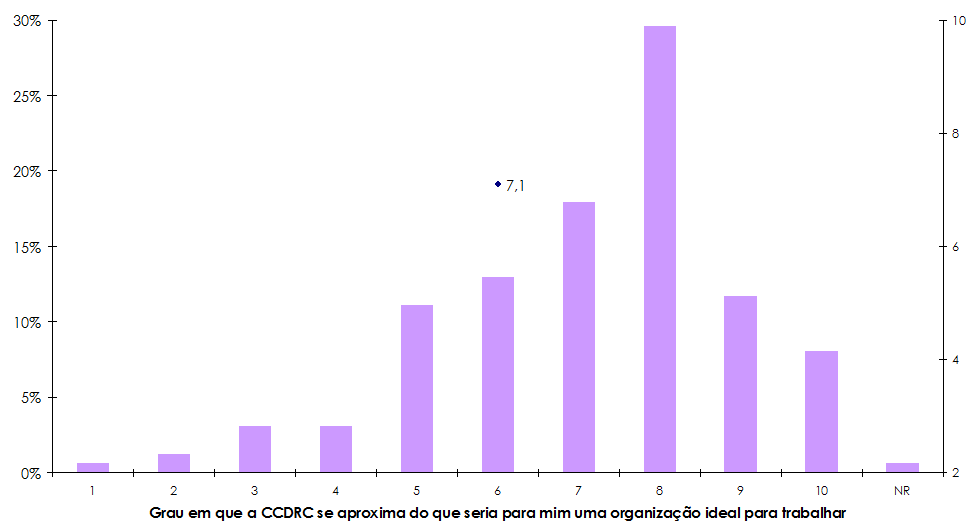
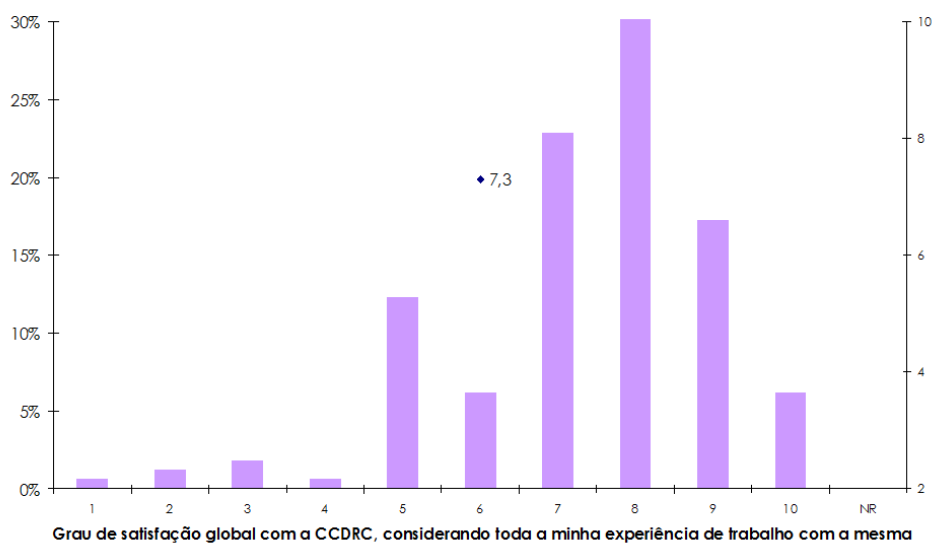
### Características do colaborador

#### Em que serviço da CCDRC exerce as suas funções

- DSAJAL - Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local
- DSOT - Direção de Serviços de Ordenamento do Território
- DSA - Direção de Serviços de Ambiente
- DSF - Direção de Serviços de Fiscalização
- DSCGAF - Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira
- DSDR - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional
- DSR- Divisões Sub-Regionais
- Estrutura Técnica do Mais Centro
- Presidência da CCDRC/Comissão Diretiva do Mais Centro

#### Antiguidade na CCDRC

- inferior a 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- mais de 30 anos





**Inquérito externo realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2  
alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro**

O inquérito utilizado foi o seguinte:



### **Avaliação do grau de satisfação dos utentes/parceiros da CCDRC**

---

*A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) ambiciona, nas suas múltiplas vertentes de intervenção, afirmar-se enquanto entidade prestadora de serviços de qualidade e reconhecida enquanto aliado de CORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.*

*Para alcançar tal objetivo, é da maior relevância conhecer o grau de satisfação dos utentes/parceiros que interagem com os diferentes serviços da CCDRC, bem assim como obter sugestões de melhoria por parte dos mesmos.*

*O presente questionário visa contribuir nesse mesmo sentido. Pedimos-lhe que indique, utilizando uma escala de 1 a 10, onde 1 representa o nível mais baixo ("muito insatisfeito") e 10 o mais elevado ("muito satisfeito"), o grau de satisfação pessoal/institucional face aos diferentes serviços da CCDRC. Um valor situado entre 1 e 5 denota predominantemente "insatisfação", sendo que inversamente valores entre 6 e 10 correspondem a uma situação que predomina a "satisfação".*

*Caso não disponha de conhecimento ou informação para responder de forma consistente em relação a alguns dos serviços, assinale a opção Não sabe/Não Responde (NS/NR).*

*No final do preenchimento, anónimo, agradecemos que deixe ficar o formulário à saída da sala.*

*Muito obrigada pela sua colaboração!*  
*Pedro Saraiva*

**Questionário**

Considerando a sua experiência de relacionamento com a CCDRC, qual é o grau de satisfação que associa a cada um dos seguintes serviços:

	Muito insatisfeito										Muito satisfeito	NS/NR	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10			
Presidência da CCDRC e Comissão Diretiva do Mais Centro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de Ambiente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de Fiscalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de Ordenamento do Território	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de Desenvolvimento Regional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Divisões Sub-regionais (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Viseu)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mais Centro- Programa Operacional Regional do Centro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Por forma a ajudar-nos a melhorar os serviços prestados, ficamos agradecidos caso adicionalmente queira partilhar connosco algumas sugestões de melhoria a ter em consideração por parte da CCDRC, assinalando-as no espaço que se segue:

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



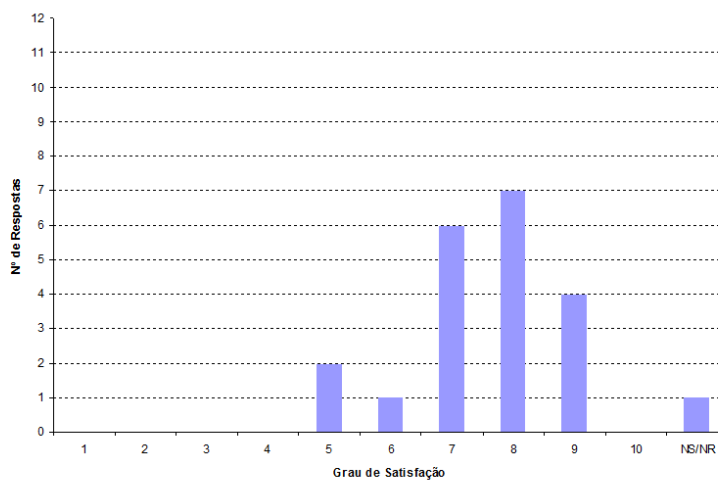
---



---

Muito obrigado pela sua preciosa colaboração. Agradecemos que deixe ficar este formulário à saída da sala. Estará com isso a ajudar a CCDRC e a Região Centro, que pretende servir cada vez mais e melhor.

## CCDRC e Mais Centro numa apreciação Global



Não houve qualquer resposta inferior a 5 e a grande maioria situa-se entre 7 e 9, o que é gratificante, validando a qualidade dos serviços prestados, no modo como é percecionada pelos parceiros/utentes da CCDRC que integram o Conselho Regional.

O grau médio de satisfação global, que decorre deste padrão de respostas, corresponde a 7,2 (na escala de 1 a 10), valor bastante elevado no contexto do tipo de resultados de satisfação de clientes que este tipo de abordagens e escalas geralmente produz.